

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

RECICLANDO MODOS DE TRABALHAR,
MODOS DE SUBJETIVAR NO HOSPITAL
PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO
Cartografia de uma nova suavidade

Selda Engelman
selda@terra.com.br

Orientadora: Profa. Tania Mara Galli Fonseca

Porto Alegre

2003

Selda Engelman

RECICLANDO MODOS DE TRABALHAR, MODOS DE
SUBJETIVAR NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO
CARTOGRAFIA DE UMA NOVA SUAVIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre, sob a orientação da Profa Dra. Tania Mara Galli Fonseca.

Porto Alegre

2003

Solon
Débora
Bruna

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Tania Mara Galli Fonseca pelo acolhimento carinhoso e apoio em todos os momentos desse meu trabalho. Mais que uma professora, tornou-se uma cúmplice, parceira e amiga nesse meu trajeto.

Ao Prof. Dr. Peter Pál Pelbart, pelas interlocuções e também pelas inúmeras horas convertidas em conversas ampliadas sobre este trabalho e sobre a vida. Sua tolerância e generosidade para com meus absurdos, aliadas a suas intervenções pontuais, possibilitaram o desenvolver mais vivo e mais fluido de um trabalho que considero estar inoculado por suas idéias como pensador.

À Profa. Dra. Cláudia Maria Perrone pelos seus oferecimentos bibliográficos e pelas trocas realizadas nesta pesquisa.

À Banca Examinadora, Professores Regina Benevides de Barros, Peter Pál Pelbart e Rosane Neves da Silva, pelas contribuições que enriqueceram a finalização desta pesquisa.

Aos amigos Eduardo Passos e Regina Benevides, por toda a demonstração de apoio.

Aos professores do Mestrado em Psicologia Social e Institucional/UFRGS.

Ao Departamento de Psicologia Social e Institucional/UFRGS, destacando-se a figura da Profa. Dra. Lia Beatriz de Lucca Freitas cujo apoio irrestrito veio mostrar ser a amizade um possível realizado.

A Michele, por escutar meus delírios e pela sua incansável dedicação, e a Angeli, pela leal torcida.

À turma 2002, do Mestrado, pelos laços que se ampliaram, que todos se sintam incluídos.

A Olinda, querida amiga, que ainda me concedeu uma entrevista sobre a Reforma Psiquiátrica no RS.

Ao Grupo de Pesquisa Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar nos nomes da Cláudia, Angélica, Vitor, Fabi, Vica, incluindo aí o Giovani, a Denise, a Paty, o Fábio, o Luiz Arthur e, principalmente, o querido Carlos Ribeiro, incentivador deste trabalho.

Ao Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre, por ter me possibilitado realizar esta pesquisa.

A Alexandre Baptista e Joana Coelho, por me terem aberto um espaço, permitindo-me desenvolver esta pesquisa e colaborado com ela.

Aos trabalhadores da Associação da Unidade de Triagem do HPSP (ATUT), pelo acolhimento que me dispensaram como pesquisadora e pela colaboração desmedida a este trabalho.

À querida Sabrina pela presença sempre disponível e carinhosa e pelos auxílios concedidos. A Virgínia, pelos compartilhamentos.

A Tamara, por ter acreditado em mim e me auxiliado a acreditar.

A Ester e ao Maurício pelo apoio logístico familiar.

E por último, mas não menos importante, a minha família: Miguel, Vitor, Alexandre e, principalmente, ao Solon, pelos incentivos, apoios incondicionais e tolerância; e também as minhas maiores cúmplices Débora, Bruna, Júlia e, principalmente, Raquel, pelo amor, compreensão e acompanhamento deste trabalho.

“ESCREVE-SE EM FUNÇÃO DE UM POVO POR VIR E QUE AINDA NÃO TEM LINGUAGEM. CRIAR NÃO É COMUNICAR, MAS RESISTIR. HÁ UM LIAME PROFUNDO ENTRE OS SIGNOS, O ACONTECIMENTO, A VIDA, O VITALISMO. É A POTÊNCIA DE UMA VIDA NÃO ORGÂNICA, A QUE PODE EXISTIR NUMA LINHA DE DESENHO, DE ESCRITA OU DE MÚSICA. SÃO OS ORGANISMOS QUE MORREM, NÃO A VIDA. NÃO HÁ OBRA QUE NÃO INDIQUE UMA SAÍDA PARA A VIDA, QUE NÃO TRACE UM CAMINHO ENTRE AS PEDRAS.”

Gilles Deleuze

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO – POR UMA BIOPOLÍTICA MINORITÁRIA

I - DO HOSPÍCIO SÃO PEDRO AO HOSPÍCIO CIDADÃO

1.1 APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS : PRIMEIRAS IMPRESSÕES

1.2 O EFEITO ATUT

1.3 A REFORMA PSIQUIÁTRICA

1.3.1 O que se quer negar?

1.3.2 A Instituição Total

1.3.3 O Campo de Exceção

1.3.4. Do Hospital Psiquiátrico São Pedro ao Hospício Cidadão

II - A ATUT – UMA EMPRESA SOCIAL

2.1 A REENGENHARIA NA ATUT

2.2 A ATUT E A REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

2.3 MODOS DE TRABALHAR, MODOS DE INVENTAR

2.3.1 Das Disciplinas ao Controle Flexível

2.3.2 O Modo ATUT de trabalho

2.3.3 Tempo de Circular os Afetos: hora da reunião

2.3.4 Um nó difícil de desatar

2.3.5 O relógio ponto

2.3.6 O controle flexível na ATUT

2.3.7 Modos de produção do trabalho ATUT

2.3.8 Compondo e (de)compondo os grupo de trabalho

2.3.9 A Coordenação

III - O COLETIVO ATUT

3.1.OS TRABALHADORES

3.1.1. Os Guris do D. Bosco

3.1.2. Os Pacientes do Clube da Amizade

3.1.3. O Pessoal da Comunidade

3.2. OS EMPREENDEDORES BIOPOLÍTICOS

3.2.1 Territorializações, Desterritorializações e Reterritorializações

3.2.2 Figuras do Empreendedor de Vidas

3.2.3 Nos Degraus do Empreendedorismo

IV – O TRABALHO ATUT COMO DISPOSITIVO DE SUBJETIVAÇÃO?

4.1. O DISPOSITIVO ATUT

4.2 ATUT : A ASSOCIAÇÃO DE AFETOS

4.2.1 A Concepção do Trabalho ATUT

4.2.2 Acontecimento ATUT

4.3 PRODUZINDO DOBRAS DO FORA

4.4 O CORPO PARADOXAL ATUT

4.4.1 O coletivo trabalhador – uma pequena multidão

5. CARTOGRAFIA DE UMA SUAVIDADE – PALAVRAS FINAIS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7. ANEXOS

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa realizada em uma Associação Trabalhadores da Unidade de Triagem (ATUT), localizada no Hospital Psiquiátrico São Pedro, composta por um misto de usuários do hospital e de moradores de uma vila adjacente ao hospital, Vila São Pedro.

Inserida no contexto da Reforma Psiquiátrica e nos novos modos de tratar a loucura, implicados com a rede de serviços substitutivos ao manicômio, a ATUT é, aqui, concebida como um dispositivo de subjetivação, produto de modos de trabalhar cooperativos e associativos que tomam os afetos como matéria-prima do processo de produção. Ao mesmo tempo, promove condições de sustentabilidade e auto-subsistência a sujeitos precarizados e vulnerabilizados, que denominei modo ATUT de trabalho, ampliando patamares de sociabilidade e compondo novos territórios existenciais.

A cartografia realizada traçou movimentos, acontecimentos, conexões múltiplas e, muitas vezes, inesperadas, expressas nas vozes dos sujeitos e nos relatos observados e anotados em diário de campo.

Os autores utilizados foram tomados como intercessores e como base de pensamento e argumentação desta pesquisa, entre eles destaco Gilles Deleuze e Felix Guattari, Michel Foucault, Giorgio Agamben, Franco Basaglia, Franco Rosetti, Toni Negri e Michael Hardt.

Palavras Chaves: Trabalho Imaterial, Subjetivação, Reforma Psiquiátrica, Dispositivo, Empresa Social, Empreendedor Biopolítico.

RESUMÉ

Il s'agit d'une recherche réalisée à l' Association des Traveilleurs de l'Unité de Triage (ATUT) qui est placée à l'Hôpital Psychiatrique São Pedro et qui est formée essentiellement, par un mélange des usagers de l'hôpital et des habitants d'un village proche: Le Village São Pedro.

Intégrée au contexte de la Reforme Psychiatrique et aux nouveaux moyens de soigner la folie, impliqués avec le réseau de services remplaçants à l'asile, ATUT c'est ici conçue comme un dispositif subjectif auxquels prennent les affections comme des matieres premières au procès de la production.

Au même temps, elle donne les conditions de soutenance et d'auto-subsistance aux sujets précaires et vulnérables, auxquels j'en ai appelé moyen ATUT du travail, en agrandissant les paliers de sociabilité et en composant les nouveaux territoires existenciaux.

La cartographie a tracé des mouvements, des événements, des connexions multiples et, quelques fois, innattendues. Elles s'expriment dans les voix des sujets et dans les remarques observées et écrites dans le cahier de champ.

Les auters employés furent pris comme des intercesseurs et ils ont servi aussi comme une base de pensées et d'argumentations de cette recherche. Parmi eux je souligne Gilles Deleuze et Felix Guattari, Michel Foucault, Giorgio Agamben, Franco Basaglia, Franco Rosetti, Toni Negri e Michael Hardt.

Mots-clés: Travail Immatériel, Subjectivité, Reforme Psychiatrique, Dispositif, Entreprise Sociale, Entrepreneur Biopolitique.

INTRODUÇÃO

POR UMA BIOPOLÍTICA MINORITÁRIA

Este trabalho foi realizado na 9ª Unidade de Triagem de Porto Alegre, mais precisamente na Associação de Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro, a ATUT. Vários foram os motores que me levaram a realizar essa pesquisa. Entre eles, destaco o meu interesse pelos modos de trabalhar no contemporâneo e seus efeitos. Percorri uma formação voltada para as formas de organizar e gerir instituições de trabalho, buscando maximizá-las e potencializá-las, frente ao mercado, tendo esse como indicador de eficácia. Nos últimos tempos, procurei focar meu interesse em organizações cuja prioridade está na potencialização das vidas dos sujeitos que ali trabalham e nas quais o mercado apresenta-se como um indicador importante, mas não o principal. Indo mais além, no curso de meu Mestrado, foquei minha pesquisa em uma organização que é utilizada pelos trabalhadores como rede de sustentação, apoio, e, também, meio para reverterem suas condições precárias. Seria a chamada Empresa Social.

Giorgio Agamben (2002) me apresentou o conceito de vida designado, na Grécia Antiga, em dois sentidos: *zoe* como a vida comum a todos os seres vivos e *bios* como a forma ou o modo de viver próprio a um indivíduo ou grupo. O simples fato de viver, distinto de uma vida qualificada e formada, segundo Agamben, é o objeto do poder, de um biopoder, de uma biopolítica (Foucault, 1988), de uma estrutura de poder clássica, que se expandiu e se tornou dominante na atualidade. A vida, como objeto do

poder, é a vida nua reduzida ao silêncio de sujeitos expostos, sem mediação, ao investimento de um poder, em seus corpos biológicos, de forças disciplinadoras que os corrigem, modelam, curam, reabilitam, diversa da vida qualificada do cidadão pleno de direitos. Seria vida nua aquela dos “loucos”, pobres, enclausurados nos hospitais psiquiátricos, ou talvez dos sujeitos reduzidos à pobreza das favelas e vilas de nossas cidades?

O sentido da vida nua no contemporâneo, desde o início de minha pesquisa, moveu-me para direções imprevisíveis. Estar em contato com as idéias de Agamben, na prática, no campo empírico, também orientou meu desejo neste trabalho. Uma necessidade de realizar uma pesquisa que contemplasse e aquietasse a minha perturbação. Eu buscava uma aproximação com lugares onde a vida poderia ter sido reduzida ao simples fato de viver (*zoé*) e pensava quais seriam as possibilidades de reverter, revestir novamente essa vida, com a criação e invenção de novas formas (*bios*).

Também com Agamben (1999) encontrei um outro sentido para a biopolítica, uma biopolítica minoritária, menor, na qual os mais assujeitados do poder, os mais miseráveis, precarizados e desvalidos são aqueles que têm a presunção de uma resposta de esperança. Eles são o resto da divisão, dividem aquilo que se considera binário, como o rico e pobre, o empregado e o desempregado, o preto e o branco, o louco e o não-louco. Não há lugar para colocá-los, seja esse lugar uma categoria, uma classe social e/ou uma identidade. Não há nada que os chame e os identifique, tamanhas suas misérias. Para Agamben, esse resto poderia ser visto como a **resistência**, pois aquele que não tem um lugar, constrói um lugar.

Adentrei na ATUT como se ali fosse o fôssil do mundo. Localizada dentro do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), constitui-se de usuários da rede de Saúde Mental Pública, moradores, ex-moradores e usuários do HPSP e de moradores de uma favela adjacente a este hospital, chamada comunidade ou Vila São Pedro. Este lugar é passível de ser definido como a concentração de múltiplos níveis da precarização, marcados na superfície dos corpos, nos olhares e nos gestos, no vestir, falar e também no modo de trabalhar na triagem de resíduos sólidos.

Foi necessário um longo período de permanência para descobrir a ilha de atratividade que ali borbulhava, com sua riqueza e multiplicidade. Também foi necessário um tempo para construção conjunta de um campo de afetos e de reciprocidades.

A ATUT fez parte de meu cotidiano na realização desta dissertação. Procurei trazer à vida, através dessas palavras, o que achei de mais caro naqueles sujeitos, focando suas singularidades, trejeitos e maneiras práticas de ver o mundo.

Tratando-se de uma Associação situada no campo da Reforma Psiquiátrica, iniciei abrindo espaço para o desenvolvimento desse movimento, em seus fluxos e refluxos, assim como para as forças que possibilitaram o surgimento de uma organização como a ATUT. Abordo o conceito do Campo de Exceção, desviando um pouco da noção do Campo de Agamben. Analogicamente, apresento o hospital psiquiátrico como Campo de Exceção, e procuro justificar, assim, o porquê da urgência de serviços substitutivos ao modelo asilar manicomial.

Os inovadores e inéditos modos de trabalhar ATUT são apresentados no interior da empresa social, no segundo capítulo. Trago o conceito de Empresa Social, de Franco Rotelli (2000) associado ao de Empresa Solidária, de Paul Singer (2000), procurando não fixar um modelo, mas um projeto de organização que se desenvolve segundo os princípios de cooperação e solidariedade. É uma empresa que funciona para além da reabilitação e que prima pela construção de práticas de vida apreendidas no local de trabalho, uma organização que contempla seus trabalhadores sem perder o olhar para as leis do mercado, seguindo-as, mas não se sujeitando a elas. Uma empresa que não se configura segundo a lógica da árvore, mas seguindo a do rizoma.

Os modos de ser ATUT são exteriorizados através da sua organização, incluindo as decisões coletivas, as reuniões, as distribuições de tarefas e rendimentos e, inclusive, os desvios e desobediências às normas estabelecidas. Percorro o desenvolver dessa Associação, ressaltando como o acaso também pode reger organizadamente a vida.

Sigo meu trabalho, no terceiro capítulo, fazendo falar os inauditos, aqueles cujo espaço de vivência restringia-se a um silêncio, que Toni Negri (2001) chamaria de exílio do interior. Mais que segregados a locais fechados e sem mobilidade, refiro-me a sujeitos despossuídos do poder da voz que decide e que emitiam sons que ecoavam no vazio. Na ATUT, suas falas ressoam, dá-se importância à escuta das mesmas e, eu pude acompanhar as suas trajetórias, conforme registros no capítulo que denomino os trabalhadores da ATUT.

Como não poderia deixar de ser, apresento os empreendedores biopolíticos na pele de uma equipe de técnicos que tornou possível o andamento do projeto da ATUT. Os empreendedores de vidas também ali se potencializam, mostrando a beleza dos

alegres encontros de Espinosa, numa filosofia, que Gilles Deleuze tinha razão em dizer ser verdadeiramente prática (Deleuze,2002).

No último capítulo, finalizo a perspectiva de meu problema de pesquisa vinculado ao trabalho ATUT, como um dispositivo de subjetivação, entrando por vias diversas, desde o trabalho imaterial como trabalho afetivo, até o corpo paradoxal ATUT, simultaneamente organismo e CsO (Corpo sem Órgãos), e o sentido de coletivo, como multidão. A rede ATUT ali se apresenta como uma sustentação dos corpos. Concluo ser o modo de trabalhar ATUT um potente dispositivo de subjetivação.

Utilizei, nesta pesquisa, um diário de campo onde anotei as observações coletadas. Também realizei algumas entrevistas semi-dirigidas com os trabalhadores e equipe técnica. Os sujeitos da pesquisa não foram identificados. As questões éticas quanto às pesquisas com seres humanos, de acordo com as normas 196/96- MS, foram respeitadas.

I – DO HOSPÍCIO SÃO PEDRO AO HOSPÍCIO CIDADÃO

“ O QUE SIGNIFICA, PARA O PENSAR, PODER PENSAR LOUCAMENTE, PODER ENFIM DESARRAZOAR? (...)O DIREITO À DESRAZÃO SIGNIFICA PODER PENSAR LOUCAMENTE, SIGNIFICA PODER LEVAR O DELÍRIO À PRAÇA PÚBLICA, SIGNIFICA FAZER DO ACASO UM CAMPO DE INVENÇÃO EFETIVA, SIGNIFICA LIBERAR A SUBJETIVIDADE DAS AMARRAS DA VERDADE, CHAME-SE ELA IDENTIDADE OU ESTRUTURA, SIGNIFICA DEVOLVER UM DIREITO DE CIDADANIA PÚBLICA AO INVISÍVEL, AO INDIZÍVEL E, ATÉ MESMO, POR QUE NÃO AO IMPENSÁVEL. LIBERTAR-SE DO MANICÔMIO MENTAL É ISTO TUDO E MUITO MAIS.”

PETER PÁL PELBART

1.1 - APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

O mês era janeiro, o calor ainda não castigava muito, principalmente pelo dia nublado, quase sem aquela luminosidade que o brilho forte do sol nos proporciona. Sendo verão, normalmente se abençoaria a trégua que o sol concedia. Mas aquele dia não era um como outro qualquer, ao menos para mim. Armada de coragem, fui conhecer uma Associação de trabalho localizada nas práticas do Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre (HPSP). A idéia que me guiava, nessa visita, era a possibilidade de realizar uma pesquisa ligada à dissertação de Mestrado em Psicologia Social.

Não me parecia fácil entrar naquela Instituição, pois eu jamais tinha estado em contato com portadores de sofrimento psíquico¹ institucionalizados, ou seja, que moravam/trabalhavam em manicômios. O que eu encontraria lá?

Uma visitante, como eu, que queira chegar até o local de trabalho da Associação, deve atravessar uma grande extensão do pátio do hospital. A visão dos pacientes, deitados no chão, na grama, caminhando, parados, sentados em bancos, não é das mais confortantes. Muitos deles são sujeitos que, uma vez asilados, passaram parte de suas vidas naquele recinto hospitalar, destituídos de identidade e de referências pessoais, sem ao menos saber seus nomes.

Percorri todo o percurso com o “coração na mão” até que, depois de descer um declive que leva ao galpão, onde se situa o local de trabalho da Associação, finalmente cheguei ao meu destino.

O primeiro encontro informal com o pessoal técnico, a terapeuta ocupacional (TO) e os estagiários que ali estavam, produziu-me emoções diversas. Os trabalhadores, por sua vez, me inspiravam, ao mesmo tempo, medo e carinho/ espanto e ternura. Eu não sabia o que podia esperar de pessoas que fugiam ao padrão com que estamos acostumados a conviver no cotidiano e tampouco dos efeitos que se produziriam em meus encontros com eles. Pensava como eu deveria enfrentar a diferença, seguindo alguns pressupostos: buscaria, primeiro, afastar alguns mitos aceitos como evidências, com relação à periculosidade dos loucos. Não deveria ter medo nem receio. Tampouco procuraria me colocar em posição de superioridade, uma vez que estava ali para aprender. Da mesma forma, não os rechaçaria como se fossem alteridades inaceitáveis, daninhas ou irrelevantes, pois, ao contrário, eu acreditava nas suas singularidades. Mas, mesmo buscando sintonizar-me com tudo isto, foi com relutância que aceitei alguns cumprimentos, beijos na mão, acenos e até olhares desconfiados.

Naquelas poucas primeiras horas de convivência, a falta de sol realmente produziu diferença em meu olhar, pois, sem uma luz mais definida, todos os rostos para mim se assemelharam, se homogeneizaram. Parecia-me que todos tinham um ponto comum muito forte que os igualava, como se naquele galpão do lixo, tudo fosse uma só mistura, uma só coisa, um só produto. E este comum eu ainda não conseguia identificar.

¹ Ao longo deste trabalho abordarei, de várias maneiras, os sujeitos portadores de sofrimento psíquico, tais como: existência-sofrimento, pacientes, loucos, usuários, psiquiatrizados.

Assim que diminuiu o vaivém dos trabalhadores, na sala, a equipe técnica me relatou um pouco da história da Associação, que iniciou em janeiro de 2000, quando foi criado o Espaço Cooperativado de Reciclagem. A idéia inicial era organizar uma cooperativa de trabalho, já direcionada às ações vinculadas ao Projeto São Pedro Cidadão.² Esse que se insere em um contexto maior da Reforma Psiquiátrica (RP) no RS e no País, sendo síntese de várias propostas apresentadas e analisadas pelos diversos segmentos sociais, com posteriores discussões em grupos de trabalho no HPSP. Nos próximos capítulos, voltarei a abordá-lo com mais detalhes.

A equipe técnica, composta por uma terapeuta ocupacional (TO) e um psicólogo, encarregou-se de organizar uma oficina de trabalho de reciclagem de materiais, de resíduos sólidos inicialmente, composta por moradores do HPSP e do Instituto D. Bosco (D. Bosco), hospital para deficientes físicos, vinculado ao HPSP e localizado no município de Viamão. Em 2001, passaram a ser aceitos usuários do HPSP, não residentes, encaminhados pelo serviço de ambulatório do Hospital, mais especificamente de um dos seus setores, o Clube da Amizade, local de recreação e distração dos usuários.

Já neste período, segundo os técnicos, os pacientes se organizavam de forma cooperativada. Eram realizadas reuniões semanais, com a ativa participação dos trabalhadores. Discussões, sobre faltas e atrasos no trabalho faziam parte da pauta das reuniões, tendo sido, inclusive, aprovado por unanimidade, que faltas para visitas a familiares e a médicos, sendo justificadas, não incorreriam em desconto de pagamento. Isto demonstrava a preocupação e conscientização dos pacientes em relação ao seu tratamento contínuo.

O pagamento era feito conforme as vendas, sendo dividido igualmente entre os trabalhadores pacientes, ficando 20% para Associação. As vendas dos resíduos sólidos reciclados, através de contatos dos técnicos com potenciais compradores, passaram a ter clientes certos. Os materiais eram coletados na rua. Com o passar do tempo, foram feitos convênios com alguns locais onde seriam realizadas as coletas de materiais como, por exemplo, o Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF). Com isso, o volume de

² O projeto São Pedro Cidadão, desde final dos anos 90 está sendo executado através de ações articuladas entre setores, como a Secretaria de Habitação, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Secretaria de Obras Públicas e Saneamento, Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura, além da parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através dos setores de Saúde, Limpeza Urbana, Habitação e Planejamento. Dentre seus vários objetivos, encontra-se o de criar melhores condições de vida às pessoas atualmente institucionalizadas, através de Trabalho e Renda e o de criar melhores condições de vida às pessoas atualmente institucionalizadas, através de novas possibilidades de moradia.

material foi aumentando, e assim surgiu a oportunidade de novas vagas de trabalho, possibilitando que outros pacientes fossem beneficiados. Passeios, confraternizações em festas de Natal, de Páscoa, eram decididos conjuntamente. Todos optavam por sua realização fora do hospital. Abriam-se, não somente portas, mas também novas possibilidades de relações sociais para os pacientes que passaram, então, a se comunicar com públicos diferenciados, conforme a situação que vivenciavam.

Também, nas reuniões, surgiam discussões a respeito da própria separação do material reciclável e sobre modos de agir no trabalho. Conforme relato de Ester (27 anos, paciente do HPSP):

“Eu pedia colaboração e avisava que o material não estava sendo separado adequadamente. Também não achava certo misturar namoro com o trabalho.”

Alguns consideravam cansativas as reuniões, sendo, contudo, necessárias para o bom andamento do trabalho. A média de rendimentos, por pessoa, variava de R\$ 30,00 a R\$ 40,00 por mês, sendo que alguns pacientes não recebiam pela cooperativa, mas pelo serviço de reabilitação do hospital, cujo valor não dependia das vendas realizadas.

Segundo a equipe técnica e relato de alguns pacientes, tudo se modificou quando iniciou o Projeto “Coletivos de Trabalho”(CT), que agregou, tanto usuários do HPSP, quanto moradores da Vila São Pedro³, situada nas adjacências do hospital.

A Vila São Pedro, segundo Cláudia Fonseca (2000) é uma vila de invasão, uma favela, onde os habitantes ocuparam um terreno baldio. Os homens adultos, analfabetos na sua maioria, são mestiços de origem italiana, açoriana, polonesa, mas principalmente afro-brasileira e ganham a vida como papeleiros, guardas noturnos, biscateiros, operários intermitentes da construção civil. As mulheres, quando trabalham, são faxineiras, lavadeiras, algumas praticam a mendicância. No seu livro, Fonseca registra um levantamento de dados realizado em 70 famílias da Vila São Pedro que apontou a informalidade no trabalho, o baixo nível de alfabetização, baixa frequência escolar pelas crianças e que, em pelo menos 10 das 70 famílias, uma pessoa já tinha sido internada em Hospital Psiquiátrico. A população da vila se auto-intitulava “**nós, os pobres.**”

³ Nesse trabalho denominarei os moradores da Vila São Pedro como moradores da vila, moradores da comunidade e pessoal da comunidade.

O projeto “CT” atingiu cerca de 112 pessoas, inseridas não somente na reciclagem de lixo, mas também em treinamento de serviços como os de babá, salão de beleza e corte e costura. Os interessados se inscreviam em um curso de dois meses, sem remuneração, com direito a lanche. Este curso era ministrado no HPSP e também na Vila São Pedro. O intercâmbio entre vila e hospital iniciava-se com estes primeiros passos de alguns pacientes, em direção à vila, e de alguns moradores, em direção ao hospital, o que também permitia uma aproximação entre os futuros colegas de trabalho, como relata Ivete, uma das atuais trabalhadoras, procedente da vila:

“A gente já conhecia eles quanto viemos trabalhar aqui, pois eles fizeram o curso lá. A gente sentiu que eles não eram perigosos como muita gente falava.”

Este relato mostra que o primeiro impacto do “pessoal da comunidade”, isto é, o modo como os trabalhadores da Vila se auto-denominam, já tinha ocorrido em território não hospitalar, dentro da vila, o que auxiliou a desmistificar as expectativas negativas sobre os “loucos” do São Pedro.

Após, já inseridos no trabalho, passaram a receber uma bolsa no valor de R\$ 220,00, por um período de seis meses, disponibilizada por recursos do Estado. Na Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem (ATUT), em dezembro de 2001, o pessoal da comunidade se agregou aos pacientes que ali já trabalhavam. O misto de trabalhadores passou a ser constituído por moradores do hospital, usuários da rede de Saúde Mental e moradores da vila próxima ao hospital.

O Projeto “CT” também ofereceu, como se pode ver, formação profissional, além de oportunidade de renda emergencial (bolsa), após o ingresso de todos nos seus locais de trabalho. Transcorreu, aproximadamente, um mês de curso de educação para o trabalho, cidadania e qualificação profissional, com a participação de todos os trabalhadores e ministrado pela Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do RS (FARRGS).

Na ATUT, além dos cursos oferecidos aos trabalhadores para organização de iniciativas econômicas autogestionárias e auto-sustentáveis, o apoio do DMLU possibilitou assessoramento gerencial e prático nas atividades e no desenvolvimento das rotinas da organização. A assessoria envolvia desde a arquitetura e a localização dos espaços de trabalho, a demonstração das funções até a ajuda na distribuição das

competências e logística quanto à coleta e venda dos materiais. Para a elaboração do Estatuto e do Regimento Interno da Associação também foram mobilizados esforços dos diversos setores envolvidos, buscando equilibrar direitos dos associados com as pensões e benefícios recebidos principalmente pelos pacientes.

Foi nesse momento de novidade, na Associação, que eu cheguei como interessada em realizar minha pesquisa. O “CT” estava iniciando e ninguém sabia como seria sua composição e as relações entre pacientes e vila, vila e vila e pacientes e pacientes. Tampouco se sabia dos efeitos da constituição mista no corpo de trabalhadores e nas próprias existências de tais sujeitos.

Saí dessa primeira visita ainda buscando entender o porquê da aparente equivalência dos corpos. Detive-me um pouco a olhar o frontal do suntuoso prédio do hospital com as arcadas e colunas que algum dia devem ter sido belas, mas que hoje não passam de resquícios de uma arquitetura majestosa a serviço do enclausuramento dos desviantes da ordem, dejetos sociais. Foi, então, através da visão da precariedade e da ruína que compreendi serem a miséria e a pobreza, inscritas em seus corpos, que, aos meus olhos, tornavam semelhantes os trabalhadores da ATUT. Rostidade massificada. Este era o comum que os atravessava.

Essa primeira visita provocou-me também o desejo de vir a acompanhar esse coletivo e realizar junto ao mesmo uma pesquisa para minha dissertação de Mestrado. Encarei como um privilégio poder estar em um lugar que chamava por invenção, construção e improviso. Sem cartilhas prontas e manuais pré-elaborados, o ineditismo e a proposta de forte cunho afetivo me seduziram.

Passei a procurar entender mais sobre as condições que permitiram a emergência desse tipo específico de Associação e quais seriam seus objetivos.

Desde março de 2003, a 9ª Oficina de Reciclagem do Rio Grande do Sul, ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA UNIDADE DE TRIAGEM (ATUT) está registrada e inscrita juridicamente, composta por 35 trabalhadores, sendo 15 moradores da Vila São Pedro e 20 pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro (10 moradores e 10 usuários). Os próprios associados fazem coleta, triagem e venda do material. Com a ajuda dos setores envolvidos e da equipe técnica, também gerenciam a Associação.

1.2 - O EFEITO ATUT

A ATUT emergiu em meio a tensões e confrontos que possibilitaram a abertura de um espaço que por ela veio a ser ocupado. Não cabe, aqui, focar pontos de origem determinados e tempos linearmente dispostos, mas visibilizar a trajetória dos fluxos de forças que se entrecruzaram para que ela se consolidasse e se materializasse, passando por campos diversos de poderes e saberes intercambiáveis e, portanto, em constante relação.

Abordarei, primeiramente, o vasto campo da Reforma Psiquiátrica (RP) enfocando as principais conquistas e avanços que se fizeram no RS e indicando as modificações que se operaram no HPSP. Adentrarei em um outro campo, o das Instituições Totais, mais especificamente o da Instituição Psiquiátrica, para fins de focar o próprio HPSP. Neste campo, analisarei o modelo hospitalocêntrico hegemônico instaurado, no Brasil, no final de século XIX, com a ajuda de Franco Basaglia, Franco Rosetti, Paulo Amarante, Benedetto Saraceno, dentre outros, e dados a respeito dos efeitos legais e práticos da RP no HPSP, incluindo a criação dos serviços substitutivos ao manicômio e os novos horizontes para uma reabilitação psicossocial, no que se refere à relação com a ATUT e seus objetivos.

1.3 - A REFORMA PSIQUIÁTRICA

Nas décadas de 80/90, inicia no Brasil um processo de Reforma Psiquiátrica, consubstanciada nos princípios de um novo paradigma da saúde mental, substitutivo ao modelo hospitalocêntrico, hegemônico.

Segundo Regina Benevides (2002) os princípios dessa RP referem-se à construção da cidadania, historicamente negada aos loucos, à extinção do hospital psiquiátrico e seus similares, à criação de serviços substitutivos de assistência aos usuários e seus familiares e a intervenção junto à comunidade, e à cidade, de tal forma a criar condições favoráveis à reintegração do ex-paciente.

Estes princípios, que traçam um novo ordenamento de uma política de atenção à saúde mental, foram reforçados sob os auspícios da Organização Panamericana da Saúde – OPAS/OMS que, em 1990, realizou a Conferência Regional para a

Reestruturação Psiquiátrica, na América Latina, cujas resoluções foram nominadas como Declaração de Caracas (OPAS, 1997)⁴ (Dias e alli, 2002).

Embalada por vetores e diretrizes incluídos nesta política de atenção à saúde mental, a RP vem se desenvolvendo de diferentes modos e em diferentes tempos, no Brasil. Apresenta-se como um campo transversal de forças, de poderes e de saberes, que não se restringe apenas ao interior da instituição psiquiátrica mas abre no social e para o social seu investimento, dependendo, então, das diversas mobilizações e articulações políticas e econômicas que se produzam, mais ou menos intensamente entre os grupos e setores envolvidos nas diferentes regiões do País. Segundo Miriam Dias "o momento de formular uma política pública corresponde ao da expressão de uma construção histórica e processual, realizada por diferentes atores. O seu valor está na efetivação da vontade coletiva e na criação de condições concretas para seu exercício em sintonia com as lutas dos movimentos sociais." (Dias, 2001, p. 90)

Lutas como as do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, composto pelos trabalhadores em Saúde Mental, usuários e familiares, e que, no RS, se expressou no Fórum Gaúcho de Saúde Mental, conquistaram avanços da RP neste Estado.

A organização política do RS, em meados da década de 80 e final da década de 90, também veio a beneficiar e promover algumas ações. Na década de 80, ressalta-se o convênio entre a Escola de Saúde Pública do Estado e o HPSP, através de cursos em Saúde Mental Coletiva, com caráter interdisciplinar, abrangendo vários municípios do Estado. Através dos agentes, capacitados nos Cursos, construiu-se uma rede intermunicipal voltada para as ações ampliadas na área da Saúde Mental. No final da década de 90, o Governo do Estado, através de sua Secretaria de Saúde, estabeleceu como uma de suas prioridades de gestão a execução do Projeto São Pedro Cidadão.

Apesar das dificuldades, o RS tem apresentado um cenário favorável às mudanças na área de Saúde Mental, sendo que, nessa área, a assistência procura nortear-se pelos princípios da inclusão social, intersetorialidade e cidadania, na busca da garantia e ampliação dos direitos dos pacientes, além de consoante com os princípios do SUS e da constituição de uma rede integral à saúde mental, diversificada e estendida às diversas regiões e Municípios envolvidos.

⁴ "A Declaração de Caracas é um instrumento de grande valor, no que se refere à promoção de serviços comunitários por uma atenção psiquiátrica participativa, integral, contínua e preventiva onde o hospital psiquiátrico não constitui a única modalidade assistencial porque cria condições desfavoráveis que põe em perigo os direitos humanos e civis do doente." (Jiménez e Vasquez apud Dias e alli, 2002, p.111)

Como evidência destes esforços, é possível localizar marcos dos avanços da RP no RS: em 1991, a Resolução emitida pelo Conselho Estadual de Saúde do RS, proibindo a construção e a ampliação do número de leitos em hospitais psiquiátricos; a aprovação da Lei 9716, de 07 de agosto de 1992 que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Estado e que “determina a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias e dá outras providências” (DOE, RS, 10 de agosto de 1992) e a emissão da Carta Instituinte São Pedro Cidadão, como resultado do relatório da Comissão de Saúde Mental, apresentado e aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Saúde, em 2 de setembro de 1993.⁵ A referida Carta foi norteadora do projeto São Pedro Cidadão, atualmente em fase de execução.

Também no plano federal, destaca-se a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 10216, de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental para o País. Essa legislação amplia as possibilidades de intervenções nas diferentes regiões do País, dependendo das atuações e mobilizações dos diversos atores envolvidos.

Trata-se, então, de pensar não mais a doença mental, mas a saúde, o que requer um plano de ações que promova a substituição do manicômio por uma rede de atenção integral à saúde. Substituir, aqui, torna-se diferente de criar uma alternativa a mais. Diz respeito, ao contrário, à negação da instituição hospitalar psiquiátrica tradicional, no sentido dado por Basaglia, de desinstitucionalizar práticas e modos de tratar, aderidas ao modelo biomédico.

1.3.1 O que se quer negar?

Início invocando a pergunta de Franco Rotelli (1990) sobre o livro de Basaglia (1985), intitulado *A Instituição Negada*: “O que era a instituição a ser negada?”

⁵ O Conselho Estadual de Saúde do RS, numa ação de formulação de proposta de transformação do HPSP, por meio de sua Comissão de Saúde Mental, desencadeou um debate público em 29 e 30 de abril de 1992, na Assembléia Legislativa com aproximadamente 1500 pessoas, do qual resultou a constituição de grupos de trabalho, com os diversos segmentos envolvidos no campo da saúde mental.

Primeiramente, é necessário um entendimento do que se quer dizer com instituição para, então, se responder à pergunta. Segundo Gregório Baremlitt, instituição é:

“...um sistema lógico de definições de uma realidade social e de comportamentos humanos aos quais classifica e divide, atribuindo-lhe valores e decisões, algumas prescritas (indicadas), outros proscritas (proibidas), outras apenas permitidas e, algumas ainda, indiferentes. Essas lógicas podem estar formalizadas em leis, em normas escritas ou discursivamente transmitidas, ou, ainda, podem operar como pautas, quer dizer, como hábitos não explicitados. As citadas lógicas se concretizam ou se realizam socialmente, em formas materiais ou “corporificadas”, que segundo sua amplitude, podem ser: organizações, estabelecimentos, agentes e práticas. Cada instituição é universal, ou seja, indispensável para toda e qualquer sociedade, mas para realizar-se em suas formas concretas passa por um momento de particularidade e outro de singularidade, única e irrepetível.” (Baremlitt, 1992, p. 87-88).

Segundo Rotelli, a instituição psiquiátrica é um conjunto de aparatos científicos, legislativos e administrativos, de códigos de referência cultural e de relações de poder, estruturadas em torno de um objeto bem preciso, a doença, à qual se sobrepõe, no manicômio, o objeto periculosidade. Negar a instituição, para autores como Rotelli e Basaglia, é um desconstruir por dentro, em constante abertura com o fora, com o social.

Bem mais que o desmantelamento do manicômio, a desospitalização, a negação se amplia para um paradigma médico hegemônico psiquiátrico, um modelo biomédico que vincula uma relação mecânica de causa e efeito linear da doença à periculosidade, numa análise reducionista da constituição da loucura:

“O olhar não encontra o doente, mas a sua doença e em seu corpo não lê uma biografia, mas uma patologia na qual a subjetividade do paciente desaparece atrás da objetividade dos sinais sintomáticos que não remetem a um ambiente ou a um

modo de viver ou a uma série de hábitos adquiridos, mas remetem a um quadro clínico onde as diferenças individuais que afetam a evolução da doença desaparecem naquela gramática de sintomas, com a qual o médico classifica a entidade mórbida como o botânico classifica as plantas.” (Rotelli, op.cit., p. 93)

Desta forma, desinstitucionalizar o próprio saber cristalizado sobre a loucura implicaria desmontar a objetivação do sujeito, como doença em suas manifestações perigosas e vir a considerar a existência-sofrimento dos sujeitos e sua relação com o corpo social.

Portadores de sofrimento psíquico, existência-sofrimento, usuários, pacientes, loucos, seja o nome que lhes seja conferido conforme as resoluções legais, os movimentos anti-manicomiais, os preceitos científicos, a moda, a onda do momento, o que resta e que eu gostaria de discutir não é o nome científico, nem a categoria que se enquadra, nem a melhor classificação, nem o diagnóstico pertinente, nem a estigmatização popular. Recorro a Basaglia (1985) para colocar este nome, esta rotulação científica ou não, entre parênteses, para deixar falar o sujeito, com suas singularidades, seu ritmo e seu tom.

Penso, aqui, o portador de sofrimento psíquico analogamente a um músico que, às vezes, perde o compasso da partitura, foge de seu ritmo padrão, do *ritornelo* existencial e não re-torna. Escapa, cria um novo som, mesmo que este seja o som do silêncio. Sujeito que foi (des)provido de escuta nos tratamentos que lhe foram imputados, desde os últimos dois séculos, e que o transformaram em objeto de uma racionalidade científica pautada e justificada pela doença mental e pela figura do médico psiquiatra. A doença mental, ocupando o lugar do sujeito, o incorpora e o caracteriza, o culpa e o inocenta, enfim, justifica seus atos e todos os demais em prol de sua cura e contenção, do isolamento e da reabilitação.

Concorrem para o engendramento desse efeito as características do que se chama Instituição Total.⁶ Nas palavras de Pinel, “a sequestração é a primeira condição de qualquer terapêutica da loucura.” (Pinel apud Castel, 1978, p.86). Assim, o

⁶ Instituição Total para Erving Goffman é um “local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1961 p.11).

enclausuramento intra-muros passa a fazer parte do tratamento e possibilita os investimentos do poder, necessários nos corpos.

Mesmo se tratando de um aparato, de um tecido institucional que envolve diversos campos, o manicômio, como instituição total, foi importante dispositivo de poder/saber na construção e reprodução dos modos de tratar e cuidar dos loucos, ou seja, foi, ele próprio, considerado meio de intervenção terapêutica:

“Um hospital é, de certa forma, um instrumento que facilita a cura, porém existe uma grande diferença entre um hospital de febris e feridos e um hospital de loucos curáveis; o primeiro oferece somente um meio de tratar com maiores ou menores vantagens, em função de ser mais ou menos bem distribuído, ao passo que o segundo tem ele próprio função de remédio (...) uma casa de alienados é um instrumento de cura; nas mãos de um hábil médico, ela é o agente terapêutico mais poderoso contra as doenças mentais.” (Esquirol apud Castel, 1978, p. 61)

A instituição, como dispositivo disciplinar, modelador e qualificador dos corpos foi detalhada, por Michel Foucault no livro “Vigiar e Punir” (2000). Seu poder disciplinador se concentra na arquitetura panóptica⁷ no qual a vigilância permanente, inverificável, produz a incorporação de um controle espacial nos sujeitos, vetor das ações, atitudes e atividades desenvolvidas no interior desses estabelecimentos. Por ser a Instituição um potente dispositivo disciplinador, será objeto de minha análise, no tópico seguinte.

Detenho-me neste aspecto institucional visto que o HPSP já manteve em seus braços a impressionante cifra de 5000 internos, tendo sido considerado hospital de excelência no RS.

⁷ O panóptico de Bentham será detalhado no próximo tópico.

1.3.2 - A Instituição Total

O manicômio, como instituição, desde o século XVIII apresentou-se como uma forma de enclausuramento imputada aos loucos e seguia uma ordem médico-científica, econômico-social. Por um lado, Robert Castel (1998) aponta que a sua criação foi consequência de um processo voltado para otimização da produção econômica, alicerce da modernidade industrializada. Os inaptos e inúteis para o trabalho deveriam ser isolados, seja para não bloquearem o andamento da produção, em vista de sua diferença radical, seja para se reabilitarem e voltarem a ser produtivos.

Também o surgimento e a posterior onipotência institucional dos manicômios faz parte da incorporação de valores positivistas, racionalistas, hegemônicos que centraram no indivíduo e em sua razão/consciência a chave para a solução de problemas e o alcance do progresso da humanidade. O homem dominador do mundo e da natureza, dos instintos bárbaros e animais que ofereciam perigo à coesão e ao pacto social da civilização, não poderia conceber e permitir a manifestação incontrolada dos fluxos esquizofrênicos de outros homens.

Cabia a esse padrão de homem racional e lógico, conter, curar, civilizar, reabilitar, educar e otimizar, mesmo que isso exigisse dominação e cristalização de práticas de poder institucionais. A ordem deveria ser mantida e o baluarte racional, base da modernidade capitalista, preservado. A Medicina e posteriormente a Psiquiatria foram suporte no planejamento e execução do projeto de reorganização das vidas, no seio da nova sociedade capitalista.

Mas, mesmo antes da ordem médica assumir as instituições psiquiátricas, o controle das cidades, o crescimento populacional e o governo sobre as populações implicavam medidas de higiene, limpeza do sujo, dos andrajosos que circulavam nas ruas da cidade sem morada fixa: os loucos, os criminosos, os aleijados, os doentes, os mendigos.

Zigmunt Bauman no seu livro “O Mal Estar da Pós-Modernidade” nos apresenta a remoção desses sujeitos como uma solução estética, visual, como quando se elimina uma mancha, na tela do artista, ou de despoluição dos que “não se ajustam”, que estão “fora do lugar”, que “estragam o quadro”, sendo que suas meras presenças eram consideradas uma ofensa ao “senso esteticamente agradável e moralmente tranquilizador da harmonia”(Baumann, 1998, p. 13).

Foucault lembra que , nos primeiros anos da idade moderna, os loucos eram arrebanhados pelas autoridades cidadinas, amontoados dentro das naus e jogados ao mar: os loucos eram generalizados como “uma obscura desordem, um caos movediço (...) que se opõem à estabilidade adulta e luminosa da mente” e o mar se colocava como a água que “leva deste mundo, mas faz mais: purifica.” (Foucault,1972, p.11-13)

O manicômio surge e dá condições de purificar a mente humana para ordenar o caos, a desordem, fazer possível que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas em uma hierarquia estrita. O homem dotado de memória, de capacidade de aprender pode conferir ao mundo “uma boa organização”, conforme indicam as palavras de Mary Douglas:

“A sujeira é essencialmente desordem (...) a sujeira transgride a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente (...) Ao perseguir a sujeira, forrar, decorar arrumar não estamos dominados pela angústia de fugir à doença, mas estamos decididamente reorganizando o nosso ambiente, adaptando-o a uma idéia. Não há nada de temível e irracional em evitarmos a sujeira: é um movimento criativo, uma tentativa de relacionar a forma com a função, de dar unidade à experiência (...) Para concluir se o desasseio é coisa inapropriada , devemos atacá-lo através da ordem. O desasseio ou a sujeira é o que não deve ser incluído se um padrão precisa ser mantido.” (Douglas apud Bauman,1987, p.16)

Não podemos deixar de pensar que as medidas de higienização, limpeza, purificação somente foram sendo aprimoradas com o passar dos tempos. Naus, hospitais gerais, manicômios são considerados parte do castigo e da bárbarie imposta, pelos homens, aos homens, em nome da modernidade e dos valores e verdades cristalizados, calcados na transcendência não mais divina, mas do cogito, do pensamento e da razão. De uma ideologia humanista em prol das almas desassossegadas que deveriam ter um acolhimento, um lugar para serem tratadas e retornarem a ocupar um lugar na sociedade. O manicômio foi inventado para este propósito: acolher e disciplinar.

E, nesta estratégia manicomial de poder conter e, ao mesmo tempo, “cuidar” de seus habitantes, o dispositivo arquitetônico se faz importante neste entendimento. Ele se forja na construção do panóptico, cópia da edificação das prisões, que se estende para todas as demais instituições:

“Na periferia uma construção em anel; no centro uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre, outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central e, em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar (...) A visibilidade é uma armadilha. (...) Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 2000, p. 166).

Vigilância, controle e correção, eis a produção do panóptico. Na instituição manicomial, os prêmios e punições, incentivos e proibições, medicamentos e tratamentos de choque visavam a uma recuperação gradual e efetiva, que além de minimizar (curar) o próprio sofrimento psíquico individual, alcançasse utilidade econômica coletiva, enfim, que o sujeito deixasse de ser um déficit social. Mas, para atingir estes objetivos, a docilização de seu corpo se fazia necessária e este deveria estar contido e controlado. O panóptico, como um grande olho, um *Big Brother*, vigia tudo e todos. Trata-se de uma máquina burocrática e impessoal.

Paradoxalmente, todo este controle e estado de dominação, não buscava a **exclusão** dos sujeitos, mas visava a ligá-los ao processo de produção. Caracterizava-se por ser **uma inclusão por exclusão**, isto é, excluía o indivíduo de um determinado convívio social e, ao mesmo tempo, o incluía em um aparelho de produção e normalização:

“E, como alguns ainda os querem mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos.

Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, incluídos até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! Jamais completamente, não, jamais, suficientemente expulsos! Incluídos, e em descrédito.” (Vivian Forrester, 1997, p.15)

1.3.3 O Campo de Exceção

A relação entre o dentro e o fora, inclusão/exclusão, instituição/cidade remete às análises do filósofo Giorgio Agamben, aos seus conceitos de vida nua e ao que eu chamaria de Campo de Exceção.

Agamben, em seu livro “o Poder Soberano e a Vida Nua” (2002), apresenta o Campo de concentração nazista como um espaço dentro de um estado de exceção em que foram suprimidas a liberdade pessoal, a expressão, a inviolabilidade de domicílio exatamente porque a “lei estaria suspensa”, porque ali “se originaria a cerimônia de despojamento da cidadania (...) do despojamento jurídico de um sujeito.” (2002a, p.39-40) O Campo vinculava-se à existência de um estado de exceção, no caso da Alemanha do III Reich, que deixou de ser referido a uma situação externa e provisória de perigo, tendendo a se confundir com a própria norma, tornado permanente. Para Agamben, o “Campo é o espaço que se abre quando estado de exceção começa a tornar-se regra.” (Agamben, 2002, p. 175) O Campo, como espaço de exceção, é um pedaço de território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, não sendo, apesar disso, um espaço externo, pois aquilo que é capturado fora é incluído através de sua própria exclusão e o poder ali não tem diante de si senão a pura vida, sem qualquer mediação. Paradoxalmente, o Campo de Agamben é composto por aquilo que “fora” dele é excluído, mas que, ao mesmo tempo, é nele incluído, pelo seu próprio estado de exclusão. No Campo, como um “fora” no dentro incluído, “tudo é possível”, fato e direito se confundem sem resíduos, fazendo com que o despojamento de todo o estatuto político se reduza à vida nua e o “*homo sacer*” se confunda, então, com o **cidadão**.

Homo sacer, ou homo sacro, na figura do direito sacro romano seria aquele que “o povo julgou por um delito, e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o matar não será condenado por homicídio. Na verdade, na primeira lei tribucínia adverte que se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro, não será considerado homicida – disso advém

que um homem **malvado** ou **impuro** - costuma ser chamado sacro,... insacrificável e matável.” (ibid., p. 196, grifos meus) O *homo sacer* seria um sujeito que é isolado da comunidade porque cometeu algum delito, algum sacrilégio, blasfêmia, passando, por isto, a não pertencer, nem à “ordem divina”, nem à “ordem humana”, pois não pode ser sacrificado para Deus e, ao mesmo tempo, ser protegido jurídico-institucionalmente no seu direito de viver, de não ser morto.

Quem o mata não é considerado um potencial réu, um assassino, pois essa vida foi isolada e reduzida à sua factualidade biológica natural. Vida que se subtrai, tanto da esfera divina quanto humana, que está fora do direito e sobre ela não incide nenhuma legislação. O direito que a exclui, imediatamente a inclui sob o estado da exclusão. O próprio estado de direito suspende o direito, sendo essa suspensão, legalmente normatizada.

Agamben, retoma do pensamento grego a definição da vida como uma distinção semântica e morfológica. O primeiro significado de vida, *zoé*, seria o de o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses), já o segundo, *bios*, é a forma de viver própria a um indivíduo ou grupo. Na sociedade grega, a vida qualificada (*bios*) era entendida como pertencimento a uma pólis, a uma vida politicamente possível: “por milênios o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo (*zoé*) e, **além disso**, capaz de existência política (*bios*).” (Foucault, 1988, p. 134) A existência do homem público (*bios*), diferenciava-se do homem em outras posições na vida (*zoé*) e apresentava-se como uma importância supra na sua própria condição de humano.

A tese de Agamben é que o poder sempre se fundou sobre a cisão entre o fato da vida (*zoé*) e as formas da vida (*bios*), isolando a *zoe* – vida nua – tomada como fato na sua modalidade biológica, para dominá-la, e além disto, para concebê-la como vida em um sentido puramente biológico. No contemporâneo, observamos que tudo se restringe, seja a representação do corpo, da doença, da saúde, à *zoé*, uma redução das formas de vida (*bios*) ao fato da vida. Segundo Pelbart⁸, as formas de vida que seriam formas qualificadas, particulares de pessoas e grupos acabam sendo reduzidas a essa vida biológica. Para Eduardo Passos e Regina Benevides (2001), o encaminhamento de Agamben vai no sentido de analisar o que se estabelece entre o político, como domínio

⁸ Peter Pál Pelbart ministrou curso intitulado: “Travessias Filosóficas: Nietzsche, Deleuze, Foucault e Agamben”, em junho de 2003, no Curso de Extensão Conexões Nômades Psi, Departamento de Psicologia Social e Institucional – UFRGS.

da vida específica, qualificada, da relação entre o indivíduo e os grupos (*bios*) e o plano do viver (*zoé*), como uma “relação de exclusão, assim como de **implicação**”, abrindo a questão de Agamben sobre qual seria a relação entre a política e a vida, se esta se apresenta como o que deve ser incluído por uma exclusão (ibid., p. 95).

Deparando-me com certas práticas institucionais, mais especificamente manicomiais, considero possível compará-las a espaços que se assemelhariam ao Campo de Agamben. Deslocando um pouco desse conceito, eu chamaria **Campos de Exceção** os espaços que reduzem homens qualificados política, econômica e socialmente (*bios*) a puros viventes (*zoé*). Parto do modelo conceitual de Agamben, desviando um pouco de um sentido teoricamente puro, para pensar algumas Instituições Totais, como, por exemplo, as Instituições Psiquiátricas, problematizadas a partir da idéia de um espaço de exceção regulamentado, quando ali os enclausurados estão de alguma forma sujeitos a um poder soberano, por mais que ali dentro possam ser tecidas relações de hierarquias, de direito não formalizado.

Ao mesmo tempo, evoco o auxílio de Goffman (1961) e Basaglia (1985) para expor algumas estratégias de redução à vida nua (*zoé*). Goffman auxilia com uma exposição das estratégias disciplinares nas instituições manicomiais. Segundo este autor, alguns procedimentos utilizados nessas instituições gradualmente desnudavam os sujeitos, concretizando os despojamentos do “eu”, tais como, afastamento do convívio social, a perda do nome e de objetos pessoais (“estojos de identidade”), a desfiguração através de mutilações diretas e permanentes do corpo, pela utilização de técnicas médicas (medicamentos, intervenções..), desmoralização das falas e das ações e constrangimentos no espaço físico, como banheiros sem portas, dormitórios coletivos, com extermínio da mínima privacidade que poderiam vir a possuir.

Todos estes aspectos da vida são levados ao ato num mesmo local e sob uma única autoridade e as atividades desenvolvidas com horários e regras impostas. Este conjunto de práticas vai acarretando uma perda de autonomia e de potência para decisões.

A perda dos direitos civis, para Basaglia, se efetiva pelo fato de o paciente estar internado em um hospital psiquiátrico, local em que “o doente se torna automaticamente um cidadão sem direitos, entregue ao arbítrio do médico e dos enfermeiros, que podem fazer dele o que lhes aprouver, sem qualquer apelação” (Basaglia, 1985, p. 107).

Basaglia amplia seu pensamento diferenciando o louco-pobre do louco-rico, quando diz que o primeiro é des-historicizado e desterritorializado de sua própria

realidade, sendo que o segundo nem sempre interrompe a continuidade de sua vida e tampouco diminui ou termina sua função social.

A carência de valor contratual, de condição social e econômica, de possibilidades de troca com o social torna o paciente pobre, internado, uma mera presença negativa. A dureza das palavras de Basaglia explica o porquê de utilizarmos os conceitos de vida nua e Campo de Exceção analogicamente aos portadores de sofrimento psíquico, enclausurados em instituições psiquiátricas:

“Uma vez despido o paciente das superestruturas e das incrustações institucionais percebe-se que ele é o objeto de uma violência que a sociedade exerceu sobre ele e que continua a exercer, na medida em que, antes de ser um doente mental, ele é um homem sem poder social, econômico ou contratual, é uma mera presença negativa, forçada a ser apromblemática e acontraditória com o objetivo de mascarar o caráter contraditório de nossa sociedade.” (ibid, p.113)

Assumir o caráter contraditório e problemático da sociedade é possibilitar o enfrentamento das questões que maculam nossa realidade e que invadem nosso cotidiano. Esta é a tentativa que um projeto como o Projeto São Pedro Cidadão busca construir com suas diretrizes voltadas para uma clínica do social. Trata-se dos esforços de um hospital (HPSP) existente há 100 anos e que foi ator e cenário da história da loucura e da Psiquiatria no RS. Denominado Hospício São Pedro, hoje, alguns o chamam São Pedro Cidadão. Já Ester, trabalhadora da ATUT e paciente, encontrou um outro nome para o seu velho hospital:

“A reunião buscava definir o nome da Associação. O nome São Pedro, parecia ser um consenso geral, todos, por razões diferentes, deixavam claro este desejo. Quando alguém falou São Pedro Cidadão, imediatamente Ester disse: não é São Pedro Cidadão, é Hospício Cidadão.”

1.3.4 - Do Hospital Psiquiátrico São Pedro ao Hospício Cidadão

No Brasil, antes da chegada da Família Real, de Portugal, no início do século XVIII, os loucos eram encontrados nas ruas, nas prisões e casas de correção, nos asilos de mendigos, nos porões das Santas Casas de Misericórdia, mas raramente submetidos a tratamento nas enfermarias e nos hospitais.

Poder-se-ia figurar a loucura, naquela época, como uma existência nômade, sendo que o confinamento se dava mais pela condição social miserável dessa existência, do que propriamente da condição de sofrimento psíquico que ela portava.

Após a vinda da família real ao Rio de Janeiro e as conseqüentes mudanças econômicas e sociais, intensificou-se o controle sobre as populações para organizar e gerenciar o crescimento das cidades e o crescimento demográfico. Coube à Medicina participar dessa “empresa do re-ordenamento do espaço urbano (...) e terminar por desenhar o projeto do qual emerge a psiquiatria brasileira”(Amarante, 2002 p. 74).

Os loucos passam a ser considerados doentes mentais, merecedores de um espaço social próprio para reclusão e tratamento: o hospício. Em vários locais do Brasil, foram construídos asilos para os alienados, principalmente após a República, época em que a ciência positivista e racionalista abriu espaço para a legitimação do modelo biomédico no tratamento da loucura.

No RS, o Hospício São Pedro foi inaugurado em 29 de junho de 1884. Segundo Walmor Piccinini (2001), não ficou vinculado às Santas Casas, tendo sido seu primeiro Diretor um médico eleito pela população. Antes de ser construído o Hospício, a assistência aos loucos em Porto Alegre era feita na Santa Casa de Misericórdia, sendo eles tratados por leigos e religiosos, ou como nas demais regiões do País, encontravam-se nas prisões, no cárcere privado, no fundo das fazendas e nas ruas. Sofriam abandono, violências e privações, principalmente os pobres e desvalidos. A criação do manicômio vinha ao encontro de uma demanda social de acolher e cuidar desses sujeitos.

Quem eram esses loucos? A particularidade do RS, segundo Olinda Saldanha e Delvo de Oliveira (1992) é de que os “excluídos” eram predominantemente “gaúchos”, mestiços que viviam a “prear” gado para as charqueadas. Eles observam que o charque era o principal alimento de uma mão-de-obra escrava do centro do País, substituída, paulatinamente, pelos imigrantes. Como na mesa dos imigrantes o charque não era o prato principal, os charqueadores perderam seu trabalho, sua fonte de renda, sendo alcançados pelos braços da fome e da miséria. Configura-se aí o enlaçamento do

sofrimento psíquico com a situação econômica precária do sujeito, perfil, desde sempre, dos pacientes do HPSP.

O Hospício iniciou com 25 pacientes e não parou de crescer, sendo que todos os municípios do Estado depositavam, ali, seus loucos. “São conhecidas, em diversas regiões, as histórias do “trem dos loucos”, que, de Uruguaiana, vinha, num determinado dia do mês, recolhendo gente em cada cidade do percurso; dos camburões, caçambas, em viagens na maioria das vezes sem retorno.” (ibid., p. 32)

Desde lá, o hospital vem sofrendo mudanças, conforme as políticas na área da Saúde, sendo que os atuais avanços da Reforma Psiquiátrica no RS propiciaram a emergência do Projeto São Pedro Cidadão voltado mais para uma ação biopsicossocial, em gradativa desconstrução de um modelo biomédico.

Sai-se, então, da abordagem de um modelo biomédico direcionado para a doença, para seus sintomas, manifestações, prognósticos e diagnósticos para buscar uma análise com um outro modo biopsicossocial de cuidar e tratar os loucos.

A referida proposta biopsicossocial insere-se no atual projeto São Pedro Cidadão, prevendo a criação de serviços substitutivos ao manicômio, direcionados à inserção do portador de sofrimento psíquico na sociedade. Já inicia com a de problematização das dicotomias exclusão/inserção, indivíduo/sociedade, sujeito/objeto.

Este projeto é orientado pelo olhar em que o sujeito deixa de ser objetivado. Passa a ser visto como um processo que pode se movimentar, com maior ou menor velocidade, conforme as oportunidades que vierem a se apresentar vinculadas a uma plena rede tecida no social. Conforme Dias e alli (2002) diretrizes e ações vêm sendo desenvolvidas, desde o final da década de 90, no HPSP, principalmente através de dois projetos: Morada São Pedro e Coletivos de Trabalho.

O Projeto Morada São Pedro tem como meta a criação de melhores condições de vida às pessoas atualmente institucionalizadas, através de novas possibilidades de moradia, além da construção de quatro casas, tipo Serviço Residencial Terapêutico, para 32 usuários portadores de deficiências, do Instituto Dom Bosco.

O Projeto Coletivo de Trabalho propõe à criação de melhores condições de vida às pessoas atualmente institucionalizadas, através do Programa geração de trabalho e renda. Destina-se a usuários do HPSP e moradores da Vila São Pedro, localizada nas adjacências do hospital.

A ATUT, objeto de meu estudo, foi confluência destes dois projetos, tendo sido concretizada, conforme já referido, por múltiplas articulações de secretarias do Estado do RS e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU).

II – A ATUT – UMA EMPRESA SOCIAL

“DEVEMOS FAZER O ELOGIO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, O QUE SIGNIFICA RECONSTRUIR UM NOVO PACTO SOCIAL ENTRE TUDO O QUE POSSA INCLUIR TAMBÉM O DESCARTÁVEL, O LIXO, O REJEITADO(...)DEVEMOS RECICLAR O LIXO EM UMA SOCIEDADE RICA. ESSA É A EMPRESA SOCIAL: RECICLAR O LIXO E REMETÊ-LO AO CIRCUITO DAS TROCAS SOCIAIS (...) SE CONSEGUIRMOS RECICLAR O LIXO PODEMOS CONSTRUIR O TERRENO DA ECOLOGIA DA NOSSA VIDA, DA VIDA DE TODOS.”

FRANCO ROTELLI

2.1 - A REENGENHARIA NA ATUT

Ao ser selecionado, separado e estando pronto para o consumo e para a produção de valor, o lixo deixa de ser lixo para tornar-se matéria-prima: plástico, papel, borracha. Assume um valor de troca, na medida em que se reverte em moeda, e de uso, quando é utilizado em prol da preservação da natureza e de uma melhor qualidade de vida para quem o consome. A triagem é um processo que não envolve complexidade técnica e nem uma especialização acadêmica e profissional. Oportuniza, assim, que seja desenvolvida por quem se inicia no mercado de trabalho e não dispõe de experiência prévia. É um trabalho manual, simples, e não impede que os catadores, recicladores, e, mais recentemente, catadores de material reciclável – que fazem a separação do lixo resíduo seco trazido pela coleta seletiva às Unidades de Triagem e que catam outros

tipos de materiais, como borrachas e plásticos, além do papelão – correspondam a sujeitos limitados de alguma forma física e/ou psiquicamente.

É com certa ironia que podemos falar de lixo em duplo sentido: um material e um humano. Lixo material, dejetado, colocado fora. Lixo humano, marginalizado, sem utilidade social, troca zero. Ambos são lixos no sentido do desperdiçado e sem uso, na sociedade, que devem ficar isolados, em local de difícil acesso e sem perspectivas de reaproveitamento, que exalam mau cheiro e possuem aspecto pouco atraente. Algumas vezes, encontram-se fragmentados e dilacerados, amassados, cortados e sem embalagem, ou seja, nus. O encontro do lixo social – **vida(s) nua(s)** - com o lixo material – **restos de consumo da sociedade**, paradoxalmente pode produzir valia, fazer valor. Um valor duplo, pois, além de um produto **material** do trabalho, capitalizam também a vida, oferecendo a esta uma valoração real – parte **imaterial** deste mesmo trabalho. Uma reengenharia da vida nua.

Segundo Franco Rotelli:

“Devemos sair dessa automarginalização de defensores dos loucos, não podemos fazer o elogio da loucura. Devemos, isto sim, fazer o elogio da transformação social, o que significa construir um novo pacto social entre tudo o que possa incluir também o descartável, o lixo, o rejeitado. Em outras palavras, devemos reciclar o lixo em uma sociedade rica. Essa é a empresa social: reciclar o lixo e remetê-lo ao circuito das trocas sociais.” (Rotelli, 2000, p.305)

A ATUT está em sintonia com uma empresa social por estar inserida em uma rede de serviços de atenção à saúde mental, em substituição ao aparato cientificista e reducionista manicomial e, também, por ser uma organização na qual portadores de sofrimento psíquico trabalham de forma cooperativa e solidária, em conjunto com sujeitos altamente vulneráveis social e economicamente. Coincidentemente, seu produto é o lixo, que deve ser reciclado para se tornar valor de troca, de mercado.

A importância de empresas sociais, como a ATUT, está no trabalho que se insere dentro de um mundo produtivo, dentro das regras de um mercado, com disponibilidade de salário, com um apelo à produção e que implica algo mais além do trabalhar, exige

transformação social. “Produzir é ter um status, é estar incluído na grande sociedade do mercado, mercado humano, do trabalho, de relação com os homens.” (ibid., p. 30)

A empresa social, inserida no mercado, captura conceitos e estratégias criados pelas Engenharias de Produção, pela Administração de Marketing e pela Economia para desviá-los de suas funções tradicionais. Tem-se, aí, o conceito de **reengenharia**, utilizado na empresa social como uma engenharia que possibilita que os “lixos sociais econômicos” da sociedade sejam re-imersos em um circuito, em fluxo de vida e de riqueza e que, assim, os realmente. A reengenharia da qualidade total, aplicada em empresas líderes no mercado, procura enxugar ao máximo seus recursos humanos, flexibilizá-los em prol de uma extorsão de seus potenciais. Já a reengenharia da empresa social procura exatamente inserir, potencializando os restos, os excedentes, os desfiliaados, dentro do círculo econômico. Sua estratégia volta-se para vitalizar o sujeito e devolver a ele um poder e um valor que a sociedade lhe extorquiu: “...quanto mais lixo, mais a sociedade se empobrece culturalmente. Se conseguirmos reciclar o lixo, poderemos construir o terreno da ecologia da nossa vida, da vida de todos.” (ibid., p. 305)

Aqui no Brasil, Paul Singer e outros autores⁹, apresentam organizações cujos objetivos se assemelham às empresas sociais de Rotelli. São as chamadas cooperativas de trabalho que se inserem numa produção a partir dos princípios da Economia Solidária que surge no Brasil e em outros países como uma linha de fuga, como construção de uma alternativa ao sistema capitalista de produção, valendo-se dos próprios recursos que nele foram produzidos (Singer, 2000).

São modos de produção e distribuição alternativos ao sistema capitalista, criados e recriados, periodicamente, tanto pelos que buscam se potencializar como coletivo, como o caso dos agricultores e de outras categorias, como pelos considerados desfiliaados do mercado de trabalho, o que abrange tanto sujeitos em estado de desemprego permanente e/ou sub-empregados até marginalizados e estigmatizados – ex-detentos, deficientes físicos, ex-dependentes de drogas, moradores de rua, portadores de sofrimento psíquico, que, neste caso, segundo Singer procuram desenvolver alguma atividade produtiva e sobrevivem, em grande medida, graças a doações e ao trabalho voluntário de apoiadores externos.

⁹ Ver Mance, Euclides André (org). (2002) *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A e Mance, Euclides André. (2001) *A Revolução das Redes*, Petrópolis: Vozes.

Os princípios organizativos deste tipo de organização, segundo Singer, são os seguintes: “posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir, gestão democrática da empresa, repartição líquida entre os cooperadores, por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos, destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os participantes, associados, cooperadores.”(ibid., p.13)

Singer observa que, no capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas que cooperam entre si. Paradoxalmente, nesse tipo de associação solidária são devolvidos ao trabalhador a posse e o uso dos meios de distribuição e produção, tal como era antes da Revolução Industrial, mas com a diferença de que, ao mesmo tempo, é utilizado o princípio da socialização em proveito também desse coletivo trabalhador. Trata-se da divisão do trabalho entre sujeitos detentores dos meios de produção e da distribuição igualitária, entre eles, das receitas conquistadas.

Outro ponto, de suma importância, seria o fato da geração de renda não se constituir o único objetivo das estratégias de trabalho, no campo da Economia Popular e Solidária, pois, conforme Singer “ela coloca aberta e diretamente, a solidariedade como princípio organizador da economia social e não a competição.” (Singer, 2000a, p. 68)

O princípio da solidariedade pressupõe uma organização do trabalho coletivista, baseada nas formas de cooperação, solidárias e autogestionárias. Tal solidariedade “se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica.” “A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos e colegas de trabalho disputa as oportunidades de ganhos com outras que são estranhas.” (Singer, 2000, p.15) Estes princípios marcam as diferenças e particularidades dos modos de trabalhar desse tipo de coletivos.

A forma de constituição da ATUT, através de Estatuto e Regimento aprovado por todos, a criação e recriação das práticas de trabalho, as decisões conjuntas, a posse dos meios de produção e a organização do trabalho, aberta ao mercado mas que potencializa o sujeito trabalhador, seus modos de agir, seus usos de si, suas limitações apontam para a ATUT como um modo de expressão da empresa social de Rotelli e da empresa solidária de Singer, constituindo-se uma organização em constante movimento.

2.2 - A ATUT E A REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

Segundo Saraceno (2001) um projeto de reabilitação não pode ser reducionista, tecnicista, mas deve ter um cunho biopsicossocial, abrangendo uma estratégia global em direção ao exercício da cidadania. Reabilitar no sentido de constituir o poder contratual do sujeito na habilidade de efetuar trocas em principalmente três grandes cenários: habitat (o lar), a rede social e o trabalho com valor social.

Não penso em dividir os três domínios, como Saraceno, mas me apoio nesta divisão para visualização da expressão dos sujeitos, para considerar cada cenário construído como um território: a casa, o trabalho e o lazer. A casa, como um lar, o trabalho, que permita uma conexão com o fluxo e o movimento da cidade, do mercado e o lazer, como rede social junto aos vizinhos, aos amigos com passeios, encontros, reuniões.

Alguns sujeitos do presente estudo ainda são monitorados e moldados nas instituições disciplinares e, portanto, talvez se torne possível pensar a ocupação do tempo de acordo com as atividades específicas. Um tempo para cada uma delas. Também é importante destacar que os cenários do existir devem ser criados para possibilitar a construção da rede que sustenta a finalidade de um projeto biopsicossocial, diferente do modelo biomédico vigente. Isto se justifica em vista de a produção de sentidos se situar na relação entre os campos criados, nos quais se desenvolvem as relações, não somente de caráter contratual, mas também de afetos.

Para Saraceno, a reabilitação não se restringe a uma técnica específica, como por exemplo, fazer cinzeiros, pintar um quadro, mas diz de uma estratégia de transição para construção de um poder contratual naqueles três cenários que venha a possibilitar um *empowerment* (aumento de potência) em sujeitos despotencializados e sem poder de troca, sujeitos “entre parênteses”. A reabilitação, como estratégia, deve fazer parte de uma engrenagem maior que sustente e segure os sujeitos na conquista de suas cidadanias.

A cidadania tal como analisada por Vasconcelos (2000) implica a conquista também do direito, pelos portadores de sofrimento psíquico, deficientes mentais e populações vulneráveis, a uma discriminação positiva e não negativa, de tal forma que torne possível escapar do conceito de desigualdade para substituí-lo pelo de **inequivalência**. Todos iguais perante a lei, mas inequivalentes, em vista de seus estados especiais, que estimulam, não a criação de estigmas pejorativos, mas de dispositivos que

potencializem a manifestação das forças singulares que se atravessam nos sujeitos e não encontram, muitas vezes, formas de expressão.

Foi neste sentido que a ATUT foi inventada. O trajeto que vai de uma oficina terapêutica, passando pela reabilitação, pelo entretenimento, para um trabalho de valor social realizado, de entreter, que segundo Saraceno, significa manter dentro, dentro da hospitalização, dentro de uma lógica disciplinar, do adestramento e da contenção dos corpos **em direção** à conquista da cidadania. A ATUT, em um trabalho como valor social, interagindo com os outros territórios existenciais, pode vir a atuar como dispositivo de ampliação de laços sociais.

2.3 MODOS DE TRABALHAR, MODOS DE INVENTAR

Já se percebe o caminhão chegando, na volta da curva do alto da encosta e, prontamente, um já avisa: “chegou carga, preciso de homens fortes”. Três ou quatro trabalhadores imediatamente se levantam, sendo que outros dois, avistados pelos demais e chamados, correm para frente, posicionando-se para receber o material e depositá-lo na gaiola (janela) principal do local. Percebe-se uma agitação quase frenética na movimentação também dos demais trabalhadores, que, subitamente, são impelidos para seus postos de trabalho e, como se fosse uma dança de uma música sincronizada, cada qual inicia sua tarefa da forma mais aplicada e concentrada possível. A maioria absolutamente envolvida com o trabalho, com agilidade tal que, quem entrasse ali, naquele momento, pensaria estar nos “tempos modernos” das fábricas.

Sim, tempos e movimentos, ritmos e cadências: separar, dividir, coletar, empacotar, destruir, limpar, empilhar, cortar, amassar. Um trabalho, aparentemente repetitivo, desde a perspectiva de um observador externo, naquele momento, pode, assim como as palavras, ter seu próprio sentido rachado em direção a uma ruptura construtiva. Quebrar para criar, assim como na linguagem, pode-se inventar uma gagueira no trabalho situado como repetitivo, pode-se inventar a diferença.

O trabalho da ATUT, mesmo com base em uma organização formal, guiada por regras e diretrizes, escapa do modelo da fábrica taylorista/fordista, imperativo da Revolução Industrial, e que ainda rege certas formas de trabalhar, na atualidade, como os estabelecimentos de *fast food* e certos segmentos industriais. A distribuição e divisão de tarefas diferenciam-se pelas peculiaridades construídas no cotidiano, que somente um acompanhamento mais próximo permite visualizar. Neste intuito, resolvi mostrar as

inventividades dessa organização, diferenciando-a de outros modos tradicionais de trabalhar, como os embasados pela administração científica de Taylor e Fayol¹⁰.

2.3.1 - Das Disciplinas ao Controle Flexível

O modo-fábrica de Taylor/Fayol insere-se em uma sociedade que Foucault denominou disciplinar. Um poder disciplinar, matriz da sociedade disciplinar é estruturado através de aparelhos e instituições capazes de produzirem, regerem e manterem tanto as práticas produtivas como os hábitos das populações. Foucault (1975) mostra-nos que a constituição da sociedade disciplinar no século XVII foi fundada no controle sobre a vida. O poder objetivou primeiramente o corpo dos sujeitos, tomados como indivíduos, corpo-máquina que deveria ser adestrado e capturado em prol de um nascente sistema produtivo. Tratava-se de disciplinar o corpo considerado com expressão de animalidade. Já em meados do século XVIII, o foco do poder ampliou-se para o controle das populações e vinculou-se às taxas de natalidade, mortalidade, duração de vida e condições que interferem nestas e em outras variáveis, biopolítica. A conjunção destes dois pólos, sujeição dos corpos (disciplinas) e das populações (biopolíticas), através de estratégias de intervenção e controles reguladores estatais (governamentalidade)¹¹, marcou a emergência para a era do regime do biopoder.¹²

O biopoder apresenta-se como um elemento indispensável ao projeto da modernidade capitalista no sentido de capturar as potências de vida dos modos de produção do sistema. É parte desse projeto inserir os corpos no aparelho de produção e adaptar as populações ao sistema produtivo como um todo. Há modulações nos fluxos do desejo, conduzindo-os para colaborarem na alimentação e reprodução do sistema. Com isto, entende-se que o enfoque do biopoder é o de afirmar a sua potencialidade como produtor e incitador, devendo, para tanto, se inculcar de forma intensiva, no

¹⁰ Ver mais sobre o taylorismo em Taylor, W.F. (1960) *Princípios da Administração Científica*. São Paulo, Atlas; Antunes, R (1999) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

¹¹ Governamentalidade, para Foucault, é colocar em prática uma economia em nível de todo Estado, quer dizer ter “com respeito aos habitantes, as riquezas, as condutas de todos e cada um uma forma de vigilância”, de controle, não menos atenta do que a do pai sobre todos os de casa e seus bens(..) tendo como meta os indivíduos que compõem a família, sua riqueza, sua prosperidade, os acontecimentos que podem ocorrer, as mortes, os nascimentos(...)as alianças. (FOUCAULT, Michel. *La Governamentalidad* In: *Estética, Ética y Hermeneutica*. (1999) Paidós: Barcelona.

¹² Ver mais sobre o biopoder em Foucault, Michel, *História da Sexualidade*, vol 1 –a vontade de saber, (2001) Rio de Janeiro, Graal.

próprio coração dos homens, ou seja, situar-se na própria produção desejante. O enfoque do poder afasta-se radicalmente daquele que o considera repressivo e negativo.

Tais estratégias foram estruturadas principalmente através de aparelhos e instituições que se apresentam como dispositivos disciplinares, capazes de modelar, segundo padrões ortopédicos, as forças da vida presentes nos corpos individuais e coletivos. Assim, as crianças ao freqüentarem a escola, os condenados, os loucos ao serem asilados, os trabalhadores ao serem empregados, os jovens ao serem alistados, tornam-se sujeitos de instituições específicas. Cada uma com sua particular linguagem, colocava-se a serviço da mesma lógica produtiva.

O ordenamento disciplinar, num primeiro momento, caracterizou-se pela ocupação de espaços institucionais, relativamente fechados e seqüenciados no tempo, fazendo com que a trajetória institucional a vir a ser percorrida pelo indivíduo se caracterizasse por uma espécie de evolução gradativa, reservando certa autonomia a cada uma de suas fases e etapas. E espaços institucionais são fechados e separados entre si, regidos pela lógica do dentro e do fora, mantendo-se dissociados. Do ponto de vista temporal, o tempo cronometrado era também fechado em cada um dos dispositivos, buscando cercear outras formas de experimentação criativa. Regular tempos e movimentos foi a intenção de Taylor ao instaurar, através do sistema de fábrica, um modo de cadenciamento das forças sob a batuta do controle simétrico e disciplinado da gerência e dos governos. A vida é disciplinada em todas as esferas da sociedade. Vida sob o controle de estruturas regidas pela lógica arborescente, hierárquica e funcionalista. As múltiplas instituições, especializadas quanto aos seus saberes, mas regidas pela mesma vontade de poder: a de converter as ameaças de diferenciação e dissolução da coesão social em potencializadoras da coesão social.

Os sujeitos eram esquadrihados em espaços fixos e monitorados por tempos determinados. Os espaços eram fixos visando não somente a um controle sobre os deslocamentos dos trabalhadores, dentro da organização, como também uma estratégia de análise dos modos de trabalhar de cada um e do grupo, para um aperfeiçoamento e otimização dos mesmos. Já os movimentos repetitivos e autômatos eram sincronizados por tempos rigorosamente cronometrados, que buscavam o movimento ideal de cada trabalhador para tornar a cadeia produtiva o mais eficaz possível. A própria cadeia, caracterizada pela já referida divisão do trabalho, ordenava a rapidez e a perícia necessárias ao grupo todo envolvido, sendo que o trabalho de um dependia do outro, para a produção de um produto final, operação efetuada, portanto, pela cooperação

colocada a serviço da empresa e da produção. Cooperação que, segundo Marx (1989), produz uma maior rentabilidade do que a soma da produção dos sujeitos trabalhadores sozinhos e que, nesse caso, voltava-se para o sistema com a maximização das forças de trabalho.

Para Foucault (apud Neves da Silva, 2001, p.33), “o objetivo principal desta tecnologia disciplinar é criar um indivíduo apto a ser manipulado como um corpo dócil a partir da implementação de dois tipos de vetores de atualização: um espacial e outro temporal”. O vetor espacial refere-se à segmentação dos espaços que são fechados, confinados e separados entre si. Já o vetor temporal busca criar um tempo cadenciado, aplainando toda forma de experimentação criativa do tempo. Em tais espaços definidos por funções determinadas, a segmentaridade e a especialidade eram os imperativos para uma produtividade máxima.

Além da hierarquia e da padronização, os trabalhadores não dispunham, naquele modelo, dos meios de produção, sendo sua única propriedade, a força trabalho.

Diferentemente é o que ocorre na ATUT, onde os meios de produção e as decisões organizacionais foram restituídos aos trabalhadores da Associação.

2.3.2 - Modo ATUT de Trabalho

O trabalho na ATUT é estruturado por três setores: o do papel, o dos plásticos e o da administração. A administração envolve reuniões, contatos, organização da coleta, das vendas, o controle dos trabalhadores, seu pagamento, promoções, divulgações do trabalho, além da supervisão de tarefas como limpeza do local e realização do café, entre outras. O papel é separado por grupos entre misto e branco, Kraft e outros materiais, como jornais, revistas. Os plásticos são separados e identificados por códigos e cores. Derivam-se daí várias atividades, tais como: o material sigiloso que vai para picotadeira e depois para prensa e o material (papel e plásticos) que vai para prensa e é, depois, enfardado. Fora isto, esporadicamente, latinhas são amassadas, caixas de leite lavadas e outras atividades são desenvolvidas conforme o material e a demanda de mercado que se apresentam. Depois da compra da prensa, raramente as latinhas são amassadas. Quanto a lavar as caixas de leite, apesar de comprador certo, foi decidido pelo grupo, depois de algum tempo, a não realização desta atividade, em vista dos prejuízos da água nas mãos das trabalhadoras, ambas pacientes do hospital. Mesmo com a demanda e, portanto, venda certa, o modo ATUT não se sujeita ao mercado. Está

aberto a ele mas sem se subordinar por completo. Déficits na vida dos trabalhadores não são parte de uma estratégia ATUT de organização que, ao contrário, procura positivar a vida.

Para o encadeamento das atividades, foi elaborado um fluxograma básico de trabalho auxiliado pela equipe técnica do HPSP e pelo DMLU, em conjunto com os trabalhadores. Nele, estão previstas a chegada e triagem do material, o seu direcionamento às mesas específicas, papel, plásticos, jornais e revistas, o carregamento das bombonas cheias em direção à prensa, seu enfardamento e pesagem e a limpeza das mesas.

As atividades se prolongam de acordo com a disponibilidade de material e os modos de trabalhar se modificam constantemente. Não somente são alteradas as posições dos trabalhadores, como também o próprio espaço de trabalho, como me relatou Peri, morador do Instituto D. Bosco:

“A gente estava separando material lá dentro, mas aqui fora tá melhor, então a gente resolveu arrumar a mesa aqui mesmo, no pátio.”

A fala de Peri refere-se ao estar na rua, na sombra, realizando a atividade de triagem de uma maneira mais agradável do que dentro, em um lugar fechado.

Também quanto às posições, o acolhimento no grupo define a permanência maior ou menor do trabalhador, principalmente quando as afinidades se sintonizam e as conversas acompanham o ritmo das mãos, fluindo e dispersando o tempo em horas agradáveis e, ao mesmo tempo, produtivas.

As solicitações dos trabalhadores são levadas em consideração nas trocas de posição e alteração de espaço de trabalho e, assim, dificilmente o controle, do ponto de vista espacial, alcança resultado, pois o trabalhador se movimenta de tal forma que eu mesma, às vezes, ao chegar no local, não conseguia localizar alguns trabalhadores, pois meu olhar se dirigia à posição em que estavam nos dias anteriores.

Quanto ao vetor temporal, o grupo não procura comparar tempo de enchimento das bombonas ao cronômetro do relógio. Uma indicação precisa da marcação do tempo, no local trabalho, se refere à resposta do grupo com relação a uma das funções de Analice, na Coordenação da ATUT:

“Ela grita :hora do intervalo pessoal”!

O tempo de intervalo para o café é observado por todos com o mesmo rigor que a hora de chegada e as faltas ao trabalho, principalmente entre o pessoal da comunidade, conforme relatos das pautas nas reuniões. Mas, nesses casos, o tempo é uma marcação limite do início e fim do trabalho, que deve ser respeitado e não um vetor analítico para uma melhoria na produção individual dos trabalhadores.

A produção é associada a quem trabalha e a quem não trabalha. Os olhares do grupo são os principais indicativos, sem indicadores objetivos, nem qualitativos, nem quantitativos. O grupo entra sempre em avaliação, variando os sujeitos alvos de críticas e também de elogios.

Poder-se-ia considerar que os setores da ATUT funcionam como órgãos em um organismo. São pequenos territórios que, em conjunto, e com base em um funcionamento ritmado, agregam-se para alcançar os objetivos. O importante na Associação se encontra nas decisões de como agregar tais segmentos, segundo os princípios da cooperação e da auto-gestão. Em síntese este é o modo-ATUT de trabalho.

2.3.3 - Tempo de Circular os Afetos: hora da reunião

No início, nas primeiras reuniões, não havia nem cadeiras suficientes para todos. Observava-se uma briga por essas cadeiras, sendo que alguns sentavam em latas, em mesas ou, mesmo, no chão. Mais tarde, foram compradas cadeiras novas e como as reuniões eram realizadas no pátio, a disputa passou a ser por um lugar à sombra, no verão e um lugar ao sol, no inverno. Alguns pacientes se deitavam na grama, mas não deixavam de participar da reunião.

As reuniões gerais do grupo se realizavam, principalmente, às sextas-feiras, às 10 horas. Reuniões da coordenação eram realizadas às quartas-feiras pela manhã, quando eram elaboradas as pautas para a reunião geral.

As principais preocupações se relacionavam a três eixos principais: horas extras/distribuição dos rendimentos, faltas e atrasos no trabalho/disposição dos grupos e maquinários/compra, manutenção. Outros assuntos entravam em discussão conforme o surgimento das tensões e conflitos, muitas vezes inesperados.

O primeiro eixo vinculava-se, principalmente, ao pessoal da comunidade, moradores da vila São Pedro, suas faltas e atrasos e os respectivos pagamentos e horas

extras. A questão da paridade dos rendimentos entre moradores da vila e pacientes também era focada. Não assisti a uma só reunião em que essa pauta não estivesse presente.

2.3.4 - Um nó difícil de desatar

Uma questão que produziu um nó de tensão, difícil de ser desatado, vinculou-se à situação peculiar dos pacientes quanto aos seus níveis de rendimentos e à produção no trabalho. A negociação para uma compreensão solidária com os pacientes exigiu elaboração dos técnicos, durante as reuniões. Desde o início, as diferenças na qualidade de produção foram apontadas pelo pessoal da vila com relação aos pacientes, conforme conversa seguinte, entre Bernardo, morador da vila e João, usuário do HPSP:

“- Lá no DMLU eu livre o corpo fora, botei no de vocês, vocês podem ficar brabos comigo, me chamem em particular.”
(Bernardo)

“- A separação não estava perfeita porque antes eu lidava com plásticos, depois que os colegas chegaram não deu para separar tudo direitinho, além do que faltaram sacos para a separação.”
(João)

Tratava-se de um material que fora para venda, sem estar adequadamente separado e embalado. Na reunião, Bernardo responsabilizou diretamente os pacientes, sem deixar de ter a resposta de João que não se intimidou. Esse diálogo constituiu-se uma materialização da dificuldade do acoplamento da comunidade ao pessoal do hospital. Os pacientes já estavam na Associação quando o pessoal da comunidade chegou e sentiram-se desterritorializados de seu espaço de trabalho. Ao mesmo tempo, o pessoal da comunidade apresentou um outro ritmo ao trabalho, exigindo o acompanhamento dos pacientes. Essa relação configurava-se como uma vontade de dominação por parte da comunidade junto aos pacientes que, caso não houvesse uma mediação da equipe técnica e resistência por parte de alguns, poderia se cristalizar como um estado de dominação dificilmente reversível. Na conversa entre Bernardo e João transpareceu essa atmosfera de desentendimento e tensão que extrapolou as relações diretas no trabalho. Naquele caso, explica-se que o João sempre trabalhou nos plásticos

e tinha sido desviado de sua função para cobrir o setor de separação de papel, não tendo experiência suficiente para isto. A importância de acontecer a discussão na reunião do coletivo foi que o grupo decidiu que ele retornaria ao setor de plásticos, o que o deixou satisfeito.

No entanto, observo que isto não dissolveu uma certa “atmosfera de hostilidade” que acompanha a ATUT, desde sempre, fato que levou a equipe técnica a se posicionar e defender a existência de uma inequivalência entre o pessoal do hospital e o da vila, em vista do sofrimento-existência destes sujeitos que os impede de produzirem da mesma forma que os outros.

Em vista dessa condição, os técnicos referiram às vantagens para o pessoal da Vila estarem ali trabalhando, tais como, o acesso ao material, pela marca do HPSP que mobiliza o público em geral a colaborar com a Associação, doando materiais, além da maior facilidade de serem realizados convênios com órgãos públicos, já que é um projeto social inédito e de relevância na geração de emprego e renda.

A contraposição do pessoal da Vila é a de todos receberem o equivalente, mesmo sendo inequivalentes. Também colocaram em reunião a proteção aos pacientes, conforme fala da Carol, moradora da Vila:

“Vocês somente se preocupam com os pacientes, os da Vila não são nada, não valem nada.”

Em vista do descontentamento, acima expresso, e também da situação de maior precariedade do pessoal da Vila, pois alguns do hospital recebem pensão e outros rendimentos, algumas estratégias foram construídas em conjunto e passaram a ser utilizadas para equilibrar vantagens e desvantagens, limitações e capacidades. Tais estratégias começaram a ser norteadas pelo volume de trabalho existente na ATUT, vinculado à coleta e aos materiais concedidos pelos órgãos públicos e empresas privadas, através de convênios, sendo alteradas pelas conjunturas apresentadas.

No primeiro ano de trabalho dos coletivos, a atividade principal desenvolvia-se pela manhã, sendo que no turno da tarde eram escalados grupos para se revezarem, conforme o dia da semana. No caso, os grupos da tarde recebiam horas extras. Quando o trabalho aumentou, uma estratégia para minimizar o descontentamento do pessoal da comunidade, foi a ampliação do horário de trabalho para dois turnos, sendo que o segundo turno seria prioridade deles. Isto provocou um efeito em alguns pacientes que,

achando-se em desvantagem financeira, passaram a render bem mais e, inclusive, alguns ampliaram seus turnos nas tardes, respeitando suas vontades.

A avaliação do pessoal da comunidade deveria ser realizada pelo grupo. Já o pessoal do Hospital seria avaliado pela equipe técnica, entretanto, a avaliação dos pacientes às vezes escapava para o grande grupo, o que acabava sendo vantajoso para alguns deles que recebiam reconhecimentos. Quando ocorria o contrário, a equipe técnica era chamada para se posicionar, conforme situação abaixo de uma paciente:

“Ela não pode vir no turno tarde, pois não está rendendo como deve, pela manhã.” (pessoas da comunidade)

A equipe técnica intercedeu, conversando com o grupo sobre a importância do trabalho da paciente e aproveitando para dizer que também na Vila havia pessoas que não rendiam, mas que não cabia a eles avaliarem e sim ao grupo. No entanto, com relação a outros pacientes, o grupo se mostrava inclinado a indicá-los para turnos extras de trabalho.

Já, no primeiro semestre de 2003, a ATUT sofreu com a falta de matéria prima por um largo tempo. Com a redução do material, o rendimento pessoal diminuiu também consideravelmente. O grupo se reuniu e decidiu criar, temporariamente, três classes: Classe A, Classe B e Classe C, com diferenças na distribuição dos ganhos nas vendas. Os critérios para o enquadramento nas classes dependiam de fatores diferentes para os trabalhadores da vila e os pacientes.

Para o pessoal da comunidade, todos pertenceriam à Classe A, desde que não faltassem muito ao serviço e mantivessem uma produção equilibrada perante os demais do grupo. Quanto aos pacientes, para pertencerem à Classe A não poderiam ter outro rendimento, como pensões e benefícios e deveriam ter uma produção compatível com suas possibilidades.

A divisão foi efeito não somente da pressão do pessoal da comunidade junto à equipe técnica, mas também de princípios de solidariedade, pois o pessoal da comunidade provia suas famílias e se encontrava em situação mais precária que os pacientes.

Os pacientes, quando recebiam outros benefícios, mesmo que produzissem em equivalência com o pessoal da vila, aceitaram entrar na classe B, enquanto a situação não se estabilizasse. A produção apareceu como um fator importante, mas não dominou

outras situações como as limitações físicas e psíquicas e a vulnerabilidade econômica e social, desigual no grupo.

No segundo semestre de 2003, a situação começou a se regularizar. Isto muito se deveu a esforços da equipe técnica, não somente junto à regularização dos convênios com órgãos públicos, mas também ao trabalho de mobilização do grupo para auxiliar na busca de soluções, conforme narração abaixo de uma das reuniões de que participei.

Já passava das 10 horas da manhã. As cadeiras postas na rua não formavam o círculo de sempre, uns participantes se enfileiravam na parede do galpão da ATUT, outros se instalaram do outro lado, perto do gramado, enquanto que os que sobraram se posicionaram aleatoriamente, aqui e acolá. O desânimo, com a falta de material, evidenciava-se nos corpos prostrados. Cabisbaixos, nada os despertava daquele estado. Artur, psicólogo, se posiciona na porta da ATUT e a reunião começou. A conversa girava em torno da escassez de material. Desde fevereiro de 2003, as coletas diminuíram sensivelmente e o que parecia ser uma fase sazonal, do alto verão, estendeu-se por meses, culminando no esvaziamento das gaiolas e na diminuição dos rendimentos tanto da ATUT como de cada um. Artur explicou seus esforços. Os contatos e os convênios seriam firmados, não mais apenas verbalmente, mas por escrito, registrado. Pormenorizou as ações tomadas, desde o providencial material de divulgação, com *folders* e uma *homepage* da ATUT, além das campanhas junto à imprensa, solicitando colaboração.

Aos poucos o coletivo se motiva. O Bernardo buscou contatos com empresas privadas para recebimento de material. A Ivete agendou reunião com o DMLU para tentar conseguir ampliar as vindas da caminhonete para coletas na cidade e outras possibilidades. No final, Carol convocou os colegas a pegar carrinhos e enchê-los nas ruas das proximidades.

As reuniões com o DMLU garantiram um suprimento provisório de material até a regularização dos convênios com os Órgãos públicos. A disposição da Carol estimulou o grupo a coletar, nas proximidades, além de campanhas no próprio hospital. Quanto ao Bernardo, pode-se ver a recompensa de seu esforço na nota abaixo, do Jornal Correio de Povo de Porto Alegre, em 11 de julho de 2003:

“ A Associação dos Trabalhadores na Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro ganhou um novo doador de material reciclável. É a Telelistas. A empresa repassa 300 quilos

de papel/mês e ajuda na formação da renda da associação – muitos são pacientes “.

A escassez de material, através dos esforços do grupo, foi solucionada por enquanto. Muito disto, deve-se à equipe técnica da ATUT com seus contatos externos e a seu trabalho com os associados no incentivo ao crescimento da organização. Com a situação do material regularizada, as discussões sobre atrasos e faltas se aprofundaram de tal maneira, que foi decidido comprar um relógio ponto.

2.3.5 - O Relógio Ponto

“Não há relógios de ponto a serem acionados no terreno da produção biopolítica.” (Hardt e Negri, 2001, p. 428)

Aquela sexta-feira foi especial para o coletivo trabalhador. A pauta principal era a compra de um relógio ponto. Cansados das discussões ao redor dos atrasos e faltas no trabalho, parte do pessoal da comunidade considerou essencial propor a compra de uma máquina para realizar o controle mais preciso das horas de trabalho, com a expectativa de minimização das injustiças, pois muitos se achavam vitimados frente aos outros.

A máquina seria utilizada pelo pessoal da comunidade e alguns pacientes pertencentes à classe A. Quanto ao restante, seriam dispensados dessa exigência de bater o ponto.

Foi comprado um relógio usado, antigo, não digital, de porte considerável e, como um altar, foi colocado na pequena sala, onde ocupou um lugar de destaque e visibilidade, tornando-se a principal peça da sala e alvo de olhares de admiração por todos os trabalhadores. Eu mesma me surpreendi a admirar a soberba máquina.

As conseqüências da instalação da máquina do controle não foram poucas. Na reunião seguinte à compra, pela primeira vez, na ATUT, um devir-revolucionário foi atravessado nos trabalhadores.

Para os trabalhadores do mundo contemporâneo, a presença do relógio-ponto, seja ele digital ou mecânico tende a produzir desconforto e mesmo repugnância. Não são poucos os casos de boicote a essa máquina, inclusive com danos irreversíveis. O trabalhador acaba por transferir para a máquina a dor de sua dominação e exploração, desagregando-a, quando seu desejo é o de desconstruir o sistema a que está submetido.

Paula Sibilía aponta a história dessa máquina e como o excessivo controle do tempo acabou inclusive se tornando tema e preocupação em romances. “O agente secreto” de Joseph Conrad, 1907, conta a história de um atentado anarquista, inspirado em um episódio de época fracassado, cujo alvo foi o Observatório de Greenwich, Inglaterra, “precisamente o ponto do planeta escolhido para operar como o quartel-general do enquadramento do tempo em fusos horários, visando à sincronização das tarefas humanas a serviços do capitalismo industrial.” (Sibilía, 2002, p. 24-25)

No caso da ATUT, a revolta dos pacientes se deu pela **exclusão** na utilização do relógio ponto. Praticamente todos se manifestaram, mesmo os que costumavam se manter calados a maior parte das reuniões. Como alguns têm o privilégio de possuir um cartão e outros não? Até mesmo os mais tímidos solicitaram um “cartãozinho”.

A reivindicação de pertencer à classe A não se vinculou ao ganho de um rendimento maior, mas à posse do cartão, ao consumo de uma subjetividade-trabalhador ainda produzida sob a idéia tradicional da figura do assalariado que bate o ponto no relógio. Mas como falar em relógio ponto no mundo digitalizado, informatizado da modernidade líquida?

Penso, então, no que seria a coexistência dos tempos no contemporâneo. Para sujeitos que nunca foram assalariados e/ou vinculados a um contrato formal de trabalho, poder-se-ia dizer que a experimentação desse tempo não se atualizou, ficou como numa “nuvem virtual” (Deleuze apud Pelbart, 1998, p.109), talvez, um possível não realizado? Sem essa passagem, essa vivência, será que o coletivo ATUT, ao clamar por esse tempo, instituiria um outro, inventaria um novo tempo?

Os protestos dos pacientes resultaram na distribuição do cartão para todos os trabalhadores. Contudo, ter o cartão, não significava bater o ponto. Cassiano exigiu o cartão, mas argumentava:

“Hoje eu não vou bater o ponto, eu cheguei tarde demais e vou sair cedo demais.”

Os pacientes não eram controlados pelo relógio, apesar de terem o cartão, mas Cassiano, mesmo descompassado, parecia sentir melhor que o pessoal da comunidade os efeitos daquela máquina e se negava a compactuar com a relação de dominação que ali poderia ser estabelecida.

Alguns trabalhadores também deixaram o cartão mais branco, limpo, ou seja, não marcaram quase nada. Mas, no meu entendimento, a função do relógio e do cartão terminou por estar vinculada menos ao controle do tempo e mais à produção de um dispositivo de subjetivação coletiva que faz os sujeitos se reconhecerem e se conectarem como um grupo de trabalho.

O interessante é que o relógio e o cartão não obstaculizaram os acertos informais, as quebras de regras, apenas formalizaram essas quebras, trazendo-as para dentro do esquema e da estrutura. O desacerto, a mudança e a exceção se movem com fluidez, na ATUT.

2. 3.6 - O controle flexível na ATUT

Essa efetivação da busca de direitos e deveres pelo grupo através do cronômetro do relógio, faz pensar em Deleuze (1998) e nas modalidades do poder na sociedade de controle do contemporâneo, onde não há mais necessidade do panóptico e nem de gerentes. Somos todos gerentes nas empresas da vida, e como diz Bernardo, morador da comunidade, ao grupo:

“Não pensem que não estão sendo controlados. São quarenta pessoas com dois olhos cada uma.”

Bernardo nunca leu Deleuze nem Foucault. Se os tivesse lido, com certeza concordaria com eles. Para Deleuze, hoje, as estratégias de controle estão mais fluídas e sem um referencial identificado, como o caso do supervisor ou gerente na indústria. O poder se disseminou, alastrou-se por todo o corpo social. Passou-se da fábrica para a empresa, sendo o marketing e não mais o “chão de fábrica” a alma dessa nova organização. Flexibilidade, versatilidade e fluxo constantes não combinam com os grandes prédios e seus equipamentos pesados, com o sistema panóptico de vigilância e de controle. Com a tecnologização e os novos *layouts*, as organizações tornaram-se mais fluídas, mais leves e menos territorializadas em um só lugar. Deslocam-se com vistas a acompanhar a velocidade de mudança imposta pelo mercado. Também foram transformadas as estratégias de segregação dos sujeitos para outras formas de prisão imperceptíveis, mas não menos eficazes. O controle interiorizou-se na alma dos

trabalhadores, incorporou-se e passou a reger a vida na própria produção desejante. Os valores estão tatuados na pele de cada trabalhador.

A desmaterialização da fábrica também acompanhou a produção de um regime de trabalho mais imaterial fundindo-se, hoje, ao trabalho material, vivo, já que o trabalhador deve planejar, organizar e decidir na empresa e não apenas cumprir uma atividade manual específica. As próprias redes do poder acabam se tornando mais difusas e pouco presenciais. As metas e objetivos são mais materiais que as pessoas, as instituições e os referentes antigos.

Sem um gerente, um patrão, um dono para se vincular, o trabalhador flexível volta-se para si próprio, para encontrar no seu “interior” a força e o comando necessários para corresponder às exigências do sistema.

O que não acontece na ATUT, por várias razões já especificadas, e outras que ainda serão relatadas e que se vinculam aos dois princípios norteadores: a cooperação e a solidariedade.

Na ATUT, não se trata de trabalhadores e empresas flexíveis, mas do **controle flexível**. Pois, ao mesmo tempo, que controla e exige, o modo de trabalhar na ATUT aceita as dificuldades de quem chega mais tarde, as compensações de quem necessita faltar, as limitações de quem não produz em igualdade. Em várias reuniões, as pessoas trocaram de turnos, compensaram as faltas e os atrasos, solicitaram dispensas e obtiveram aceite do grupo. O que este não aceita é que uns se “proveitem” dos outros, regra esta que incide somente entre aqueles que são equivalentes. Na ATUT, predomina o interesse pela potencialização dos trabalhadores como sujeitos.

Pude observar que os momentos de maior conflito entre os associados da vila ocorrem quando a produção e o trabalho aumentam. Nos momentos de crise, quando não há material, o grupo se une em busca de soluções. A preocupação está em ninguém se sentir explorado pelo outro, em desvantagem.

As conversas sobre trabalho/não trabalho, dinheiro e distribuição equitativa tanto entraram nas reuniões, que produziram efeitos em alguns pacientes como Cassiano que busca constantemente achar uma função importante na ATUT, se auto-intitulando, “puxador da reciclagem”, já que raramente trabalha. O interessante é que desvia de si para o outro o controle de trabalhar com afinco e ininterruptamente, principalmente quando esse outro é trabalhador da comunidade, conforme relato de Diana:

“Hoje o Cassiano está impossível. Quando cedinho da manhã entrou no galpão perguntou se tinha gente ali. Quando eu falei que estava, ele rapidamente respondeu: Então vai trabalhar”.

Observando, nas reuniões, que o coletivo trabalhador recebia mais dinheiro que ele, Cassiano passou a, além da função de “puxador”, querer mostrar trabalho na triagem do material, chamando constantemente todos para vê-lo trabalhar, mesmo que este trabalho durasse apenas alguns minutos.

Retornando à organização ATUT, um fato importante é o dos trabalhadores possuírem os meios de produção. A maquinaria, como a prensa, a picotadeira e a balança, além do mobiliário e tudo o que ali se encontra, foi construído e adquirido pela Associação.

2. 3.7 - Modos de produção do trabalho ATUT

Uma peça do mobiliário que merece atenção é um armário onde os trabalhadores guardam seus pertences pessoais, a chave. É utilizado principalmente pelos pacientes que, muito freqüentemente, movem-se em direção às gavetas chaveadas tirando e colocando coisas. Certa vez, Sancho, paciente do Instituto D. Bosco, me mostrou o que tinha na gaveta: um desodorante “cheiroso”, um crachá, um perfume, um sabonete, um pote de margarina e um pequeno relógio despertador. Suas principais posses.

Os cuidados e manutenção do maquinário se estendem e se misturam com a preocupação com o trabalhador que os utiliza, tendo ficado decidido que os trabalhadores-pacientes não trabalharão diretamente nas máquinas e que os demais, não-pacientes somente poderão fazê-lo após treinamento.

Com relação à utilização das máquinas pelas trabalhadoras, considero interessante relatar o diálogo que segue:

- “- As mulheres não devem trabalhar nas máquinas.” – Bernardo, morador da vila
- “- Por que não?” - Ivete, moradora da vila
- “- Devem saber porque a mulher não pode trabalhar. Devem ver com o DMLU.” - Bernardo

“- Mas a questão é ver se as mulheres querem ou não trabalhar na máquina e não se podem ou não.”- Equipe Técnica

Nota-se o aparecimento da questão das transversalidades nas relações de poder, pois estas não são operadas apenas verticalmente e/ou horizontalmente e de forma binária, tais como, ricos e pobres, negros e brancos, homens e mulheres, loucos e não loucos. São condições que possibilitam uma intensificação da dominação de uns sobre os outros e que se efetuam por atravessamentos múltiplos, como a conjunção que produz a marca mulher, pobre, negra, louca.

Na ATUT, naquele momento, nenhuma mulher se dispôs a trabalhar diretamente nas máquinas, apenas numa posição de auxiliar o operador. Isto acabou evoluindo e, depois, observo que Diana, moradora da vila, funcionou na picotadeira, sendo que o fato de ser mulher não a impediu de realizar muito bem seu trabalho e ser reconhecida pelo grupo.

Quanto aos pacientes, estes ainda não participam diretamente da lida com as máquinas, tendo alguns de imediato se assustado:

“- Sou muito boca aberta e posso perder os dedos.” Cassiano

“- Posso ter uma crise.” João

Algo interessante refere-se a preocupação do grupo em prevenir doenças de trabalho. Fisioterapeutas do hospital foram chamados pela equipe técnica para o ensino de posições corretas nas máquinas, evitando desconfortos, além da utilização dessas em curtos espaços de tempo e em operações de rodízio.

O sentido de que tudo pertence a todos também se torna evidente nos cuidados com instrumentos utilizados no trabalho, que podem cair no lixo e se perderem junto ao material reciclado. Preocupam-se, inclusive com possível danificação do material e extravio, comprovado com a colocação de grades nas janelas para impedir a entrada de pacientes do hospital, não trabalhadores, em fins de semana e feriados. Também foram instalados extintores de incêndio para o caso de acidentes com fogo.

A proteção ao trabalhador mereceu uma especial atenção do grupo quanto à aquisição de equipamentos de proteção, como luvas, vestimentas de proteção, máscaras. Trata-se de proteção vinculada à insalubridade do lixo, que permite ao grupo uma maior segurança no desenvolvimento do trabalho. Outra vestimenta adquirida foi uma

camiseta com o nome da ATUT, de cor vermelha, freqüentemente utilizada pelos trabalhadores, principalmente os pacientes, que se orgulham de usar um uniforme que os relaciona ao exercício de um trabalho. Uma camiseta que traz o nome do HPSP e, como disse Cassiano, paciente:

“Agora eu tenho o título de cidadão do São Pedro!”

Percebe-se assim, o sentido de buscar a cidadania com a marca do HPSP estampada no peito. Penso a respeito de tantas outras marcas que o velho hospital produzira em alguns sujeitos. Traços e danos visíveis e expressos em seus corpos. Mas, também observo que, para que o lixo venha ser reciclado e se transforme em matéria-prima, necessita estar na condição de lixo. Os sujeitos ali presentes também se encontravam em condições de precarização máxima, imputados por relações de poder cujos efeitos os desnudou de si próprios a tal ponto de eu fazer um uso oblíquo do conceito de Agamben de vida nua, para, então, poderem adquirir valor, revestir suas vidas e vivenciar a cidadania.

2.3.8 - Compondo e (de)compondo os grupo de trabalho

Outro eixo principal nas reuniões refere-se à constituição e ao revezamento dos grupos de trabalho nos setores e nas escalas. A mobilidade nos setores é constante, assim como os problemas interpessoais que surgem. Os desentendimentos entre os colegas, principalmente os da Vila, também são colocados nas reuniões do grupo, com discussões que buscam ser resolvidas ali mesmo. Estas tensões fazem parte de um trabalho que envolve um número expressivo de trabalhadores e que se constitui como cooperativo, sem um chefe hierarquicamente superior que comande com autoridade e não permita enfrentamentos diretos.

As queixas ainda são freqüentes e respingam na equipe técnica que procura intervir no que pode e deixa correr o que considera que deva ser resolvido pelo grande grupo. O trabalho da equipe técnica direciona-se no sentido de minimizar os conflitos interpessoais e canalizar as energias do grupo para ações que levem ao crescimento da ATUT e que possibilite tanto uma maior renda para cada um, individualmente, como a abertura de novas vagas e oportunidades para quem já espera um lugar de trabalho na Associação, seja de parte da vila, seja de parte do hospital. Em conversas que eu tive

com os trabalhadores, busquei argumentar que não existe uma organização acima deles, em nome de um ou outro coordenador, e que sem eles a Associação deixaria de existir, e, por isto, por ser parte deles, era importante cuidarem do que lhes pertence.

Quanto à composição dos grupos mistos, os pacientes se associam conforme afinidades. Rendem muito mais quando se sentem entre amigos e acabam criando certos espaços de convivência que lhes favorece e facilita o trabalho.

Um dos problemas na composição dos grupos ocorria no trabalho no setor de plásticos, que prioritariamente, ficava a cargo dos pacientes, pois o exercício da atividade de separação dos plásticos é diferente da triagem do papel, por duas razões: primeiro porque o papel normalmente é um lixo considerado limpo, pois vem de órgãos públicos e não está misturado com outros ingredientes; segundo, a separação dos plásticos é bem mais trabalhosa pelos tipos de plásticos e códigos que os caracterizam formando em torno de 12 categorizações a serem separadas.

Os pacientes assumiram esse setor com o João, sempre como um sustentador, já que ele estudou a composição dos plásticos e estava em constante aprimoramento. No entanto, João passou a não dar conta e o material se acumulou. A ajuda e a liderança de Diogo aprimoraram muito o trabalho, mas não eram suficientes. Além do que, eles não achavam certo que o rodízio do trabalho do grupo não incluísse o setor dos plásticos. O coletivo decidiu por aumentar os rendimentos de quem trabalhasse nos plásticos, o que ampliou o número de candidatos para essa atividade. No entanto, esta questão não se resolveu por completo em vista de o pessoal da comunidade ainda se isentar de colaborar nesse trabalho. Enfim, os pacientes continuavam mantendo o setor, realizando rodízios apenas entre eles.

O coletivo, mesmo assim, amadurece nas reuniões, sem se dar conta dos avanços que realiza. Muito se deve à equipe técnica que intervém e tenta apaziguar alguns conflitos, ressaltando aqui, a participação do psicólogo Artur. O entendimento do grupo como um sujeito, na forma da roda, expressa-se nos risos e nas trocas de olhares, quando um acontecimento desvia a atenção da pauta da reunião.

Mesmo que estejam discutindo algo importante e que provoque tensão, abrem uma pausa para um paciente que vem de fora buscar um fogo para o cigarro, ou um outro que se instala no meio da roda, ou algum que tenta entrar no galpão da ATUT. Todos se mobilizam para ajudar ou dispensar o visitante. Também quando algum paciente dorme no meio da reunião, todos se preocupam em acordá-lo e enquanto isto não acontece, não dão continuidade à discussão.

2.3.9 - A Coordenação

Como se tenta discutir quase tudo nas reuniões, também a eleição para a Coordenação da ATUT cabe ao grande grupo. As indicações podem ser tanto do grupo como dos indivíduos.

Os votos são individuais e todos têm direitos a voto. Da atual coordenação, três são moradores da vila, uma é da vila e paciente do hospital e outro é do hospital. A Coordenadora Geral é da vila.

A Coordenação já passou por várias mudanças, mas Ivete permanece na coordenação geral, há mais de um ano. Um dos coordenadores, morador da vila, saiu da ATUT e outro se incompatibilizou com a coordenação. Uma paciente entrou em crise e teve que sair, outro paciente incorporou uma função de mando ao extremo, e foi afastado. Assim sucessivamente, alternando vila e hospital, a coordenação vai se modificando e também adquirindo experiência.

Também nas reuniões é discutido o que os trabalhadores esperam dos coordenadores:

“- Um coordenador que esteja quando precisa, que entenda do material e que auxilie quando preciso.” João, paciente do HPSP

“- Um coordenador que escute as pessoas.” Diogo, paciente do HPSP

“- Um coordenador tolerante.” Ivete, moradora da Vila

“- Educação, nem vou falar!” Carol, moradora da Vila

A expectativa dos trabalhadores caminha em direção a um coordenador perfeito para todos, e que dificilmente poderia existir.

Quanto à participação nas reuniões, a equipe técnica sentiu que os pacientes não participavam tanto quanto antes do ingresso do pessoal da Vila, mas, pelas minhas observações, constatou-se que alguns contribuíram e mantêm a contribuição com indicações bem interessantes, como é o caso de João, Diogo e Carla. No caso de Carla, ela frequentemente incentiva, nas reuniões, a cooperação do coletivo, conforme suas palavras:

“Acho importante ressaltar a importância da colaboração e **cooperação** dos colegas em ajudar quem precisa quando se

desocupam de suas funções. O setor dos plásticos está se beneficiando com estas ajudas extras e o João também. “Pegando juntos” parece que o trabalho rende mais e todos ficam satisfeitos.”

É preciso observar, na fala desta trabalhadora, duas pontuações importantes, sendo uma relacionada a um dos princípios da ATUT vinculado à cooperação e aos efeitos desta entre os trabalhadores e a outra referente à reciprocidade de suas idéias junto ao grupo. Em uma das conversas que tivemos, Carla disse-me que suas idéias fora do Hospital não produziam ecos e que, na ATUT, ela encontrou um lugar, uma casa para se manifestar e ser escutada:

“O que tu dizes lá fora, mesmo tendo importância não tem uma escuta, não valorizam (...) eu sou feliz aqui dentro.”

Quanto ao pessoal da comunidade, seus participantes nas reuniões são reduzidos, fixando-se quase sempre nos mesmos: Diana, Ivete, Carol, Bernardo. Verifica-se, assim, um certo equilíbrio na participação vila e hospital.

Também a não utilização das máquinas pelos pacientes é compensada pela coleta, que se tornou praticamente função específica dos mesmos. Nas coletas, seja através da caminhonete cedida pelo DMLU, seja com carrinhos nas proximidades e no interior do hospital, os pacientes, liderados por Ester e acompanhados por uma terapeuta, exercem seu trabalho com competência e satisfação. O trabalho permite a eles que se relacionem com os moradores de edifícios residenciais e comerciais, donos de empresas, funcionários de órgãos públicos e com a comunidade em geral, além da circulação, no próprio hospital, com a marca de trabalhadores da ATUT.

A principal carga de material é trazida por um caminhão do DMLU dos convênios com Órgãos públicos. O caminhão é descarregado pelo grupo. Outra função principal dos pacientes é a de desobstruir o local, movimentando-se de um lado a outro, retirando os resíduos de lixo e permitindo a mobilidade e o andamento das atividades das equipes. Um dos pacientes, por exemplo, tem como única atividade varrer. Uma tarefa que faz com presteza e minúcia, quando não esquece o chão e varre os pés do trabalhador que ali se encontra, gerando alguns protestos. Também ocorre de ele

esquecer em que país está e chegar na ATUT falando em inglês. Ao receber reclamações dos colegas de que está no Brasil, imediatamente passa a responder em espanhol.

Alguns pequenos gestos, quase imperceptíveis produzem diferença nos trabalhadores, como o de Bernardo com Lisiane, na ATUT, conforme relato a seguir.

Em dezembro de 2002, em meio à confusão do galpão em plena atividade, Bernardo saciou a curiosidade de trabalhadoras como Lisiane, paciente do Hospital, em saber seu peso, pesando-a, entre um fardo e outro de material. Este pequeno gesto de Bernardo estimulou-a a melhorar sua alimentação, na ingestão de frutas, legumes e alimentos não tão gordurosos. Gradativamente organizamos, juntas, possibilidades de redução de certas práticas alimentares que, além de engordá-la, ainda a faziam gastar parte importante de seus rendimentos que poderiam ser destinados a outros objetivos.

Também os acontecimentos festivos se tornam motivo de muito planejamento, preparação, transformando o galpão de lixo da ATUT em um salão de festas e deslocando-o assim de sua principal função. Os trabalhadores cobrem a mesa principal do trabalho com uma toalha, salgados e doces, além de refrigerantes. No meio do salão, abrem um espaço para a dança, regada por música sertaneja e samba. Alguns presentes movimentam seus corpos ao ritmo da música, outros ensaiam passos tímidos. Em pouco tempo, a alegria torna-se soberana.

Com todas estas situações, mesmo com as rivalidades, os pequenos desentendimentos, as tensões cotidianas, ganham todos, pois os confrontos fazem parte, são constituintes e, mesmo com avanços e retrocessos, fluxos e refluxos, todos são potencializados.

Na ATUT, há uma constante busca pela realização de uma reengenharia das trocas sociais. O coletivo ali interagindo e se constituindo, traz em si a condição de descartável da sociedade, de sujeitos entre parênteses, de vidas nuas, de subjetividades lixo (Suely Rolnik, 2003), de trocas zero. Já na sua constituição como sujeitos trabalhadores, assumem um valor social, seja para comprar uma cerveja no bar da Vila, seja para abrirem contas no mercado da cidade e/ou para negociarem em nome da ATUT. Suas vozes têm valor, passam a ser ouvidas, a fazer circular sentido, atenção, posição, lugar.

São estas possibilidades de trocas, de cooperação, de solidariedade que permitem que os sujeitos não somente sejam inseridos no corpo social, mas que sejam parte constituinte deste corpo, abrindo brechas e novas posições. Uma inserção que se

dê pela construção de novas práticas, através do trabalho, e não simples reprodução e adaptação à lógica de um sistema que exclui.

O trabalho que é realizado na ATUT possibilita várias entradas aos sujeitos nas vias da cidade. Suas experiências passam a irradiar, nos locais em que circulam, nos cursos, encontros e manifestações de que participam, pois os trabalhadores são freqüentemente chamados para representar a ATUT em encontros, feiras, festividades. Um grupo é selecionado pelos colegas e ainda pode compensar, depois, com horas não trabalhadas.

Já foram ao Brique do Parque Redenção, várias vezes, ao Parque Harmonia na semana Farroupilha, em feiras nas cidades próximas, como Alvorada e até em cidades mais distantes como Santa Maria. Sem contar o Congresso em Caxias do Sul, em que Diogo, usuário do HPSP, representou brilhantemente a sua ATUT.

Se ali fosse uma empresa, Franco Rotelli a chamaria empresa social e Paul Singer, empresa solidária. É a empresa social que Rotelli usa como recurso à desinstitucionalização, que se encaixa, aqui, não como um modelo, mas como uma fonte de luminosidade, que não só guia, como também ensina a produção de luz

III – O COLETIVO TRABALHADOR ATUT

“A MULTIDÃO É UMA MULTIPLICIDADE, UM PLANO DE SINGULARIDADES, UM CONJUNTO ABERTO DE RELAÇÕES, QUE NÃO É HOMOGÊNEA NEM IDÊNTICA A SI MESMA, E MANTÉM UMA RELAÇÃO INDISTINTA E INCLUSIVA COM OS QUE ESTÃO FORA DELA. EM CONTRASTE, O POVO TENDE PARA A IDENTIDADE E HOMOGENEIDADE, AO MESMO TEMPO QUE ESTABELECE SUAS DIFERENÇAS EM RELAÇÃO AO QUE DELE ESTÁ FORA E EXCLUÍDO. ENQUANTO A MULTIDÃO É UMA RELAÇÃO CONSTITUINTE, INCLUSIVA, O POVO É UMA SÍNTESE CONSTITUÍDA E PREPARADA PARA SOBERANIA”. MICHAEL HARDT E TONI NEGRI

3.1 - OS TRABALHADORES

3.1.1 - Os Guris do D. Bosco

Peri (21 anos), Sancho (44 anos) e Ivo (22 anos) assim como outros, vivem no Instituto D. Bosco, filial do HPSP, em Viamão. Antes de trabalhar na ATUT, levavam uma vida reclusa, com direitos e deveres vinculados às estratégias disciplinares, próprias de uma Instituição Total.

Suas histórias trazem em comum a miséria da infância, os maus tratos, as passagens pelas ruas, a fome e tantas outras privações que fazem parte da vida daqueles que são destituídos de tudo, muito cedo. Inicialmente foram abrigados em instituições para menores abandonados, como a FEBEM – Fundação do Bem Estado do Menor do

RS. Mas, assim que completaram 18 anos, em vista de serem portadores de deficiências físicas e mentais permaneceram como internos do Instituto D. Bosco.

Tentaram fugir várias vezes das instituições por onde passaram, mas observa-se que não se queixam dos maus tratos, da obrigatoriedade da medicação e de qualquer outra ação que tenham sofrido. Incorporaram o Instituto D. Bosco como a única família que os acolheu por este tempo, lugar que lhes ofereceu comida, roupa e abrigo.

Passavam seu tempo em atividades que a Instituição oferecia, como trabalhos na lavanderia, cozinha e horta que, além de mantê-los ocupados, também possibilitava que contribuíssem na organização dos serviços básicos do hospital. Um trabalho como ação de entretenimento, um entreter dentro, dentro da instituição, pois raramente saíam, passeavam e se relacionavam com outras pessoas.

Sancho e Peri são analfabetos. Mal se podia entender Sancho, quando começou a trabalhar na ATUT. Peri não sabia se locomover fora do hospital. Ivo sabe ler e escrever, mas não se afastava do hospital sozinho. Nenhum dos três tinha experiência de trabalho fora do hospital.

Sancho foi um dos primeiros trabalhadores da ATUT. Começou a trabalhar nos primeiros meses da então cooperativa de reciclagem. A partir desse momento, destacou-se por sua sociabilidade e relacionamento com os colegas e fornecedores de materiais nas coletas de rua em que participava. Mostrava aptidão e gosto para um trabalho que exigisse movimento. No início, coletava materiais, tais como papéis e plásticos, na rua, depois passou a amassar latinhas:

“Eu amasso latinha, e tiro tampinha, copinho também amasso.”

Neste relato Sancho entende que eu não compreendo bem a sua fala e corre até a máquina de amassar latinhas e rapidamente amassa várias delas para se fazer entender. Mostra as tampinhas e numa iniciativa desesperada tenta amassar uma lata “inamassável”. Enfim, é com orgulho que mostra o seu trabalho.

Com o passar do tempo, Sancho passou a auxiliar a descarregar o caminhão, limpar o excesso de lixo, além coletar materiais, sua principal e predileta atividade. É o primeiro a dar boas vindas ao visitante, ao técnico, enfim, a qualquer pessoa que se aproxime da ATUT. Sua atenção se estende para as mulheres, não deixando de beijar-

lhes as mãos e, caso considere possível, avança com um abraço e uma palavra de carinho ao pé do ouvido. Sussurra algumas perguntas:

“Sonhei contigo esta noite, tinhas aliança no dedo. Tens marido?” Caso afirmativo não se intimida: logo acrescenta, “me apresenta, eu quero conhecer ele!”

Sancho, através de seus rendimentos na ATUT, realizou dois de seus maiores sonhos de consumo: comprar uma vestimenta de gaúcho com “botinas” novas e uma gaita. A compra da gaita por Sancho merece um destaque.

Ele e Susi (TO) se dirigiram ao centro da cidade para, em uma loja, adquirirem o instrumento musical. Por um lado, poder-se-ia dizer que o fluxo do desejo da sociedade capitalista adquiriu forma através do prazer de Sancho, que nunca aprendeu a tocar nenhum instrumento musical, mas que exigiu uma gaita. Por outro, a compra do objeto serviu a uma finalidade outra que apenas possuir algo. Sancho, após sua aquisição, dirigiu-se a ATUT, com uma expectativa de ali chegar, “tocar” sua gaita e receber aplausos. Falava, segundo Susi, antecipadamente o que aconteceria quando chegasse em seu local de trabalho e não cabia em si de expectativa. Descrevo abaixo o sucedido.

Era quase final de manhã no galpão da reciclagem. O movimento dos corpos assumia um ritmo menos acelerado, já na perspectiva de final de turno de trabalho. Alguns já tiravam as luvas de proteção e iniciavam a arrumar seus pertences quando Sancho e sua gaita adentraram no galpão. Os trabalhadores ao avistá-lo, interromperam o que estavam fazendo. Formou-se um círculo ao redor dele e fez-se silêncio. Os trabalhadores em uma só voz gritavam: “canta, canta”. Sancho, então, começou a cantar e tocar sua gaita, sendo aplaudido imediatamente. A compra da gaita e o show, improvisado e sem afinamento, o acariciaram com um instante de soberania, soberania de ser um homem.

Quanto à vestimenta de gaúcho, esta é reservada para ocasiões especiais, como festas, visitas e principalmente fotografias. No caso de uma câmera se apresentar, Sancho era sempre o primeiro a se colocar e buscar ser fotografado, ensaiando uma pose altiva com um largo sorriso na boca. Um sorriso que o dentista já tentou “consertar” com uma dentadura, mas que Sancho não conseguiu se adaptar.

Sancho, que apresenta marcas de precariedade em todo o corpo, conseguia ultrapassá-las quando as tornava **invisíveis** para os outros. Como falar do indizível, do

inexpressável, de forças inexplicáveis que nos levam a amar desmesuradamente tamanha precariedade, senão evocando Deleuze, no sentido da vida como pura imanência?

Para Deleuze, “a vida do individuo é substituída por uma vida impessoal, embora singular, que produz um puro acontecimento livre dos acidentes da vida, ou seja, da subjetividade e da objetividade do que acontece. *Homo tantum* por quem todo mundo se compadece e que atinge uma certa beatitude.(...) Vida de pura imanência, neutra, além do bem e do mal, já que só o sujeito que o encarnava no meio das coisas a tornava boa ou má. A vida de tal individualidade se apaga em benefício da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora não se confunda com nenhum outro. Essência singular, uma vida.” (Deleuze, 1997, p. 17-18)

Deleuze exemplifica o moribundo mau caráter que pautou sua vida em cima do egoísmo, mas que, no momento de sua morte, recebe carinho e cuidados de todos, inspirando um sentimento de beatitude que vai além das marcas que traçou na vida, mas que, ao voltar à vida, recupera seus traços, seu rosto e os sentimentos de raiva e tristeza nutridos por ele.

Mesmo desviando aqui um pouco do conceito deleuziano de imanência, pode-se pensar a vida com como potência, singularidade, multiplicidade, que contempla os Sanchos. Sujeitos para além do demasiadamente humano que recebe um olhar de **beatitude** por todos que os conhecem, que ultrapassa quaisquer atos por eles cometidos, quaisquer marcas que os constituam. Sujeitos que são atravessados pelo devir-criança, devir-louco, devir-homem, devir-operário. Sujeitos que são puro devir.

Apesar de já completar quase três anos de trabalho, Sancho ainda não se movimentava sozinho na cidade, mas já descobriu muito do mundo. Conforme a equipe técnica, os guris do D.Bosco, como são chamados, para se deslocarem de ônibus até ATUT, aprenderam a identificar os números e as cores dos ônibus, assim como as paradas de embarque e desembarque. Peri, analfabeto, inclusive já auxilia os colegas, responsabilizando-se por eles.

As idas e vindas ao trabalho propiciaram um novo fluxo de movimento na cidade destes sujeitos. De um fluxo fechado, com pequenas possibilidades de abertura, Peri, Sancho e Ivo tiveram a oportunidade de ampliar e expandir seus horizontes de conhecimento e experiências de vida para algo que trouxe a eles um retorno positivo em suas afirmações como sujeitos.

Ao mesmo tempo, desde o primeiro semestre de 2002, passaram a morar em casas construídas próximas ao Instituto D Bosco. São moradias para oito pessoas, com quartos de dois a dois. Nessas, eles têm assistência e atendimento permanente durante o dia, através de uma técnica que se encontra à disposição para auxiliá-los nas tarefas domésticas e para orientá-los na higiene pessoal. A alimentação vem do hospital, o que não impede que eles comprem outros alimentos com seus rendimentos. As casas são equipadas com camas e armários, em cada quarto, e uma ampla sala cuja luz do sol penetra de forma aconchegante, propiciando um ambiente climatizado. Também se caracterizam por serem arejadas através de aberturas, todas voltadas para os pátios externos.

Fui convidada para visitá-los, num sábado à tarde de novembro de 2002, o que causou muita expectativa e alegria para todos nós. Peri contou-me que uma parte do mobiliário e alguns objetos da casa haviam sido comprados através do dinheiro que ele próprio ganhava na ATUT. Assim, o sofá, o som, a televisão, são alguns dos equipamentos de que ele dispõe para que todos os companheiros de casa utilizem sem discriminação.

Todos foram ao supermercado e compraram torta e refrigerantes. Levantaram cedo para deixar a casa limpa, a roupa lavada na máquina e a mesa posta. Tomaram banho e, após o almoço, sentaram-se na soleira da porta das casas à minha espera.

Para visitá-los, levei comigo Ester, trabalhadora da ATUT e paciente do HPSP. Tudo transcorreu muito bem. Comemos e escutamos seus cantos e música. Quando partimos, prometemos voltar.

Peri iniciou a trabalhar na ATUT antes da integração do pessoal da vila. Algumas vezes pensou em abandonar o trabalho, em parte devido a sua paixão pela Ester e por ela o desconsiderar, mas, ultimamente, tem-se mostrado interessado no trabalho e também no dinheiro que recebe no final do mês.

A experiência da ATUT apresenta uma reversão no sentido do controle da fábrica. Ao invés de buscar como finalidade primeira a produção, procura olhar o trabalhador para posicioná-lo em um lugar em que o mesmo se encontre e goste de sua ocupação, que possa regulá-la de acordo com seu próprio jeito, seu modo de fazer, um uso de si que se expresse na alegria espontânea, no olhar brilhante e esperançoso. Assim eu percebi a equipe técnica e os colegas olharem os guris do Instituto D Bosco:

“Peri estava trabalhando nos plásticos, eu não sabia que ele estava gostando, senão não teria solicitado a ele que fosse coletar material. É que a gente achou que ele gostasse de coletar material, que é o principal para ele e por isto chamamos. Agora a gente já sabe, se os guris do D. Bosco estiverem trabalhando nos setores, é para ver se eles podem sair para coletar material, se eles querem”. Diana, moradora da vila

A observação de Diana tem razão de ser, pois Peri, apesar de realizar outras atividades, preferia sair para a coleta de materiais e se posicionava quando algo o impedia de concretizar essa tarefa, conforme seu relato abaixo:

“A Rosângela me pediu para buscar cigarro para ela bem na hora da coleta. Eu não fui, eu não perderia a coleta por nada, eu briguei com ela.”

Peri apontou que, pela primeira vez, enfrentou uma colega de trabalho, recusando comprar cigarros, para não perder a coleta. O fato de Peri, assim como os outros guris do D. Bosco, já sentirem segurança em negar os “pedidos” dos colegas da vila que extrapolavam as obrigações vinculadas às relações de trabalho deixava claro os modos de assujeitamento que, aos poucos, eram revertidos face ao dispositivo trabalho ATUT de subjetivação. A coleta aqui expressava tanto o prazer do trabalho quanto a sua potência de promoção de vida e de autoconfiança.

Anteriormente, os trabalhadores não conseguiam se concentrar em muitas tarefas, passavam o tempo se movimentando de um lado a outro, esperando ser mandados. Hoje, Peri já sabe o que deve fazer, tem iniciativa e ajuda os colegas.

Peri aprendeu a viajar de ônibus e visita a irmã que mora no interior do Estado. Vai sozinho e leva o dinheiro contado para um churrasco. Em uma das vezes o levei à rodoviária e ele me indicou o caminho com facilidade.

Sua preocupação com o dinheiro tem aumentado e também lhe incomoda o fato de não saber ler e escrever. Em julho de 2003, chamou-me para uma conversa e me disse que estava com vontade de se matricular em uma escola, cujo curso iniciaria em agosto. Queria estudar, aprender. Arranjar uma namorada, ser feliz.

Quanto a Ivo, este ingressou na Associação na mesma época que Peri. Certo dia, em março de 2003, contou-me que tinha estudado até a 5ª série do primeiro grau e que continuava estudando à tarde, em uma escola localizada no Instituto D. Bosco. Assustei-me quando disse ter um sonho, o de adquirir uma corda, no Natal. Cautelosamente perguntei a ele para quê a corda. Um sorriso estampou-se em seu rosto quando falou que seria para colocá-la na cintura. Em vista de meu desentendimento, rapidamente concluiu: “é corda pra capoeira, quem é bom, coloca corda.” A corda seria uma faixa, que conforme a cor, mais habilitado o esportista se posiciona. Ivo disse adorar as aulas de capoeira e também o seu professor.

Na ATUT, às vezes, ele estava “impossível”. Adorava chegar de mansinho e assustar os colegas e quando estes reclamavam ficava repetindo o que falavam e imitando seus gestos. Todos o consideravam um trabalhador que fazia o que “mandavam” e bem feito.

3.1.2 - Os Pacientes do Clube da Amizade

Diogo (26 anos), Ester (27 anos), João (39 anos) e outros vieram encaminhados pelo Clube da Amizade do HPSP. Todos ingressaram na ATUT antes do pessoal da Vila. Suas histórias de vida apresentam em comum a precariedade. Ester é analfabeta, João estudou até a 7ª série do primeiro grau, Diogo finalizou o 2º grau. Todos, de alguma forma, se destacaram na ATUT.

Ester é considerada como um “radar” dos colegas, sempre sentindo quem está bem ou não e alertando, querendo ajudar. No início da Associação, ainda sem o pessoal da Vila, era responsável pela coleta e participava mais da administração e das reuniões. Fazia de tudo um pouco, sempre com responsabilidades, inclusive de abrir e fechar a Associação e atender aos telefonemas.

“Faço de tudo um pouco, descarrego caminhão, vou até a farmácia buscar um da equipe, recolho material com os pacientes, separo lixo, faço de tudo um pouco. Vou com a caminhonete pegar material nos edifícios, antes eu comandava eles, pegava a equipe, hoje faço tudo um pouco.”

A fala de Ester referia-se a um momento posterior à entrada do pessoal da vila, quando suas funções se limitavam mais à coleta de material. Sentiu-se inicialmente intimidada e restringida em suas atuações, mas, aos poucos, conquistou a confiança dos colegas que passaram a valorizar seu trabalho e a entendê-la em suas limitações. Sua maior produção está na organização da coleta e na disposição dos materiais no galpão. Recuperou também a posse da chave do galpão da ATUT, que carrega pendurada no pescoço com grande orgulho. Sua disposição é contagiante, nem parece a mulher que era e que assim se descreve, antes de entrar na Associação:

“Antes eu não queria tomar banho, não queria trocar de roupa, eu queria andar toda rasgada, andava sempre maloqueira, descabelada, os cabelos na cara. Minha mãe dizia, esta menina tem que tomar jeito.”

Ester mora com a mãe e as irmãs. Antes dizia estar sempre triste, fechada no quarto, sem vontade de nada. Hoje, ajuda muito em casa, contribuindo para pagamento das despesas de luz, água e alimentação. É praticamente provedora do lar. Chegou a comprar um celular, mas como ninguém lhe telefonava, se deu conta de que este não lhe seria muito útil, então o vendeu.

A moça que não cuidava de si, muito cuida de seus amigos na ATUT, conforme relato de João:

“Antes eu vinha com a roupa de trabalho, eu saía com os pés sujos, não lavava os pés, não lavava as mãos. Agora trago em uma sacola a roupa de trabalho para trocar assim que eu chego aqui. E foi a Ester que me colocou, me educou assim.”

Ester várias vezes fazia referência aos modos inadequados do João, inclusive sobre este utilizar roupa de inverno em pleno verão. Sua maneira merece uma descrição:

“- O João, Selda, em fevereiro vinha de blusão de lã em pleno ônibus. Conta para ela João!”

“- É que eu sentia frio, fazia um friozinho de manhã, sabe Selda?”

“- João, diz Ester, tu pensavas que sentias frio, sabes porque? Porque tu suavas muito, e o suor era pelo calor e não pelo frio”.

“- É verdade, Selda. Por isto eu não vim mais de blusão de lã no verão. Somente no inverno.”

O diálogo demonstra que Ester contestava João por uma expressão de seu corpo, o suor. O corpo fala que a roupa não está adequada para a estação, recusa a roupa. E assim Ester fez João pensar pelo corpo. Ester nunca leu Nietzsche, nem Espinosa, muito menos leu algo, pois é analfabeta, mas ensina filosofia prática da vida.

Em fevereiro deste ano, estive na praia, em férias, com o dinheiro que ganhou na ATUT. Contou-me que adorou o mar, comer sorvete, passear. Nunca tinha visto o mar e nem tomado banho de mar. Encantou-se com o passeio.

Além de se cuidar, se preocupa muito com os colegas. Ensina-lhes cuidados de higiene, de alimentação, modos de desempenharem melhor suas atividades na Associação, principalmente aos gurís do Dom Bosco e aos seus amigos, Diogo e João.

Ester nunca trabalhara antes. Atualmente raramente falta ao serviço e é sempre pontual. Aprendeu a se locomover sozinha de casa para o HPSP, conforme relata:

“A mãe sempre me acompanhava nas consultas médicas ao hospital, aí o Doutor. resolveu me fazer decorar as letras do ônibus para que viesse sozinha. Assim eu comecei a me locomover só.”

Foi encaminhada para a ATUT por ser membro assíduo do Clube de Amizade, freqüentadora das reuniões de terças e quintas-feiras à tarde. Segundo Ester, no Clube da Amizade são realizadas muitas atividades, nenhuma de cunho obrigatório. Assam bolo, fazem passeios e recentemente desenvolviam um projeto de encenar uma peça de teatro. Também promovem visitas aos membros do Clube, dentre eles o João, quando este esteve doente. Não é um lugar considerado terapêutico, no sentido de contar com um pessoal técnico direcionado para isto. Sua função é a de oportunizar um lugar para os usuários do HPSP se encontrarem e se socializarem. Enfim, um território onde compartilhem suas vidas e criem práticas, em conjunto, de sociabilidade.

Em um passeio que fiz com Ester e Diogo, em março de 2003 à Usina do Gasômetro, por solicitação e insistência deles para uma saída conjunta fora da ATUT,

pude perceber o quanto Ester se sentia valorizada em ter amigos e em poder ajudá-los, em preocupar-se com eles, em ser peça importante na engrenagem da Associação.

Uma de suas paixões é a fotografia. Comprou, com o dinheiro de seu trabalho, uma máquina fotográfica e, em cada evento importante, tira fotos. Em uma manifestação no Brique da Redenção, no dia da luta anti-manicomial, onde os trabalhadores da ATUT realizaram um movimento e mostraram seu trabalho, Ester solicitou que eu a fotografasse junto ao Monumento do Expedicionário. Observando minha dificuldade em saber onde apertava o “clic”, prontamente me explicou, com detalhes, o funcionamento da máquina, mostrando conhecimento e experiência com o instrumento:

“Tem que abrir o botão para a máquina funcionar, senão a foto não sai. Pega assim, com a mão, isto... abre aqui, depois tira ali, naquele lugar, não acha que é mais bonito? Tira de mim e delas também. Uma foto bem legal, tá?”

A máquina de Ester também foi muito utilizada em um evento no HPSP, no qual os trabalhadores dos Coletivos de Trabalho receberam diploma de qualificação pelos cursos realizados e apresentaram seus produtos de trabalho.

Ester, Diogo, Sancho e Analice (moradora da vila, 20 anos) desfilaram com roupas confeccionadas com material utilizado na reciclagem. Sancho desfilou com uma roupa de gaúcho feita de sacos de lixo preto. Diogo aderiu aos sacos de lixo e disquetes colados em todo o corpo, Analice vestiu-se com uma roupa feita de papel e de sacos de plástico, com adornos catados no lixo do galpão. Ester queria uma roupa de noiva. Com ajuda da equipe técnica confeccionou-se um vestido de noiva com sacos plásticos transparentes e brancos, além de papel branco reciclado. Até um buquê foi feito especialmente para ela. Estavam todos radiantes.

Ela levou a máquina e além de fotos pessoais ainda clicou alguns colegas para depois vender as fotos por um real. A fotógrafa Ester ganhou um extra por mais esta habilidade.

Sua afinidade com a imagem e com a fotografia, aprimorou seu olhar crítico para certos *folders*, cartazes de propaganda, principalmente com relação às campanhas que o HPSP lança no Natal para as feiras abertas à comunidade. Olhando uma foto de uma

modelo, de olhos azuis, cabelos loiros e chapeuzinho de Papai Noel, Ester me chamou, indignada:

“Selda, olha só o que eles colocaram no cartaz. Vê se isto é o São Pedro! Tem gente assim no São Pedro? Os pacientes são assim? Porque não colocaram os pacientes como eles são?”

Pensei qual seria a resposta que uma sociedade consumista ofereceria a Ester. A comunidade entraria em uma feira do HPSP se a Ester estivesse estampada na foto? Por que o padrão de perfeição e beleza através da modelo branca, olhos azuis, magra, deve estar à frente de qualquer chamada publicitária, mesmo que seja a respeito de uma Instituição Psiquiátrica, altamente precária? Acho que falta à mídia e a muitos profissionais da Instituição Psiquiátrica descobrir o olhar da(s) Ester(s) e como esse olhar é digno de admiração. Isto para que a campanha publicitária abra espaço para o enaltecimento do valor e das qualidades que sujeitos como Ester irradiam e não, como geralmente acontece nas publicidades que envolvem as minorias, os “diferentes”, que utilizam práticas sutis e perversas, de cunho apelativo e muitas vezes grosseiro. As palavras de Ester desafiam à mídia a uma reciclagem para positivar estas minorias e dar-lhes cor e vida também nos fluxos de comunicação social.

Ester já tentou estudar no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), estando lá por dois anos. Mas não conseguiu aprender a ler e a escrever. No entanto, sua intuição e percepção para os fatos da vida, se acendem a cada dia na ATUT, mostrando que sua limitação não é mais obstáculo para que ela tenha experiências de vida mais intensas e enriquecedoras. Eu não consigo pensar em chegar na ATUT sem receber dela um abraço.

Falando em abraço, recebi um bem apertado de Diogo após ter me ausentado 15 dias da ATUT. Para justificar minha ausência, disse-lhe que estava escrevendo minha dissertação de Mestrado, e que, portanto, estava “fechada” em casa. Diogo rindo acrescenta: “estás então enclausurada!”

Assim que me inseri na ATUT e Diogo soube que eu estudava na UFRGS, já se mostrou interessado em livros. Sua intenção era prestar o vestibular e para isto gostaria de umas indicações. Disse-me adorar Machado de Assis, o que me fez indicar-lhe a leitura do “Alienista”. Assim considero que Diogo entende o que fala quando diz

clausura, mostrando um duplo entendimento da leitura feita e do meu trabalho com relação a eles, portadores de sofrimento psíquico.

Diogo, antes da ATUT, trabalhou em empregos esporádicos, e, para conseguí-los nunca dizia que tomava remédios, tais como serviços de office -boy e também de segurança. Mas, depois ficava doente e o patrão o demitia. Quanto a estudar ele sempre gostou e também de jogar vôlei, dançar e passear na Usina do Gasômetro.

Mora com a mãe, pai e irmãos, estes são casados e com filhos. Isto está se tornando uma preocupação para ele, pois não pretende se casar ainda.

Diogo relata que, antes de trabalhar na ATUT, era muito calado e quieto. Raramente gostava de sair. Considera que ter se alistado no Exército foi uma experiência negativa na sua vida e que contribuiu para seu adoecimento psíquico.

“As imagens que as Forças Armadas colocam na televisão, através de propagandas, para que os jovens se alistem e também que façam curso na carreira militar é pura fachada. O que eles fazem conosco, fazem uma lavagem cerebral e impõem um puro autoritarismo arcaico e ultrapassado. Quando entrei no Exército pensava que ia ser uma maravilha, mas quando encarei o serviço militar percebi que era um trabalho árduo e bastante duro, vi realmente o que era ser tratado muitas vezes pior que um animal.”

Diogo amplia suas críticas à mídia por seu poder formador de subjetividades. Ao mesmo tempo, pode-se concordar com ele que também o exército se enquadra nas instituições totais de Goffman, onde às vezes, mecanismos de violência são justificados para fins educativos.

Hoje ele conta que está mais solto, mais brincalhão. Quando estou por perto, sempre solta algo interessante:

“Selda, acredita que a moça estava lançando campanha contra fumo, usando a camiseta escrita que fumar faz mal a saúde, foi depois ir fumar lá fora, e com camiseta e tudo. E depois, a gente que é louco!”

A loucura, o tomar remédio, a pobreza são preocupações constantes de Diogo:

“Eu não fumo e nem bebo. Eu não posso beber por causa da medicação. Daí eu explico para os caras que eu tomo remédio e muitos não me respeitam por isto (...) Outros perguntam como eu sou louco se eu nunca estou desarrumado, fedido.. Louco dizem eles é quem está esfarrapado, não toma banho, não sabe o que fala.”

Esta conversa tivemos em uma sala, na UFRGS. Diogo foi lá me visitar, pois eu já estava ocupada na ATUT com os outros trabalhadores e não conseguia horários para conversar com ele. A diferença entre portador de sofrimento psíquico precarizado e o louco rico é que a existência -sofrimento é um agravante à situação econômica e social em que o sujeito está inserido. A concepção do rico que ingere medicamento pela indicação psiquiátrica particular e que, por vezes, se interna em um hospital também particular, não produz a mesma marca nos sujeitos que dispõem de um tratamento na rede de Saúde Pública, muitas vezes, no HPSP. O rico, em tese, retorna a sua vida normal, de onde parou, para um lar, um trabalho, uma posição anterior. Ninguém concebe que esse sujeito de posses econômicas perambule pelas ruas da cidade, maltrapilho e em delírios. Quanto ao pobre, é a condição esperada.

Expliquei isto a Diogo, disse a ele que nos carros de luxo que circulam na cidade deve existir sujeitos que ingerem a mesma medicação que ele, e que ninguém os chamaria de “loucos”. Também conversamos sobre o que se deve e o que não se deve dizer ao mundo. Tomar ou não medicamentos e quais medicamentos devem se restringir ao fórum íntimo de nossas vidas. Devemos abrir para pessoas de nossa confiança, pessoas que já nos queiram, conheçam e apreciam nosso jeito de ser.

Quanto à sua participação em um Congresso de Recicladores em janeiro de 2003, considerei corajosa sua conduta e não deixei de elogiá-lo pela sua atuação, conforme relato abaixo.

Diogo, em janeiro de 2003, foi escolhido pela ATUT para representar o grupo no Congresso Latino Americano de Recicladores de 20 a 23/01/2003, em Caxias do Sul. O Congresso lhe possibilitou que expressasse suas idéias sobre o trabalho desenvolvido na ATUT, inclusive com relação ao misto coletivo que é composto de portadores de sofrimento psíquico e pessoas da vila.

Diogo me relatou que muitos se posicionaram contra esta mistura e também pelo fato de a ATUT se localizar dentro do HPSP. Ele argumentou as vantagens de estarem ali situados, desde a maior facilidade na aquisição de matéria-prima, na coleta do material e outros auxílios que não teriam mais, caso se desvinculassem.

Por nenhum momento Diogo escondeu sua condição de usuário do HPSP, tendo inclusive, se apresentado assim publicamente. Sua exposição pública não o desmereceu frente aos seus pares das outras reciclagens, que o respeitaram e ouviram sua opinião. Diogo ainda manteve um breve relacionamento amoroso com uma trabalhadora de outro Estado, que por ele se apaixonou.

“Não tenho vergonha de fazer tratamento, jamais deixaria de dizer que necessito de tratamento, mesmo em um Congresso onde eu sei que estava como trabalhador”.

Um trabalhador participando de um Congresso. Assim Diogo representava sua ATUT. Ele faz parte da coordenação da ATUT, sendo seu primeiro-tesoureiro e é considerado pelos colegas como um amigo, um apoiador no trabalho, como relata João:

“A Ester, o Diogo, pessoas assim me ensinavam o segredo da profissão. Às vezes quando eu andava muito devagar, não rendendo muito, amontoando o serviço, o Diogo me deu uma idéia. Deu certo! Nós resolvemos nosso problema em pouco tempo, em poucas horas, em poucos minutos. Eu acho assim, Selda, que as pessoas às vezes tem que conseguir superar, a palavra certa eu não sei se é esta, mas falo superar suas dificuldades e limites físicos e mentais. Às vezes têm pessoas com mais capacidade mental que outras, elas têm uma coordenação que em questão de horas, o que parece ser um mistério é resolvido.”

Já a Ester considera o Diogo um amigo do coração:

“Eu sei quando o Diogo não está bem. Eu falo para ele, tem que sair de casa, tem que passear, levantar. Ânimo.”

A relação dos dois é primada pelo carinho mútuo. A Ester já visitou o Diogo em casa, conhece sua família, assim como o Diogo conhece a dela. Como são colegas também no Clube da Amizade, muitas vezes almoçam juntos no Hospital e esperam na ATUT o horário do início das atividades no Clube. A aproximação entre os dois se consolida e firma um belo exemplo de reciprocidade e atenção no e fora do local de trabalho. Mais do que isto, a conjunção dos dois amplia-se para um terceiro, uma junção que não é fusão, mas força ampliada, energia potente para olhar pelos outros trabalhadores que, como disse João, não têm a “capacidade mental” tão “apurada”.

Diogo além de fazer parte da Comissão Coordenadora da Associação e ajudar na contabilidade, trabalha também nos setores: papel e plástico. Faz rodízio e ajuda o grupo que necessita mais, ultimamente está como Coordenador do Setor de Plásticos, em vista do afastamento provisório de João.

Sua inventividade destaca-se mesmo em uma reunião formal da ATUT, conforme relato. Meia manhã já passada de trabalho e a roda de sempre se formando para a reunião, prestes a começar. Cadeiras em volta, alguns já sentados, outros em pé com xícaras de café na mão. A aproximação de uma solenidade informal se reflete na concentração de atenção nos rostos e na seriedade dos assuntos abordados, mas, eis que uma luva usada e velha de borracha no chão olha quase que insistentemente para Diogo, que num único salto, levanta da cadeira e ensaia um chute, um pontapé inicial para o que vem a se tornar uma partida de futebol - a bola: uma velha luva usada de borracha no chão. O local: a ATUT localizada no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Os jogadores: usuários da rede de saúde mental e moradores da vila próxima ao hospital.

A reunião, após a partida de “futebol”, iniciou tranqüilamente.

Diogo e Ester, assim como João formam um trio que eu apelidei de “trio ternura”. João, o terceiro do trio é o que se pode chamar de trabalhador padrão, um sujeito padrão. Suas maiores preocupações são com o rendimento, com o dar tudo de si, não ser preguiçoso nem indolente e principalmente com sua aparência em público. Exemplo disto foi a sua recusa em ir a Assembléia Legislativa, conforme relata a terapeuta Susi:

“João é muito auto-crítico, está sempre controlando sua produção, sua postura, sua apresentação. Hoje estávamos conversando sobre o ato que ocorrerá amanhã na Assembléia Legislativa e ele pediu para não fazer parte, pois como esteve

“baixado”, não tem roupa para ir ao local, preferiu ficar de fora.”

João foi um dos primeiros membros da ATUT, assim como os guris do D. Bosco. Conta que já trabalhou em outros lugares, tais como oficina de chapeação:

“Quando eu trabalhava em chapeação, o problema era que meu patrão, na parte da chapeação era muito vaidoso, ele queria que eu aprendesse com ele, mas eram os meus colegas que me ensinaram as habilidades. Eles até me elogiavam, diziam, hoje o João está utilizando 20 a 30% da capacidade mental dele, tá melhor(...) mas o problema é que às vezes a gente tem um problema de nascença ou sei lá o que, porque tem dificuldade até para lavar uma louça, demora horas lavando uma louça, eu **era assim antes de vir trabalhar aqui**”.

João enaltece os colegas, os amigos como responsáveis pela sua melhora no trabalho, pelo seu rendimento.

“(…) Agora com eu te escrevi naquela carta sobre a reciclagem, se não fossem meus colegas a me ensinarem os segredos acho que eu não ia me sair bem e até hoje tem sido assim. Se tu não tens os colegas para te ensinar o segredo de cada coisa, até pra varrer um salão, se tu não souber varrer um salão, tu fica um dia todo, uma manhã toda limpando um salão e nunca termina e com habilidades e segredos de tempo e etapas, em menos de uma hora tu limpa um salão.”

Fala do seu trabalho como um trabalho de valor para humanidade. Contribuir para a Ecologia, reciclar o lixo são valores que para João são baluartes. Mostra-se orgulhoso em estar trabalhando a favor da natureza, considerando que seu valor no trabalho está no amor que tem pelo que faz e não somente pelo dinheiro. Mas, mesmo assim, demonstra a necessidade do pouco que ganha:

“Quando eu entrei na reciclagem era pra ganhar dinheiro, era pouco, tanto que eu pedia emprestado na sociedade espírita que eu ia. Me senti contente ganhando R\$50,00 , R\$60,00 por mês, aí veio a bolsa, passou para R\$ 220,00 e a nossa Associação tem dado certo (...) pra quem como eu que ia fazer um investimento de vender refri, ser ainda caçado pela SMIC e um monte de concorrência e ainda teria que comprar material. Com tudo isto, eu acho que eu ganho mais aqui do que trabalhando pra mim próprio vendendo refrigerante, além de lucrar aqui muito mais”.

Ao mesmo tempo que João se preocupa com o dinheiro, ele justifica o pouco que ganha, considerando satisfatório. Tudo está bom para um sujeito como ele que não tem “capacidade mental” suficiente, habilidade, como ele mesmo fala. Coloca-se com o responsável das tarefas mal feitas, dos fracassos no trabalho, jamais transferindo esta culpa para o patrão, os colegas e mesmo o sistema de produção. Certo dia, em uma conversa em que ele se cobrava demais, quanto à rapidez e à agilidade, eu solicitei a ele que fizesse um esforço para não se exigir tanto, que produzisse o que lhe fosse possível, que assim sairia melhor do que ele mesmo imaginava. Desde lá, João sempre repete minhas palavras, dizendo que busca segui-las, ou melhor, diz acreditar que elas são verdadeiras.

João, assim como outros trabalhadores portadores de sofrimento psíquico, sofre de alucinações e delírios múltiplos, desde achar que a televisão quer matá-lo, até a água, que, muitas vezes, se torna sua maior inimiga. Ele me dizia que sabia que a água não pode se mexer sozinha. Certo dia, em um momento de desespero, chegou a procurar livros sobre a água, e todos disseram o mesmo, que ela não teria como funcionar com ele imaginava. Tampouco a colher do café poderia pegar na mão dele. Mas mesmo assim, João sempre lutou contra seu sofrimento e nunca deixou de procurar cumprir suas funções no trabalho.

João preocupa-se com sua “doença”. O diagnóstico de esquizofrenia, o fez percorrer eventos e reuniões que tratem do tema e participar de todos que pode. Recentemente mostrou-me um folheto com os sintomas da esquizofrenia, que ganhou em uma das reuniões com pacientes, familiares e médicos. Eu perguntei o que ele tirou de vantagem na leitura. Sua resposta foi a seguinte:

“Os médicos comprovaram que nós somos muito inteligentes. Está na cartilha.”

Eu fiz questão de dizer ao João que não se necessita de cartilhas para provar a inteligência dele e de tantos outros que ali estão. Mas, João gosta muito de ser estudado pela ciência. Considera que pode contribuir para outros que estão na mesma situação dele.

João morava com a mãe e o irmão deficiente. A mãe já é falecida. O irmão, além de sofrimento psíquico, tem tuberculose, doença que também o infectou. Em razão da tuberculose o irmão de João mudou-se para a casa da irmã que mora no litoral do Estado. Este ano foi um ano de decisões para ele, pois ou ficaria em casa sozinho ou se mudaria para a casa da irmã. Uma longa negociação foi feita em conjunto com a equipe técnica da ATUT, pois João se negava a abandonar seu trabalho e seu sustento. Ele se sentia bem na Associação e valorizado. Por fim, a irmã aceitou que ele ficasse.

Nestas condições de tensão e, segundo a equipe técnica, também pelos medicamentos da tuberculose não serem compatíveis com alguns medicamentos para o sofrimento psíquico, os delírios e alucinações tornaram-se insuportáveis para João que solicitou que o internassem até que a crise passasse.

Mas, para minha surpresa, mesmo internado voltou a trabalhar. A equipe técnica, na voz de Juliana, solicitou ao médico permissão para que ele trabalhasse mesmo internado. Assim, mesmo fragilizado, João, não deixou de ir todas as manhãs para a ATUT.

3.1.3 - O Pessoal da Comunidade

Se fôssemos colocar as histórias de Ivete, Diana, Carol, Oneide e demais trabalhadoras teríamos um comum em todas elas, uma vida precária. Outros pontos em comum seriam a migração do campo para cidade em busca de trabalho e a conseqüente falta deste. As diferenças estão nos efeitos das privações que levaram algumas delas à prostituição, mendicância, pena por roubo, contaminação pelo HIV, maus tratos pelos companheiros, morte prematura dos filhos.

Oneide, 46 anos, fala que tem oito filhos, apesar de um já ser falecido. É analfabeta e vive na Vila São Pedro. Antes de vir a Porto Alegre, trabalhava na roça, todo alimento era produzido na terra plantada. Chegou na Vila há 30 anos. Era um

matagal, um banhado. Desde o início aponta como referência o valor do lixo reciclado, pois sua primeira casa foi construída de material achado no lixo:

“Construímos nossa casa de madeira achada no lixo. Fizemos nossa casa do lixo. Pegou fogo quando eu tinha 4 filhos, ficamos só com a roupa do corpo- 3 meses acampados, com um plástico em cima. Tinha um nenezinho de 2 meses que teve meningite – até hoje tem seqüela física, não fica de pé direito.”

A casa construída por Oneide se encaixa na realidade dos territórios das vilas/favelas do nosso País. Normalmente o conjunto de barracos são construídos com segmentos de materiais diversos recolhidos (catados) pelo próprio sujeito construtor, que recebe ajuda da família e dos vizinhos, como Oneide também relatou: “Sem a ajuda dos vizinhos não sei como seria”.

Os abrigos nas vilas iniciam de uma forma bastante precária e evoluem conforme as disponibilidades que se apresentam aos moradores, segundo expressão de Oneide: “ sempre há um puxadinho para ser feito”. A reciclagem e aproveitamento dos materiais, tais como madeira, papelão, plástico, tijolos, entre outros contribuem para as melhorias. Observo que os moradores referem-se as suas casas mais como abrigos, no sentido de abrigar em vez de morar, habitar. Para Paola Jacques (2001), o abrigo é experimentado como provisório, mesmo que vá durar para a eternidade, e a habitação é sentida como durável, mesmo que seja desmontada amanhã. A diferença está na temporalidade. Justifica-se assim o projeto de re-urbanização da Vila São Pedro no sentido de construir moradias que tragam um sentido de efetividade para aquela população.

Oneide é uma das poucas que já trabalhou de carteira assinada, por cinco anos, em um banco, na função de serviços gerais e de limpeza. Também trabalhou no Hospital Psiquiátrico São Pedro, no setor de limpeza. Não lembra da data, mas sabe que faz muitos anos. Conta que o hospital era bem diferente.

“O São Pedro era jogado por conta dos ratos (...) Eu trabalhava de segunda a sábado e domingo ainda fazia faxina pra fora. Trabalhei quase 2 anos. O sr. Cassiano (refere-se a um trabalhador da ATUT que morava no São Pedro) era o

“mordedor”. Todo mundo tinha medo dele. Fechavam ele na cela e davam choque. A gente sempre limpava em grupos, enquanto umas limpavam outras cuidavam que os pacientes não atacassem a gente.”

Oneide diz que se surpreendeu com o hospital de hoje e também com Sr. Cassiano que é outro, tranqüilo e engraçado. Considera muito melhor ser vizinha deles, na vila, que vizinha de seus vizinhos, referindo-se às casas construídas para os moradores do hospital, na vila.

Na ATUT, separa papel. Antes estava sem trabalho, vivia de faxinas e de lavar roupas para fora, atividades que não garantiam o sustento do mês. Hoje considera que o trabalho dá dinheiro para a comida, pois é provedora de sua casa. Conseguiu com o trabalho da ATUT comprar fogão, uma pia nova e material escolar para os filhos.

Sua convivência com os pacientes é relativamente boa. Agregou na sua mesa de trabalho a Lisiane, paciente do Clube da Amizade que, após estar ali inserida, passou a se concentrar mais no trabalho, além de escutar os conselhos das colegas sobre como se cuidar para não engravidar e “pegar doença”.

Oneide gosta tanto de trabalhar que quando não vem sente falta, sentindo-se muito bem em ter um serviço e colegas para partilhar um pouco a rotina de sua vida. Seu sonho é a casa nova prometida, na vila.

Também Carol (37 anos), sua melhor amiga na ATUT, tem seus sonhos. Carol tem dois filhos pequenos. Estudou até a 4^o série do primeiro grau e se orgulha muito de ter uma letra bonita. Veio do interior para Porto Alegre encontrar trabalho, mas encontrou dificuldades:

“Tudo é pura ilusão, tu acha que tem emprego em Porto Alegre, mas não tem. Eu vim de carona, fiquei dois meses na Rodoviária como moradora de rua. Até que vim parar na Vila(...) Eu não tinha experiência de trabalho, passei a pedir nas Igrejas, passava de uma Igreja para outra.”

Quando ficou sabendo dos Coletivos de Trabalho, Carol apostou tudo, como ela mesma fala: “Não se tem duas chances na vida, era minha chance, minha única chance”.

Quanto a trabalhar dentro do Hospital e conviver com os pacientes na Vila, Carol expressa-se assim:

“Selda, não é verdade que de louco todo mundo tem um pouco? É o máximo, me sinto em casa. Já não sou certa, me sinto em família.”

Carol já cumpriu pena por roubo e é portadora do HIV. Depois que passou a trabalhar na ATUT não passa mais fome. Assim que recebe o dinheiro, ela enche as latinhas. Também comprou televisão, tanquinho e coisas para as crianças. Ainda tem um sonho de comprar um “ranchão” no supermercado. Trabalhador para ela é aquele que luta dia e noite e não consegue nada, mas Carol aposta tudo neste novo trabalho: “É tudo que eu tenho, uma nova chance”!

Ivete (33 anos) considera que sua “vida ficou mais colorida” depois da ATUT e olha este trabalho como uma chance de melhorar de vida. Estudou até a 3^o série do primeiro grau. É moradora da Vila São Pedro há 13 anos. Sua função na reciclagem é de Coordenadora Geral.

No interior do Estado, trabalhava na roça. Tem 7 filhos, sendo que dois estão com a mãe dela, e uma é portadora da síndrome de Down. Na Vila, trabalhava como faxineira e lavadeira. Conta que, anos atrás, quando passava uma situação difícil, de falta de trabalho, soube que tinha uma vaga no HPSP:

“Faz muito tempo, a coisa estava difícil, eu estava sem nenhum trabalho. Então abriu uma vaga aqui no São Pedro para faxina. A fila virava a esquina, entrava por tudo no hospital. Eu pude ver por dentro os pacientes e as condições deles e me assustei muito. Achei difícil suportar um trabalho tão próximo e íntimo com eles. Eu dei meia volta e fugi. Hoje eu não fugiria mais. Eu adoro trabalhar aqui!”

O temor de Ivete tinha fundamento pois estas eram as condições dos pacientes em outras épocas no HPSP. Não se tratava somente de reclusão, mas da miséria vigente, da falta de recursos e da falta de higiene.

Ivete assumiu a ATUT como uma guerreira que defende o crescimento de seus filhos a revelia dos obstáculos e dificuldades. Em uma de nossas conversas, explicou-me pacientemente todas as atividades desenvolvidas na ATUT, os setores de plástico e de papel, o papel confidencial que vai para picotadeira, a utilização da prensa, o porquê do papel misto e papel branco serem separados, os fardos depois da prensa, a pesagem dos fardos, as vendas e a distribuição dos rendimentos entre todos.

Ivete diz que com o seu trabalho sustenta a sua casa, pois o marido está desempregado:

“Eu sou a provedora da casa. Com o dinheiro dos meus braços que eu faço rancho, pago luz. Sou uma mãe de família. Tem muita mãe de família que busca a vida fácil. Marido de uma amiga minha deixou dela porque ela foi para a vida fácil.”

Ivete orgulha-se de ter um trabalho e mesmo com as dificuldades que passou na vida e não ter se prostituído, o que ocorre com algumas mulheres da Vila. As suas atividades na ATUT são as seguintes: marcação de convênios com órgãos públicos para coleta de material, coordenação de reuniões, contatos com compradores. Ela também faz um trabalho nas mesas, separando o material. Frequentemente orienta posições e recolocações nas mesas. Uma de suas alegrias foi ter saído na televisão como Coordenadora, pois até do interior ligaram para ela. Outro de seus sonhos realizados foi abrir conta em seu nome no comércio da cidade. Comprou até uma geladeira.

Foi com emoção que Ivete falou de seu retorno aos estudos, pois, na sua função, sente necessidade de se aprimorar mais, de ter mais conhecimento. Começou a estudar à noite e está apostando muito neste novo rumo em sua vida:

“Vinte e um anos sem estudar. Agora volto, tenho necessidade de saber mais. Tenho sentido necessidade de estudar para melhorar aqui também. Espero que este trabalho nunca termine!”

Diana (67 anos) considera o trabalho como sendo sua vida.

“Isto aqui é minha vida. Não posso viver sem trabalhar.”

Diana é analfabeta, mora na vila há 18 anos, antes morava no interior e trabalhava na roça. Trabalhou como doméstica, mas sem carteira assinada. O trabalho foi escasseando sendo que, há quatro anos, partiu para uma nova atividade:

“Fui trabalhar na rua catando papel. Mande fazer um carrinho por não conseguir mais emprego de doméstica. Levanto de manhã cedo, não tenho um tostão no bolso, saio por aí, pego o carrinho e vou aos lugares certos, pois eu já tenho lugares certos para pegar os papéis e que já são guardados para mim. Faço R\$ 8,00 a R\$ 10,00 por dia, já compro o pão.”

Por já ter experiência na coleta de papéis, ser catadora na rua, Diana se inscreveu nos Coletivos de Trabalho para experimentar a Associação de reciclagem e sente-se satisfeita com seu trabalho na ATUT.

“É muito bom trabalhar aqui. A gente pode ensinar e aprender com alguém, ninguém é patrão de ninguém (...) Eu gosto de trabalhar aqui, teve dia que eu fui ao médico que eu não pude vir trabalhar, tive que perder um dia, eu fiquei chateada de não vir.(...) Além disto, todos estes anos que eu trabalhei como doméstica nunca abri um crédito no meu nome, hoje eu já posso abrir, fiz um crédito em uma Loja de Calçados. Também já comprei um ventilador, uma máquina de lavar. Isto dá muita satisfação pra gente!”

Diana relata que o trabalho na ATUT não é tão pesado como o de caminhar na rua carregando seu carrinho. Suas pernas já não são as mesmas e incham com facilidade. Na ATUT, todos respeitam que ela não possa fazer alguns movimentos que prejudique a coluna. Suas dificuldades são colocadas por ela no grande grupo nas reuniões da ATUT.

Seu relacionamento com os pacientes é proveitoso, buscando apontar suas qualidades nas reuniões, como por exemplo: “o Fausto (38 anos, paciente do hospital) está trabalhando muito bem, ele merece trabalhar no turno da tarde.”

Diana tem expectativas de arrumar melhor sua casa, e relata que sua relação com a família, seu filho, nora e netos melhorou em vista de poder ajudá-los mais, financeiramente. Seu desejo maior, ela expressa em uma frase:

“Que nunca eu perca a vontade de trabalhar e de viver...”.

Na ATUT, os trabalhadores também são enlaçados por outros encontros que não somente o trabalho, mas que são propiciados pelo convívio no local de trabalho. Como é o caso de André e Laura.

André (78 anos), analfabeto, viúvo, conta que morava no interior, antes de vir para a Vila São Pedro e que trabalhava na roça, cuidava de animais. O trabalho na colônia começou a ser insuficiente pois devia repartir o que ganhava com o dono da terra. Veio, então, para POA, há 18 anos.

Antes, na Vila São Pedro, havia um matagal. Ele comprou um pedacinho de terreno e construiu sua casa. Hoje, na Vila, não tem lugar para construir uma casa, pois tudo está lotado.

André tem quatro filhos, sendo que um, que sofreu um acidente, mora com ele. Aponta gostar muito de trabalhar na ATUT, por ser um ganho a mais além da aposentadoria, pelos amigos e colegas e para passar o tempo fazendo algo útil.

Sua preocupação com os pacientes é evidente. Quando sente algo errado com algum deles, corre para avisar. Diz que ajuda quando pode. Logo no início do trabalho na Associação teve um envolvimento com uma trabalhadora da ATUT que também é paciente do Hospital.

Laura (24 anos), ex-moradora do HPSP, vivia em uma casa, construída em um bairro. Não se acertou com a casa, pois foi assaltada duas vezes e roubaram dela até a televisão que ainda não estava paga. Após este episódio, ela solicitou transferência para a Vila São Pedro e, enquanto aguardava uma casa, foi morar com André. Como é mãe de uma menina de 2 anos, André passou a proteger as duas.

Mesmo Laura já tendo conseguido uma casa na Vila, continua utilizando a de André para lavar roupa e passar o dia. Uma relação pautada na construção da confiança recíproca e nas peculiaridades e dificuldades de cada um. A fala de Laura expressa a relação:

“Eu conheci ele na Associação e ele me convidou para morar na Vila São Pedro. Foi se apaixonando por mim, mas tem muito ciúme. Eu arrumei uma casa pra morar lá, mas não tem pátio. Eu lavo roupa na casa dele. O que eu tinha de dinheiro deu pra comprar a casa e construir um banheiro. Eu gosto da Associação. Eu brinco aqui, me divirto. Gosto também da equipe técnica. Acho que agora sou dona de meu dinheiro, compro coisas para mim e para minha filha.”

André, mesmo com Laura longe, a está sempre protegendo e zelando pela sua segurança. Preocupa-se com ela e com a menina e também com a alimentação das duas. Já Laura sente-se em uma nova fase da vida, com muita disposição conforme seu sensível depoimento:

“Eu era tratada como paciente, eu me sentia mal sendo tratada como paciente, como louca. Agora não me tratam como paciente. Eu não sou mais paciente. Eu já estou lá fora, vivendo uma vida como qualquer um de vocês. Sou paciente do ambulatório, não sou mais moradora do hospital. Sou como funcionária do HPSP, só trabalho e tenho uma vida lá fora.”

A Vila São Pedro constituiu-se como um território existencial para Laura. Ela tem referenciais na vila não somente por ter colegas ao redor, como também um relacionamento amoroso. Em situações em que possa estar ameaçada rapidamente André se mobiliza para protegê-la. Ameaças que existem em toda a cidade e não somente na vila, mas que são mais evidentes em lugares de alta vulnerabilidade econômica e social.

Nessa vila, os habitantes se auto-denominam “pessoal da comunidade”, conforme as palavras de Bernardo (36 anos, morador):

“Pessoal da Comunidade porque somos um conjunto de pessoas, famílias que moram numa área determinada e que tem obrigações em comum, interesses em comum, pois estes

dependem de um mesmo conjunto, de uma mesma estrutura, interligados de alguma maneira e que convivem no dia-a-dia.”

Bernardo refere-se à comunidade em um sentido mais espacial, de ocupação de território comum e próximo, no qual os interesses, principalmente de desenvolvimento e estrutura do bairro, se estendem para todos, assim como as obrigações. Bernardo não enaltece a Vila São Pedro como uma comunidade perfeita, onde seus moradores são protegidos e amparados, assistidos pelos vizinhos, quando necessário. Mas aponta que, em várias situações, a comunidade se coloca favorável a um ou outro menos assistido. Isoladamente ou em conjunto, os vizinhos auxiliam no que podem.

Bernardo, separado, com três filhos, segundo grau completo veio morar na Vila quando tinha uns 15 ou 16 anos, com o pai. Quando criança morava no interior. Também relata que a Vila São Pedro era um banhado. Sua experiência de trabalho iniciou aos 11 anos:

“Eu trabalhava desde os 11 anos de idade. Era empacotador, numa época que ser empacotador em supermercado era muito importante. Tive carteira assinada com direito a férias.”

Trabalhou como cobrador de ônibus, por sete anos, com carteira assinada. Exerceu algumas atividades em serviços de escritório, cobranças. Sua principal atividade é de acabamento em pintura, na área da construção civil, como relato abaixo:

“O mercado de trabalho é exigente, a idade conta. Algumas empresas querem gente nova. Até tentei colocação, mas o mercado não tinha lugar pra mim. Desde lá, trabalho na construção civil, pintura, placas. Somente que, às vezes tem clientes, às vezes não se tem. Na verdade, não se tem estabilidade.”

A idéia de Bernardo de ser um trabalhador “flexível” como ele se auto-intitula, envolve falta de colocação no mercado de trabalho, e as poucas vagas disponíveis oferecem um salário muito baixo para a sobrevivência de uma família. Conforme palavras dele:

“Eu passei a ter várias atividades para poder me manter. A flexibilidade no trabalho me permite de trabalhar inclusive à noite se surge algum serviço, se durante o dia não dá. Eu até tenho preferência por uma carteira assinada, mas dependendo do salário. Trabalhar fechado o dia todo por um salário não compensa. Não dá pra pagar as contas. A gente tem que ser flexível nos dias de hoje!”

Foi esta flexibilidade que fez Bernardo procurar os Coletivos de Trabalho para se inserir em uma atividade ligada à construção civil que, como não foi oferecida, o fez optar pela reciclagem.

Na ATUT, ele conta fazer de tudo, inclusive já ter atuado na coordenação. Essa passagem criou um atrito ainda não resolvido com a coordenação atual. Muitas das disputas de territórios, na ATUT, e dos conflitos interpessoais entre o pessoal da comunidade são conseqüências dessa indisposição entre antiga e nova coordenação, divisão presente nos mini-grupos, grupelhos que ora apóiam ora se opõem aos encaminhamentos da atual coordenação. Desatar esse nó é uma tarefa árdua para a equipe técnica e os outros trabalhadores, pois o embate nem sempre se manifesta concretamente. Na maior parte das vezes, fica por conta de artimanhas sutis construídas sub-repticiamente nas redes da ATUT. Os danos é que são da ordem do visível e respingam em todos.

Observa-se que o aflorar de alguns conflitos na ATUT, disputas de territórios, vêm a sinalizar que a competição também se faz presente naquele local de trabalho. O que muda de uma outra organização qualquer é o modo com que o coletivo procura organizar e administrar os conflitos, buscando não deixar que essas micro-batalhas sufoquem os princípios associativos e cooperativos da Associação. Quando isto ocorre e a atmosfera torna-se insustentável, acontece de alguém deixar de trabalhar na ATUT por um tempo ou de solicitar desligamento.

Quanto a trabalhar dentro do HPSP com portadores de sofrimento psíquico, Bernardo disse que não tinha a mínima idéia do que o esperava. Hoje considera tranquila esta composição. Mesmo na Vila, ressalta que os pacientes não incomodam ninguém e, quanto ao trabalho, surpreendeu-se com a capacidade deles.

Nas reuniões da Associação considera que existe um exagero no controle do grupo:

“É questão de cultura, Selda. O pessoal carente ou trabalha por conta ou é empregado, não sabe funcionar cooperativamente. O grupo parece um *Big Brother*, um quer controlar o outro. A Coordenadora da VP (refere-se a um outra Unidade de Triagem de Lixo de POA) disse que parece Casa dos Artistas, a vida é bem assim.(..) O pessoal não está preparado para uma Associação, uma cultura assim não se tira em meses.”

Bernardo confessa que ele mesmo tem problemas de horários, por trabalhar em serviços flexíveis. Ele considera que os horários devem ser flexíveis porque a vida é flexível. Mas o grupo cobra isto dele.

Observo que Bernardo continua trabalhando na construção civil em seu turno disponível fora da ATUT. Suas principais aquisições foram um carro e a construção de um banheiro, na casa. Mas o que o emociona foi ter levado os filhos para conhecerem o mar. “O mar pela primeira vez é uma emoção.” Além de outras aquisições para as crianças, como bicicletas.

Bernardo considera que a ATUT é seu suporte para prover sua família das necessidades básicas. Sonha em ver o galpão de lixo cheio de material e de trabalho para todos.

3.2 - OS EMPREENDEDORES BIOPOLÍTICOS

Artur, psicólogo, e Juliana, terapeuta ocupacional (TO), deram-se as mãos para a construção do projeto da cooperativa de reciclagem. Olhavam mais longe, sentindo que a Associação não se limitaria a uma estratégia de reabilitação, mas sim como um ancoradouro para a constituição de territórios, de ampliação de possibilidades de vida que poderia vir a se estender e articular a outros projetos em andamento no HPSP.

Juliana relata que não sabia nada sobre lixo, que seu mundo era outro. Quando ela e Artur, concursados públicos, vieram trabalhar no HPSP, já existia um projeto precário sobre uma cooperativa de lixo que lhes foi apresentado pela Coordenadora das Oficinas. Enquanto não decidiam assumir o projeto, eles trabalharam no Instituto D.Bosco e se vincularam mais aos atendimentos individuais e grupais.

As dificuldades eram muitas, pois além de ser uma Instituição Total com falta de instrumentos de trabalho, caracterizava-se também pela excessiva precariedade dos

pacientes, que além das deficiências mentais, padeciam com sofrimentos psíquicos, eram descuidados com a higiene pessoal, estando constantemente sujos, conforme as palavras dos técnicos:

“Trabalhar no D. Bosco era viver o cotidiano de uma prisão associada com a falta de recursos técnicos e humanos.”(Artur)

“O tempo que se perdia tratando de outras coisas que não as práticas terapêuticas, não compensava o esforço do trabalho, era muito desanimador.” (Juliana)

A solução encontrada pelos técnicos foi levar adiante o projeto da cooperativa de reciclagem e trazer os pacientes do Instituto D. Bosco para o HPSP.

Para tanto, os técnicos montaram uma estratégia para conhecimento do campo de trabalho. Foram ao DMLU e obtiveram indicações sobre como aprimorar o trabalho. O intuito era um trabalho que potencializasse os sujeitos e que também os profissionalizasse, gerando renda.

Saber trabalhar na triagem do papel e dos resíduos sólidos tornava-se necessário para capacitar os pacientes. Nessa tarefa, os técnicos se dedicaram com afinco, conforme palavras da TO:

“ Trabalhamos durante um ano e meio, lado a lado, junto com eles. Mostramos: isto é papel branco, tudo que não é papel branco é nesta caixa, pois alguns não identificavam outras cores. Usamos de apoios visuais concretos colocando garrafas verdes, onde estas deveriam ser colocadas e assim por diante.”

As reuniões surgiram espontaneamente, pois os técnicos passaram a querer acompanhar o desenrolar da semana. Além disso, o grupo trouxe contribuições individuais ao trabalho, que correriam o risco de se perderem sem que todos tivessem acesso a elas.

3.2.1 - Territorializações, Desterritorializações e Reterritorializações

A consolidação do projeto “Coletivos de Trabalho¹³” (CT) foi uma surpresa para todos. Se, por um lado, aumentou as perspectivas dos dois técnicos em concretizar o espaço de produção social tão almejado, por outro, o acoplamento dos moradores da vila com o hospital foi difícil, pois o grupo que já trabalhava na Associação sentiu-se invadido, desterritorializado.

Os técnicos apontavam que o pessoal da vila era “muito espaçoso”, que se envolviam com os pacientes dando ordens, não os respeitando. Também algumas vezes sentiam perder suas funções anteriores, não sendo mais necessários. As queixas giravam em torno do fato de os pacientes não os procurarem mais e que outras pessoas, externas à Associação, se envolviam com a organização do trabalho.

O projeto “CT” integrado no HPSP emergiu de políticas públicas de um Estado que buscou, em um determinado momento político no RS, sair de uma proteção menor aos mais desvalidos, para uma proteção maior, criando e executando linhas de ação que contemplassem esse objetivo. Tratando-se de políticas planejadas em postos mais elevados dos governos, ao nível de secretarias de Estado e do Município, coube à equipe técnica da Associação executar e administrar, posteriormente, as ações determinadas no cunho político-social-econômico. É importante ressaltar que o projeto inicial de uma cooperativa de trabalho no HPSP contemplava apenas pacientes e usuários da rede de Saúde Mental e não tinha pretensões de encaixar outras populações naquele espaço. Talvez se justifique aí a diminuição da potência de agir dos técnicos, expressada em resistência à nova configuração do coletivo, mesmo com sinalizações diversas de que o projeto poderia ser muito positivo.

Artur e Juliana reassumiram a condição de agentes/atores em uma outra etapa ligada à implantação e desenvolvimento do trabalho conjunto na ATUT, na formação de novas alianças políticas e na administração dos conflitos e crises que se sucederam e que tinham urgência de serem trabalhadas..

¹³ Segundo o Caderno Metodológico da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (2001 p.12), “o programa “coletivos de trabalho” é destinado a sujeitos desempregados ou inseridos de forma precária no mercado de trabalho, residentes, em comunidades com alto grau de vulnerabilidade social ou reunidos em torno de uma atividade laboral comum, identificados por uma mesma fonte de renda.” Já nos referimos a este programa quando ao acoplamento vila e hospital para formação da ATUT. Ver parte I.

Dessa passagem fica uma mácula ainda cristalizada e expressa na insistência dos técnicos de pontuarem que o pessoal da comunidade veio depois de a Associação já estar caminhando, na “casa” que já era dos pacientes e assim sendo, aceitar as limitações psíquicas e físicas dos “donos da casa” faz parte de um contrato, mesmo que informal e implícito, nas regras da ATUT.

Por outro lado, Artur consegue avaliar, hoje, que o trabalho veio a ser mais potencializado com o projeto CT:

“Selda, antes e depois aconteciam muitas coisas parecidas, mas faltava potencializá-las. O ingresso das pessoas da comunidade potencializou o trabalho. Hoje, o trabalho que existe já existia antes, o mesmo processo de produção.”

A equipe técnica percebe e sente os aspectos positivos dessa composição. Esse avanço no “olhar” para com os “estrangeiros” que invadiram “seu” território, deve-se à capacidade dos técnicos de se “outrarem”, de conseguirem se deslocar de suas identidades iniciais, suas atividades e funções já pré-determinadas e se lançarem no desafio de se abrir ao “outro”. O que causa certa perturbação é que esse “outro”, o estrangeiro, é o “não-louco”, é aquele que vive na cidade e é dito normal. Segundo Pelbart (2001) o “outro” é forjado em uma oposição dialética, onde não é dado, mas é produzido pelo mesmo. Uma produção atravessada pelos preconceitos, hierarquizações, fantasias, ciência, religiosidades e interesses. É necessário acrescentar também o temor do desconhecido e os efeitos que este poderia produzir no grupo.

A equipe técnica, mesmo desconcertada por uma dupla invasão, tanto no território espacial concreto, como no território afetivo, apresenta méritos em conseguir abrir espaços para desenvolver o projeto ATUT e, além disto, minimizar os impactos dessa ocupação frente aos trabalhadores que ali já se encontravam..

O convívio com este outro, que Juliana pontua como essencial para sua integração no novo grupo de trabalho, refere-se à sua sensibilização quanto ao estado precário deles. Conforme suas palavras:

“A gente estava trabalhando com uma clientela há mais de um ano. A gente não estava acreditando que poderia dar certo o “Coletivos de Trabalho”. Mas, a gente foi aprendendo com eles,

e com as pessoas que os estavam administrando. Eu particularmente me sensibilizei muito e aceitei melhor o grupo, pela situação financeira deles, muitos sem estudo, em idade avançada. **Eu me abri para essas pessoas.**”

Acrescenta, ainda, as possibilidades de integração dos pacientes com a vila:

“Passei a perceber que elas podiam ajudar os pacientes, ampliando seu leque de amizades fora do hospital. Um outro mundo lá fora, mas um mundo um pouco mais protegido. Na vila, não seriam desconhecidos e várias pessoas estariam controlando, de olho neles, vendo o que eles estavam fazendo.”

Juliana refere-se ao projeto Morada, constituído pela construção de casas na Vila São Pedro, nas quais alguns moradores do hospital passaram a viver desde final do ano de 2002. Entre esses moradores estão alguns dos que trabalham na ATUT. A fala de Juliana é efeito da interação que ela visualiza hoje na ATUT, dos relacionamentos dos pacientes com o pessoal da Vila que, em alguns casos, extrapola o local de trabalho. Juliana relata a relação de Patrícia (moradora do Hospital) e Betina (moradora da Vila):

“A Patrícia, por exemplo, tem um lugar para ir aos domingos, come sua galinha assada com a Betina, passa a tarde, escuta música, participa de um ambiente familiar. Valeu mesmo essa integração para algumas pessoas.”

Juliana também se posiciona como reconhecidora das inequivalências, e dos sofrimentos dos pacientes. Procura equilibrar as condições, esclarecendo ao pessoal da comunidade o porquê do tratamento diferente entre os pacientes e os moradores da vila. Seu posicionamento é firme e baseia-se no princípio da solidariedade com o outro, de tolerância, segundo ela. Não deixa passar situações embaraçosas, como atitudes inconvenientes e também brincadeiras pejorativas e depreciativas:

“No início, pessoas da comunidade faziam alguns pacientes beberem restos de refrigerante que vinham nas garrafas. Hoje,

eles **não** deixam os pacientes beberem. Aprenderam a reconhecer o outro como uma pessoa como eles, um colega de trabalho. Inclusive passaram a chamá-los pelo nome, o que antes não acontecia.”

3.2.2 Figuras do Empreendedor de Vidas

Michel Foucault mencionou, pela primeira vez, o termo biopolítico, em uma conferência intitulada: “O Nascimento da Medicina Social”, com as seguintes palavras: “O corpo é uma realidade bio-política.” (Foucault, 2002, p.80). É uma menção à medicalização do corpo no contemporâneo, entendido como objeto do poder, e aliado com uma estratégia biopolítica da Medicina, que passa a controlá-lo e geri-lo. Na verdade, é o controle sobre a vida.

A vida, principalmente desde a Revolução Industrial, passou a ser o lugar comum. Segundo Pelbart¹⁴, todos se sentem à vontade para falar em nome da vida, todos a defendem desde os discursos médicos, psiquiátricos, políticos, filosóficos até as práticas dos especialistas que se ocupam da manipulação genética e dos políticos que empreendem guerras planetárias. Quando todos invocam a mesma questão, em direções e domínios diferentes, isso deveria ser um sinal de alerta de que a vida tornou-se um campo de batalha, pois, ao mesmo tempo em que uns invocam a defesa da vida e deploram que a mesma seja manipulada, outros, com insistência, justificam em seu nome a manipulação cada vez mais invasiva dos corpos.

Em meio a tudo isto, encontra-se em Negri (2001), a figura do empreendedor biopolítico, isto é, aquele que cria, em meio as tensões e disputas pela vida, alternativas de revertê-las em prol da potência de agir dessa vida como desejo e vontade de poder.

Delineando-se o campo de batalha no qual a vida é disputada pelo poder, ela passa a dispor seu próprio corpo como capital vital, uma certa força de valoração que oportunamente se associa a outras forças, cooperando e se expandindo. Com isto, surge a função mais precisa do empreendedor biopolítico, de conseguir captar essa potência e abrir um espaço, um território para que ela possa se propagar e alcançar os infinitos possíveis.

¹⁴ Curso ministrado por Peter Pal Pelbart no Mestrado em Psicologia Social e Institucional – UFRGS - intitulado Vida e Biopolítica – agosto de 2003.

A equipe técnica da ATUT vem abrindo espaços, rompendo os obstáculos em sucessivos atos e esforços para formar uma rede que dê sustentação possível para a formação de territórios subjetivos. Empreender a vida é tratar a biopolítica com um olhar de baixo para cima, sem a perspectiva única do poder que a desnuda e a aprisiona mas para também aquela do poder que a desnuda e a **liberta**.

Várias situações podem ser apontadas na ATUT quanto ao trabalho dos empreendedores biopolíticos, junto ao coletivo. Aparentemente são pequenos pontos ali e aqui que, em conjunto, produzem diferença no cotidiano dos sujeitos.

A figura do empreendedor biopolítico, segundo Negri (2001), vela essencialmente pela construção de uma trama produtiva e organiza o conjunto de reproduções da vida local. Negri faz uma distinção entre o empreendedor biopolítico deflacionista que reprime e redisciplina o campo biopolítico das forças que estão em jogo, como linhas de segmentaridade dura, e o empreendedor biopolítico inflacionista que determina, no coletivo que ele organiza, desejos e necessidades sempre maiores e novos. São linhas de segmentaridades finas, afetos inconscientes que operam de outro jeito, enfim, agenciamentos moleculares no mais das vezes invisíveis.

Entendo que o empreendedor biopolítico na ATUT flutua entre as duas posições inflacionista e deflacionista, conforme as relações emergentes, pois essa figura não é estática e dominada apenas por um modo de ser. O principal, no meu entendimento, é o eixo condutor que a equipe técnica busca seguir na positividade da produção, tanto organizacional como na da subjetividade.

Muito dessa produção de territórios subjetivos são efeitos de um trabalho imaterial, de cuidado. “Uma atividade de garantir o contorno das conexões, de administrar os afetos, de oferecer um chão existencial, de gerir um grupo de trabalho, como se gerencia um bom andamento de uma casa.” (Pelbart, 2000, p. 36)

O co-gerenciamento do coletivo de trabalho pelos técnicos é um experimento da realização do trabalho afetivo e imaterial. Um outro exemplo simples disso é o relato de Juliana, quando demonstra seus cuidados com João em vista de sua internação pela intensificação de seus delírios. Juliana conta que foi visitá-lo na Unidade Mário Martins do HPSP:

“Eu fui lá na Mário Martins. Ele estava andando de um lado para outro. Eu achei que ele poderia voltar a trabalhar, pedi para liberá-lo. Claro que não seria para trabalhar propriamente, seria

para **receber carinho** da gente. Aqui estão os amigos dele. O médico aceitou e ele voltou. No primeiro dia, senti que ele ainda não estava bem, então liguei e perguntei sobre a medicação. Passaram a ministrar o medicamento que ele está acostumado. Hoje ele está melhor!”

Juliana considera que seu trabalho hoje está mais no “chão de fábrica.” Seria um trabalho de contato direto com os sujeitos, uma economia de atenção a cada um e ao grupo. Ela não deixa de auxiliar na realização de contatos externos, que delega mais para Artur, pois o trabalho de consolidação da rede dos parceiros da ATUT, desde compradores e fornecedores de material, como o papel político de trânsito entre as esferas governamentais, faz parte do cotidiano de um agenciador de territórios produtores de riquezas; é a figura do empreendedor biopolítico Artur.

Artur e Juliana exigem que os pacientes produzam. Não quantificam a produção, mas consideram que eles devam trabalhar e render o que lhes for possível. Negri (2002) já apontava que as disciplinas e os imperativos administrativos e financeiros, em qualquer organização do trabalho voltada ao mercado, não podem ser negados. A diferença está em que os empreendedores biopolíticos buscam subordinar esses imperativos aos dispositivos singulares da organização da empresa, que, no caso, seriam a cooperação e a solidariedade.

Mesmo assim é com tristeza que Juliana conta a implantação do sistema de classes na divisão dos rendimentos.

“Foram criados critérios que de alguma maneira tiram um pouco dos pacientes. Penso que foi uma perda para estes, mas não uma perda que os prejudique levando em consideração que eles não pagam aluguel, comida e medicação. Eu custei a aceitar, mas a diferença de salário, depois avaliando não é tão grande.”

Juliana refere-se às privações na coleta da ATUT que se estenderam por um longo tempo e diminuíram consideravelmente o rendimento do pessoal. Hoje, já com a quase normalização de material, os pacientes estão retornando gradativamente à classe A, ficando nas faixas salariais mais baixas aqueles que realmente não produzem quase nada e faltam muito.

Juliana, mesmo sem ensinar mais o trabalho para cada um, como fazia, considera que sua função ampliou-se muito com a chegada do pessoal da comunidade. Os atendimentos se multiplicaram, não somente com os pacientes, mas também na resolução de microconflitos que são freqüentes no grupo.

Juliana trabalha com os olhos abertos para quem precisa de um olhar especial, não importa quem quer que seja:

“ Adoro estar junto com o grupo de trabalho, gosto muito de fazer o que eu faço e, dentro do possível, estou tentando sempre buscar uma maneira de ajudá-los, de me envolver e minimizar seus conflitos.”

Artur e Juliana incentivam as relações interpessoais na Organização através das reuniões, dos passeios, dos encontros dentro e fora do trabalho. As reuniões contam com a participação dos técnicos e têm como pauta, as atitudes no trabalho. Por exemplo, quando um objeto desaparece, ou alguém ofende o outro, desmerece o colega, os técnicos avaliam quando o coletivo pode, em conjunto, resolver a situação, contorná-la ou se é necessário um atendimento individual, reservado.

Artur pontua que o coletivo se movimenta com avanços e retrocessos, como um jogo de “sorte e revés” segundo as palavras dele:

“Acho que o nosso coletivo evoluiu. Hoje já existe uma articulação. Uma das questões é a maneira de dar conta da logística do trabalho. Objetivamente eles dão conta da organização cotidiana do trabalho emergente , tais como a distribuição das atividades e horários, a escolha de equipes para tarefas pontuais. A própria Ivete, como Coordenadora, tem sido melhor respeitada pelo trabalhadores e já assume sua função com mais autonomia que no início.”

Artur auxilia, através de seus contatos e formação de redes, a constituição social da produção, uma rede que se tece entre as singularidades, no processo constitutivo do tecido produtivo. Entre suas ações, destacam-se a concretização dos projetos junto às secretarias de Estado, com a realização de convênios, as reuniões e alianças com o

DMLU em relação à organização do trabalho e à capacitação para o conhecimento do produto e manejo das máquinas, os contatos com a direção do HPSP na busca e concretização de apoios e a apresentação e divulgação da ATUT na imprensa local e em órgãos públicos, como o Banrisul, com o qual foi firmado convênio. Como empreendedor biopolítico, sua direção está em possibilitar o avanço do projeto, abrindo as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, Artur está conectado com Juliana no dia-a-dia da Associação e dos problemas que ali surgem. Sua presença ilumina as ações do coletivo.

Estimular a convivência e propiciar a produção para que esta retorne e traga valor aos sujeitos é tarefa de Artur e Juliana, inesgotáveis e incansáveis empreendedores biopolíticos, empreendedores de vidas.

3.2.3 - Nos Degraus do Empreendedorismo

Ela se chama Susi e é estagiária em TO da ATUT, há dois anos. Emociona-se ao contar que foi recebida de “braços abertos” pelos trabalhadores, quando ingressou na Associação.

Pode-se dizer que Susi contagia a todos com sua iniciativa e alegria no trabalho. Ela participou da Associação ainda quando ela se restringia aos pacientes e acompanha, desde então, o desenrolar com o pessoal da vila. Em alguns momentos, entrou em conflito em relação à sua especialidade de TO na ATUT pois não se encontrava desempenhando o que a cartilha da universidade ensinava. Conversamos sobre isto e sobre a importância da transdisciplinariedade dos saberes em uma clínica ampliada, principalmente quando, assustadoramente, os profissionais se deparam com desafios que sua especialidade isoladamente não dá conta. Foi o trabalho na ATUT que lhe permitiu experimentar novos olhares na clínica e, principalmente, a não temer os desafios e obstáculos que ali se instalaram. As demandas do cotidiano tornaram-se suas principais aliadas.

A dedicação de Susi reflete-se na preocupação com cada um e com todos. Sua generosidade se expressa no sorriso de cada dia, na escuta dos trabalhadores, no tempo em que organiza, conforme sente as necessidades, as solicitações e as condições que se apresentam.

Participa da coleta de material, atividade que considera importante pela proximidade maior que pode ter com os trabalhadores, principalmente alguns deles que esperam ansiosamente por esse trabalho, conforme a exclamação de Sancho:

“Hoje eu estou bem limpinho, de gravata, bonito pra fazer coleta!”

Também não deixa de mencionar que alguns estão sempre se queixando da vida, mas para a coleta estão prontos, enquanto que Ester aponta fatos que visualiza na rua e diz:

“Olha lá, depois nós é que somos loucos!”

Susi considera a coleta de material como uma responsabilidade particularmente sua, assim como os efeitos que as saídas com a caminhonete do DMLU venham a produzir nos trabalhadores. Exemplo disso é uma situação em que o veículo foi obrigado a frear bruscamente no trajeto e provocou um susto nos trabalhadores. Imediatamente Susi entendeu que aquele evento poderia ter disparado o surto psicótico em Patrícia e de alguma forma, incorporou também uma culpa pelo ocorrido. Eu mesma vinha observando que Patrícia antes disso não estava bem. Dias antes da coleta, ela se apresentara na ATUT pronta para ir a uma danceteria. Eram nove horas da manhã e Patrícia estava com uma faixa na cabeça, calça justa e maquiada. Além de afirmar que estava em companhia do namorado, que todos sabem não existir. O surto já se deflagara em Patrícia antes do episódio da coleta, apenas ela não tinha ainda sido internada.

Susi atenciosamente foi visitá-la juntamente com Carla:

“Nós fomos visitar Patrícia na Unidade Mário Martins, onde ela estava internada. Patrícia nos tratou mal, foi agressiva, irônica. Carla também ficou decepcionada com a reação da colega.”

Após retornar ao trabalho, Patrícia mostrou-se arrependida de sua reação com as visitas, inclusive demonstrando que Susi e Carla colaboraram para sua pronta recuperação. Estava alegre por estar na ATUT e insistiu em fazer a coleta, como sempre.

Susi participa das reuniões, das atividades administrativas, além de almoçar com alguns pacientes no HPS, por vontade própria. Nesses almoços, as conversas giram sobre o trabalho e sobre a vida e servem como termômetro para medir as oscilações de humor e de atitudes dos trabalhadores:

“Durante este último semestre, almocei no refeitório do hospital. Diogo, Ester e Jacinto sempre me acompanhavam. Neste momento, muitos assuntos pessoais eram colocados em pauta. Notei que algo não ia bem com Jacinto quando começou a afastar-se do grupo, preferia ficar nos cantos, isolado, de preferência distante da Ester, por quem criou uma certa barreira, rejeição.”

Susi percebe, muitas vezes, os sinais de crise psicótica em alguns sujeitos e os encaminha, junto com a equipe técnica, para atendimento no hospital. Naquele momento, Jacinto não precisou ser internado, mas recentemente sua internação se fez necessária. Após vagar dois dias pela cidade, chegou na ATUT, solicitando que o internassem. A ATUT foi o único lugar possível, no qual Jacinto sentiu segurança de ser atendido e bem encaminhado além de, mesmo internado, querer continuar trabalhando, tal como ocorreu com João.

E isso me faz levantar uma questão: que território ATUT é esse? Não tenho dúvidas de que é um local de trabalho, uma Organização que objetiva a triagem do lixo e ganhos monetários com isso. No entanto, me parece ser também um local onde atuam forças invisíveis de proteção, de amparo e de segurança. Seria possível pensar que o trapezista de Kafka¹⁵ ali encontraria equilíbrio, mesmo com sua singular vertigem?

O estágio curricular de Susi está finalizando e em vista da preocupação dos trabalhadores pelo seu afastamento, vai permanecer voluntariamente por mais um tempo na ATUT, sem nada receber a não ser o reconhecimento de ser tão querida por todos.

¹⁵ Peter Pál Pelbart, em seu livro *A vertigem por um fio*, Iluminuras, 2000, pg 7, relata parte do conto de Kafka intitulado “A primeira dor”, em que um trapezista se dá conta somente possuir uma barra entre as mãos e que vive assim por um fio. Pelbart relaciona a situação do trapezista às acrobacias dos sujeitos do mundo contemporâneo que são posicionados na vida por um fio, em vertigens sutis e em buscas desenfreadas por bússolas inexistentes.

De um lado, o empreendimento no cotidiano do trabalho, na produção de afetos, do outro, as condições necessárias para que a produção se realize. Um círculo em torno da precariedade.

IV -O TRABALHO ATUT COMO DISPOSITIVO DE SUBJETIVAÇÃO?

“Eu era gases puros, ar, espaço vazio, tempo

Eu era ar, espaço vazio, tempo

E gases puro, assim, ó, espaço vazio, ó

Eu não tinha formação

Não tinha formatura

Não tinha onde fazer cabeça

Fazer braço, fazer corpo

Fazer orelha, fazer nariz

Fazer céu da boca, fazer falatório

Fazer músculo, fazer dente

Eu não tinha onde fazer nada dessas coisas

Fazer cabeça, pensar em alguma coisa

Ser útil, inteligente, ser raciocínio

Não tinha onde tirar nada disso

Eu era espaço vazio puro”.

Stela do Patrocínio

4.1. O DISPOSITIVO ATUT

Um dispositivo é, para Foucault (2002), uma rede que pode ser estabelecida entre o dito e o não-dito, um conjunto de elementos heterogêneos, como discursos,

instituições, proposições filosóficas, entre outros elementos que se articulam entre si e produzem naturezas diferentes. Suas funções e posições se modificam conforme as relações que se processam entre seus elementos, podendo, muitas vezes, um dispositivo institucional, por exemplo, incorporar uma estratégia disciplinar e de controle, como em outras possibilitar o surgimento de um campo de possibilidades e articulações, frente às dominações já estabelecidas.

Já abordei, neste trabalho, o dispositivo disciplinar das instituições totais, como operador ortopédico dos sujeitos, para fins específicos. A arquitetura panóptica é um exemplo de um dispositivo de controle, vigilância e análise, um poder constante e inverificável, muito utilizado nas prisões, escolas, fábricas e manicômios.

Outro dispositivo importante de subjetivação é o da sexualidade, principalmente a partir do século XVIII, constituindo um regime de enunciação que, estendido a toda a sociedade buscou interiorizar, nos sujeitos, valores morais pré-estabelecidos, injetando-lhes o sentimento de culpa e de dívida a partir de práticas consideradas desviantes. Instrumentalizou-se pelo poder pastoral e pelo modelo da família burguesa, efeitos-causa dos princípios de um sistema de produção capitalista, já em ascensão naquele século.

As estratégias disciplinares, os instrumentos do poder pastoral abriram espaço para o biopoder e a biopolítica, com a vida tornada objeto do poder. Estes dispositivos vinculam-se a estratégias de poder que cristalizam as relações, produzindo estados de dominação dotados, muitas vezes, de poucas possibilidades de resistência. Por outro lado, como ensina Foucault, o poder seria um campo de forças sobre forças, de ação sobre ação. Assim sendo, em toda a relação de poder, pressupõe-se a possibilidade de resistência. No mesmo lugar em que o poder investe suas forças, potencializa-se a resistência.

Para o biopoder, poder que controla a própria vida, a resistência se encontraria na própria vida. E é ,exatamente, na reversão do aprisionamento de vidas institucionalizadas em manicômios, em vidas segregadas pela miséria, presas a valores totalizantes que surge a ATUT, vinculada a modos cooperativos e associativos de trabalhar, à constituição de redes “quentes”, co-gerenciadas por empreendedores biopolíticos. Abre-se, então, a pergunta que orienta essa dissertação: seria o modo de trabalhar “ATUT” um dispositivo de subjetivação em sujeitos desprovidos das mínimas condições sociais e econômicas? Como dispositivo, poderia ativar-lhes a vontade de potência, o poder sobre suas vidas?

O dispositivo, segundo Foucault, está em constante processualidade ou em perpétuo preenchimento estratégico. A sua função pode criar uma sobredeterminação funcional, em pleno movimento, o dispositivo pode desviar-se, bifurcando caminhos e, como uma máquina, abrir-se a conexões inesperadas.

Também para Deleuze (1996), o dispositivo é considerado maquínico, é um produtor de possibilidades, gerador de auto-existência. Um dispositivo, para ele, pode rachar seu interior, possibilitando, através de agenciamentos, novas molduras e composições dos fluxos, cortando e colando novas conexões, compondo e decompondo. Eis a possibilidade do surgimento de acontecimentos, que, ao eclodirem, acabam por destruir, conforme já dito, territórios solidificados.

O dispositivo constitui-se de forma não dissociada das práticas sociais, não sendo transcendente nem exterior à própria engrenagem que o constitui e da qual faz parte. Assim, encarnado no próprio campo social, em relações rizomáticas de complementaridade e escoramento, sua principal condição é a de estar vivo. (Guattari e Rolnik, 2000).

Nas seções anteriores, dissertei a respeito do efeito ATUT, emergência vinculada às transformações de um manicômio no contexto da Reforma Psiquiátrica e nos novos modos de tratar a loucura na sociedade contemporânea. A ATUT escapa de um modelo de reabilitação tradicional, de entretenimento (entreter dentro) e volta-se para a constituição de um trabalho coletivo de valor social. O acoplamento com moradores da Vila São Pedro, através dos Coletivos de Trabalho, impulsionou a invenção de uma empresa social transversalizada pelos princípios da solidariedade e da cooperação e do empreendedorismo biopolítico.

Os relatos dos trabalhadores e as descrições das reuniões e dos acontecimentos na ATUT foram cartografados com vistas à produção de sentidos. Os encontros produzidos e os movimentos traçados pelos autores/atores dessa Associação, inseridos e constituídos em um plano de composição heterogêneo, singular e múltiplo se efetuaram em um território de abertura a conexões e devires, o que faz pensar que o trabalho cooperativo, os modos de trabalhar- ATUT tornam-se um potente dispositivo de subjetivação. Assim, é através de tais agenciamentos coletivos, experimentados pelo e através do trabalho que me autorizo a chamá-la Associação de Afetos.

4.2 ATUT - A ASSOCIAÇÃO DE AFETOS

Os afetos são, para Espinosa, produzidos através de encontros dos corpos: ele invoca o corpo como capacidade de afetar e ser afetado e que não se sabe antecipadamente de que afetos é capaz (Deleuze, 2002, p.130). É o poder de afetar e ser afetado que determina a qualidade do que se pode chamar de encontros, nos quais é definida a liberdade de um corpo como potência para vir atualizar seus afetos, vir a ser causa e fonte deles. Pode-se dizer que tal potência de afetar refere-se a uma qualidade ativa, enquanto a de vir a ser afetado é considerada matéria passiva. O próprio afeto se efetua no encontro, se atualiza e se constitui no mesmo. (Fuganti, 1991)

O poder de um corpo, o que pode um corpo, a cartografia das afecções de um corpo estão relacionadas ao que expande ou reduz seu campo de ação, aumentando ou diminuindo sua potência de agir.

“Quando encontramos um corpo exterior que não convém ao nosso, tudo ocorre como se a potência deste corpo se opusesse à nossa, operando uma subtração. Dizemos, nesse caso, que a nossa potência de agir é diminuída ou impedida, mas, ao contrário, quando encontramos um corpo que convém à nossa natureza e cuja relação se compõe à nossa diríamos que sua potência se adiciona à nossa: as paixões que nos afetam são de alegria e nossa potência de agir é ampliada e favorecida.” (Deleuze, 2002, p.34)

Toda essa composição refere-se sempre a relações, a forças e a fluxos e não a unidades individuais, não se podendo deixar de assinalar que o que há de pior “é privar um corpo da realização de sua máxima potência” (Themudo, 2002 p.53). Os corpos se constituem em meio a forças, ações e encontros, não podendo ser considerados como apenas identidades únicas, isoladas, idênticas e unificadas. As fronteiras entre o indivíduo e o coletivo, produção desejante e produção social, estão embaralhadas, o que nos permite assinalar, a partir de agora, algo dos encontros do coletivo trabalhador, visto desde a perspectiva do modo de produção ATUT.

Os modos de trabalhar e organizar na ATUT colocam o trabalho material, isto é, concreto, a serviço do trabalho imaterial, implicado no processo de produção de afetos,

vinculado diretamente às relações, aos encontros, um trabalho afetivo. O trabalho material apresenta-se como meio de chegar ao trabalho afetivo e não como um fim em si, um objetivo em si.

Concordo com Michael Hardt (2003) quando ele grifa a idéia de trabalho afetivo ao conceituar trabalho imaterial. Para ele, trabalho afetivo é uma das faces do trabalho imaterial. Pensar o trabalho afetivo implica apreender uma dimensão do cuidado, do prover a si e ao outro, o que poderia ser encontrado na ATUT.

Uma primeira idéia do cuidado como trabalho afetivo pode ser relatada na voz de João que apresenta o conteúdo do trabalho da triagem do lixo como **cuidado** e atenção à natureza:

“Mas o que me faz feliz na reciclagem é que eu estou trabalhando com a natureza, contribuindo com a ecologia, porque estou tentando ajudar no sentido a não derrubarem tanto as árvores, não fazerem tanta escavação para procurarem alumínio no fundo da terra, acho que alumínio, barro vermelho. Acho que meu valor ali é por amor, não é por ganhar dinheiro, é por amor.”

E, do interesse pelo seu trabalho ecológico, com a natureza, surgiu em João, a idéia de estendê-lo à sua casa:

“Selda, eu tenho tantas idéias, se eu te contar.. vou tentar te resumir agora, criar uma horta lá em casa, um jardinzinho, uma paisagem bonita, um jardim de se olhar e dar gosto. Eu pensei em cultivar violetas, orquídeas, outros tipos de flores ornamentais, comprar sementes especiais e botar na porta de casa, numa pequena área que dá acesso pra minha casa, fazer um canteirinho e todos os dias molhar.”

João procurou informações em livros e revistas para aprimorar seu trabalho. O progresso para ele é possibilitar que a natureza viva melhor, assim como o ser humano.

João que de alguma forma transparece, em suas palavras, tratar-se de um “bom” sujeito, adaptado ao que a sociedade considera trabalhador padrão, dedicado, impecável, não consegue deixar de expressar um outro sentido do **cuidado** no trabalho de conteúdo

afetivo, quando confessa ter vivido, até pouco tempo, com seu irmão, também portador de sofrimento psíquico, e que raramente saía de casa. Sua relação com este irmão, que de todos desconfiava e que a todos temia, reduzia-se a uma comunicação por cartas e escritos, **jamais era falada**. Ao temer que os vizinhos, que alguém na rua, que as próprias paredes pudessem escutá-los e vir ameaçá-los, o irmão proibia João de dirigir-lhe a palavra, apenas trocavam correspondências. Duas existências em sofrimento na mesma casa, pois passaram a viver sozinhos, após a morte da mãe. Poder-se-ia dizer que na ATUT há uma reversão nos papéis de quem cuida e de quem é cuidado. João que, cuidou da mãe e do irmão, se entrega aos braços dessa Associação, com seu trabalho afetivo.

Uma outra dimensão do **cuidado** relaciona-se com os empreendedores biopolíticos. O trabalhador da Saúde, segundo Hardt, apresenta como cerne de sua prática o conteúdo afetivo de cuidar e prover os outros, mesmo que esse cuidado seja corporal. O sentido de **cuidar** pode estar associado ao de **curar**, conforme Rotelli e alli:

“Cuidar significa ocupar-se aqui e agora, de fazer com que se transformem os modos de viver e sentir o sofrimento do “paciente” e que, ao mesmo tempo, se transforme sua vida concreta e cotidiana que alimenta este sofrimento.” (Rotelli e alli, 1990, p 33)

Na ATUT, a ênfase não é colocada no processo de “cura”, mas em um projeto de “invenção de saúde”, não existe mais apenas um mundo produtivo, com contornos definidos, “não existe mais uma saúde, mas existem mil”! O problema não está em achar a cura, isto é, a vida produtiva, mas a produção de vida, do sentido da vida, da sociabilidade e da utilização de formas (dos espaços coletivos) de convivência dispersas.” (ibid., p.30)

Por último, desviando um pouco do conceito de trabalho imaterial de Hardt, eu também gostaria de usar esta noção para pensar a dimensão afetiva da ATUT que dá aos sujeitos um território, uma pertinência, uma afetação recíproca, extensiva ao dentro e ao fora do local de trabalho.

Em algumas tardes, o pessoal do Clube da Amizade do HPSP joga futebol. Espontaneamente, caminham em direção à Vila São Pedro e convidam o pessoal da comunidade, seus colegas de trabalho, para uma partida. Estabelece-se um outro

Campo, que não o Campo do Estado de Exceção de Agamben, o Campo não de uma massa e de uma individualidade, mas de uma pequena multidão que contempla as singularidades. Há, neste Campo, uma proliferação múltipla de ações e aglomerações que constroem essa equipe e que são produzidas por finíssimos nexos. Para Negri (2002), o futebol é como ouvir uma música, tocada por si só, como um coral polifônico.

Concordo com Negri quando aponto o jogo de futebol, realizado dentro do HPSP como uma integração espontânea entre hospital e vila, como uma orquestra que produz um som singular. Mas, além disto, não posso deixar de ressaltar que esse Campo dilui e suaviza também as diferenças desses sujeitos, não em um sentido negativo, mas positivando a vida nas suas várias esferas imbricadas, a casa, o lazer, o trabalho, e potencializando as relações construídas através do dispositivo ATUT.

Há algo que acontece com estas pessoas desprovidas de qualquer lugar socialmente valorizado, ao ingressarem no trabalho ATUT. Subjetividades em processo, cujas mudanças incluem a nova faceta de um trabalhador-provedor, pois provêm a si e aos outros, cuidam de si e dos outros. Provimento não somente financeiro, mas também social, conforme relata Ivete, coordenadora da ATUT e moradora da Vila:

“Para mim a vida ficou mais **colorida**, pois agora ajudo pessoas doentes a se sentirem melhores e recebo por isso.”

Ivete recebe como membro da ATUT, como trabalhadora e não para cuidar de pessoas “doentes”. No entanto, ela mostra sua perplexidade em poder ajudar alguém e ainda receber. Ivete, que já se espantou com o HPSP em outro momento e fugiu da fila para o emprego que ali era oferecido, hoje se emociona ao dizer que **cuida** e ainda recebe por isto. O trabalho afetivo não é o único alvo da ATUT mas desponta como forte presença nas redes comunitárias que forja subjetivamente:

“O que o trabalho afetivo produz são rede sociais, formas comunitárias, biopoder (...) A produção biopolítica aqui consiste basicamente no trabalho envolvido na criação da vida (...). O trabalho atua diretamente nos afetos; ele produz subjetividade, ele produz sociedade, **ele produz vida.**” (Hardt, 2003, p.152-156, grifos meus)

Um trabalho que se produz entre as ligações, entre os sujeitos, pelos encontros.

4.2.1 - A Concepção do Trabalho ATUT

A dimensão do trabalho ATUT não se dá a partir do processo tradicional do trabalho na sociedade. É um trabalho cooperativo e de cunho reabilitador biopsicossocial imerso em uma rede de sustentação de um projeto inserido no contexto da Reforma Psiquiátrica, cujos trabalhadores são marcados pela precarização. Um trabalho que inventa suas práticas e cujo olhar dos empreendedores biopolíticos se estende para além do modo de produção capitalista, indo ao encontro das palavras de Erotildes Leal:

“É preciso propiciar ao aprendiz a oportunidade de realizar trabalho condizente com o seu desempenho”; “o ritmo da produção deve ser dado por quem executa”; “é preciso que se criem oportunidades de trabalho que incluam a diferença”; “estas atividades devem ser entendidas como espaços produtores de vida.” (Leal,1999, p.26)

A ATUT não exige mais do que o trabalhador pode dar, e o ritmo desse trabalho é dado de acordo com suas condições, pois, como diz Artur, “limitação é diferente de possibilidade”, sendo as atividades ali oferecidas condizentes com as habilidades de quem as executa. Além da discussão da centralidade do trabalho, na sociedade de controle que Deleuze (1998) descreve, é preciso apontar que, mais do que central, esse trabalho é imprescindível para auto-essencialização desses sujeitos, atuando, como diria Guattari (1992), como um vetor de auto-existencialização.

Na ATUT realiza-se um trabalho no dia-a-dia, nas palavras da equipe técnica. Trata-se de uma construção longa na qual uma atividade, como a coleta, não se restringiu ao trabalho concreto, específico, o de recolher, carregar e descarregar o material, mas também de experimentar sair do Hospital em direção à cidade, bater à porta das repartições públicas, dizer bom dia, agradecer, fechar a porta com suavidade. Dizer “bom dia”, fechar a porta com suavidade envolvem considerável responsabilidade, pois não se trata do mero manejo social. Não fazemos justiça a estes sujeitos precarizados se não compreendermos que o mundo se refaz como um

excedente, uma experiência que não é consumida pelo instante de ação. Cabe ressaltar e clarear, aqui, que estes preceitos básicos de inter-relação social não se aplicam a estratégias disciplinares para supressão das singularidades.

O coletivo trabalhador era, naquele momento, composto apenas por pessoas portadoras de deficiências de altas habilidades, alguns com traços psicóticos, que viveram grande parte de suas vidas em instituições totais e outras portadoras de sofrimento psíquico, moradoras e usuárias do HPSP. Apresentavam, pois, vários signos pelos quais o social as reconhece como desvalidos. Inclusive déficits de linguagem e coordenação motora.

A equipe técnica não buscava homogeneizar e sufocar modos de subjetivação singulares. A proposta se ancorava em proporcionar àqueles sujeitos uma relação social, uma comunicação que lhes permitisse dialogar e interagir com o outro. Não se trata do sentido pueril de adaptação à sociedade, diluindo no geral um particular, mas sim da possibilidade de sustentação, por parte do sujeito, de suas diferenças, sem necessitar o seu afastamento do convívio social, enfim de ser outro, sem precisar ser um.

O próprio dizer “bom dia” foi quebrado por Sancho quando já conhecia os interlocutores de alguns pontos de seu trajeto de coleta. Chegava solicitando: “Tem cafezinho aí?”, ao que os mesmos, quando o avistavam ao longe, já diziam, “chegou o senhor do cafezinho.”

Para Deleuze e Parnet (1998) é importante criar uma gagueira na linguagem, uma língua estrangeira na própria língua, uma quebra nas cristalizações. No entanto, aqui falo de Sancho e outros, cuja linguagem já é uma guagueira, uma quebra por si só, pois, muitas vezes, mostra-se incompreensível.

Sancho parece entender o sentido de se dizer “bom dia” quando desvia o cumprimento para um “estou aqui e quero ser bem tratado”, buscando, na realidade, escapar da invisibilidade social que muitos deficientes, precarizados e membros de minorias deficitárias sofrem na sociedade. Sujeitos presentificados, mas que não ocupam espaços, não interagem, não circulam nas mesmas vias e caso esbarrem em outros, por acidente, imediatamente são rechaçados.

Sancho não somente amplia o seu bom dia para solicitações e agrados, como também consegue explorar seu modo afetivo de ser nos beijos e afagos junto às mulheres e no aperto de mão cerimonioso para com os homens. Se aqui fosse um corpo docilizado, seria o **simulacro do ser dócil**, pois Sancho faz teatro do cotidiano e representa a si mesmo como um sedutor, no palco da vida.

Os encontros desenvolveram em Sancho e em seus colegas uma abertura para apreender novas linguagens, signos e como usá-los, manuseá-los até os desviarem de suas funções significantes e do mero manejo social. O sentido de usar o relógio sem saber ver as horas e exigir que ele funcione até debaixo d'água, me faz perguntar como será a existência temporal de quem não consegue nem mesmo acompanhar a marcação e o tique-taque de um relógio, principalmente no contemporâneo, no qual impera a ditadura do tempo. Em sujeitos como os Sanchos, Peris, Joãos, Ivos que conseguem desconstruir toda esta ditadura, torcendo a função do relógio, transformando-o em um artefato puramente estético e decorativo no corpo, a máquina emblemática do capitalismo se desarranja como instrumento de dominação e controle do social. Como não pensar em outros modos de subjetivação que aqueles regidos pelo fetichismo do consumo desenfreado e inesgotável de um sistema que transformou o próprio corpo humano em objeto, coisificado, como evidenciam, hoje, desde as intervenções plásticas até o radicalismo das experimentações biogenéticas?

Nas reuniões da ATUT se faz presente a fluidez do coletivo, nas decisões formais e informais, nos feitos e desfeitos, na atividade de criar regras para quebrá-las em favor da existência, na atenção de não prejudicar os menos favorecidos, os desvalidos. Este é um modo de trabalhar que promove saúde, segundo as palavras da TO Susi. Promoção de saúde que se refere a viver na cidadania, no sentido de um trabalho como valor social que restitui ao sujeito seu valor de troca, seu poder contratual. Amplia seu horizonte de relações e o potencializa dentro das redes de mercado do social, pois o sujeito constitui o tecido social. Assim, ele pode procurar outras maneiras de inventar o social, escapando de cristalizações e de normas imperativas, como a de uma ordem consumista radical.

Tomo como exemplo a decisão do grupo entre fazer um passeio para Gramado ou para Bento Gonçalves. Tendo em vista que Gramado possui muitas lojas e Bento inclui passeio de trem, música e dança, a decisão ficou por Bento. Uma liberdade de acesso ao prazer em iguais condições às de qualquer outro cidadão, sem necessidade de muitos recursos financeiros, mas de muita energia e disposição.

Também quanto às compras em hipermercados, shoppings centers ou nos armazéns, bares e lancherias das proximidades, o coletivo ATUT manifesta-se mais favorável ao relacionamento informal com os vendedores dos pequenos estabelecimentos, como conta a Patrícia, paciente do hospital:

“Eu, assim que recebo o dinheiro, vou ao armazém e compro café, açúcar, bolo de cenoura e refri. Depois vou almoçar no Teco-Teco, uma lancheria que tem um buffet pra lá de bom!”

Mesmo os produtos sendo, às vezes, mais caros, nesses pequenos estabelecimentos, o coletivo ATUT paga-lhes a marca de um trabalho afetivo, de uma relação pautada em reciprocidade e confiança, e não a marca, o Logo das grandes empresas supermercadistas.

4.2.2 - Acontecimento ATUT

O que ressalto neste trabalho ATUT, são alguns encontros especiais que produzem algo da ordem do inesgotável, por excesso de potência.

Algo que coloca em um estado tal de paixão, que nada do que se vê ou se diz pode exprimir adequadamente. Não se pode desenhar, nem manifestar, nem significar e, entretanto, isto existe. Algo que escapa sempre, está além do lugar onde se quer situar e as palavras faltam. Diferente dos bons ou maus encontros de Espinosa, este encontro, pelo estado de paixão indescritível que ele provoca, é raro, e, segundo Deleuze, chama-se “acontecimento”. (Lapoujade, s/d)

As várias manifestações e expressões dos trabalhadores da ATUT demonstram que ali circulam efeitos de um acontecimento que move alguns sujeitos em direção ao imprevisível, que bifurca suas vidas, transforma-os e não cessa de produzir-lhes efeitos.

Evidências como a de João que, mesmo em crise psicótica aguda e internado no HPSP, volta ao trabalho. João, antes de ser internado, procurou resistir aos delírios que o afligiam, fazendo um esforço para não parar de trabalhar. Os delírios o assolavam mesmo em plena atividade laboral e emocionavam a todos tanto pelo sofrimento que a ele causavam como também e, principalmente, pela sua coragem em enfrentá-los.

Com aspecto precário, usando o uniforme da Unidade, João chamou-me para conversar, para explicitar a importância de estar trabalhando e como produzia diferença nele, no trato mesmo com seus delírios. Mais do que estar ali separando plásticos, João estava ali “entre os seus”, conforme suas palavras. O prejuízo de João não era financeiro, pois ele recebia a mesma quantia estando ou não estando no local de trabalho.

A recuperação de João foi surpreendente, pois em menos de um mês obteve alta de sua internação, podendo voltar para sua casa, porque, ao trabalho, ele já tinha retornado muito antes, ou melhor, nunca tinha deixado de estar ali.

Como explicar o modo de ser João, o efeito ATUT em João? É o inexprimível do acontecimento, está além das palavras, dos ditos e escritos. Está em algo que é produzido naquele espaço de trabalho, em algo a-orgânico, singular, pré-individual, heterogêneo, que pertence a todos, mas que cada um singulariza de uma maneira única, um comum que é de todos e que alguns autores, como Virno (2001) e Pelbart (2002) chamam de potência da multidão.

4.3 - PRODUZINDO DOBRAS DO FORA

Para Gabriel Tarde (apud Lazzarato, 2002, p 130), o indivíduo não seria um princípio constitutivo, um *a priori* estático e vinculado a uma representação universal. Tanto o indivíduo como a sociedade flutuam literalmente sobre uma multiplicidade de ações e forças, sendo que nem um, nem outro são substâncias, seres, coisas, mas uma multiplicidade de relações, relações de relações. “A dinâmica social é similar a uma “psique” dos fluídos onde as relações e os seres são instáveis, flutuantes, bifurcando continuamente.” O indivíduo e a sociedade evoluem, se metamorfoseiam segundo a lógica do encontro dos fluxos, de suas bifurcações e de suas difusões.

O indivíduo e o social se visibilizam apenas como cristalizações momentâneas da multiplicidade de forças, da multiplicidade de relações dos fluxos que transbordam de todas as partes. Sendo assim, a subjetividade não poderia ser caracterizada como soberana e principal, dominadora das leis da natureza, pois esta emerge como uma “totalidade especial, virtual, de um equilíbrio momentâneo e instável, constantemente ameaçado e ameaçador pelas revoltas das forças assujeitadas que a constituem.” (Lazzarato, 2002, p. 137). Trata-se, aqui, de vincular o sujeito à produção de metamorfoses e variações e não a uma identidade única e soberana, lógica privilegiada pelo projeto do racionalismo.

Na medida em que “Descartes quis colar a idéia de subjetividade consciente à idéia de indivíduo – colar a consciência subjetiva à existência do indivíduo” (Guattari e Rolnik, op.cit. p. 31), tudo o que se relaciona à subjetividade objetiva-se como se fosse de uma forma consciente, como vontade e desejo do próprio indivíduo. Retira-se, aí, ao mesmo tempo, tanto a responsabilidade do sistema sobre os prováveis fracassos que

esse venha a sofrer quanto às ações e atos que esse venha a realizar. Delineia-se, assim, o indivíduo moderno como possuidor de livre arbítrio de si.

Mas, conforme Guattari, “uma coisa é a individuação do corpo, outra é a multiplicidade dos agenciamentos de subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social.” (ibid., p. 31) Sendo assim, a subjetividade não se “confundiria com uma transcendência, um já-dado, um em-si, um já-aí.” (Benevides, 1994, p.24) Muitos são os elementos que produzem e constituem os modos de subjetivação, que não têm uma origem, nem um fim, apenas um meio, puro processo que deve ser acompanhado pelas conexões que aí vão se engendrando e que não se sabe nem para onde vão nem de onde vêm.

Partindo desta ótica e, sendo a subjetividade constituída e constituinte do social, procurei focar os modos de subjetivação dos quais os sujeitos são feitos, e não apenas uma subjetividade única, individual, a ser avaliada independente de toda uma história transversal¹⁶ de conexões múltiplas, de relações de forças e de estratificações de saberes e de poderes.

Sendo assim, focar os modos de subjetivação locais do coletivo, colocando em análise o modo de trabalhar, em seu sentido intensivo, significaria, por um lado, tornar visível a prevalência de certas relações de poder-saber que produziram os sujeitos naquele momento histórico, político, econômico, social delimitado e, por outro lado, abordar os efeitos do trabalho ATUT como dispositivo de novos modos de subjetivação.

Ou seja, o que o dispositivo trabalho ATUT, nas palavras de Guattari, dispara e “faz fazer” nestes sujeitos? (Guattari apud Benevides, 1994)

Os efeitos da rede ATUT nos sujeitos trabalhadores podem ser percebidos, nos ditos e não ditos de Ester, João, Diogo, Bernardo, Carol, Carla, Laura, André e nas transformações em suas vidas. Alguns se encontravam presos, tanto em suas patologias, quanto na Instituição Psiquiátrica, enclausurados e investidos de estratégias disciplinares manicomiais. Outros, segregados devido à falta de trabalho e possibilidades de acesso às trocas e fluxos do sistema, se caracterizam como

¹⁶ Na transversalidade as partes podem se conectar com pedaços de outras, em outros planos, pular de uma ponta a outro. Para Félix Guattari (Guattari e Rolnik, op.cit.) a transversalidade ou coeficiente de transversalidade refere-se à própria constituição da subjetividade como política e social. Pensar a subjetividade unificada com estes campos, segundo Gilles Deleuze significa “operá-la transversalmente através da multiplicidade e não verticalmente ou horizontalmente nas relações, de forma a esmagar esta multiplicidade própria do desejo” (Benevides de Barros, p. 75 1994).

precarizados. O dispositivo ATUT operou e opera como um disruptor de linhas de fuga que leva a novos modos de subjetivação e de construção de si, expressos nos novos modos de agir dos sujeitos, seja em relação à reconstituição do laço social, seja na ampliação dos conhecimentos, na profissionalização, enfim, na recriação da própria vida cotidiana.

Uma prática de construção coletiva que reapropria os sentidos e os afetos caminha em direção a uma nova Ecologia Social, como plano de composição de novos modos de subjetivação. Subjetivação que implica dobras do Fora, constituição de territórios existenciais que, quando formados, não se fecham em uma essência imutável, em uma forma definitiva mas, ao contrário, se mostram invadidos por fluxos de metamorfoses vindos de todas as partes, forçando e exigindo novas configurações. (Deleuze e Guatari, 1999)

Subjetivação entendendo-se desde a imagem da banda de Moebius, que se vira e se torce, ora estando fora, ora dentro, tendo seus movimentos engendrados pelo pensamento que percorre a mesma via que produziu no mesmo espaço dois espaços heterogêneos, nem completamente dentro, nem totalmente fora (Gil,2002).

Sendo assim, a subjetividade:

"(...) pode então ser definida como uma modalidade de inflexão das forças do Fora, através da qual cria-se um interior. Interior que encerra dentro de si nada mais que o Fora com suas partículas desaceleradas segundo um ritmo próprio e uma velocidade específica. A subjetividade não será uma interioridade fechada sobre si mesma e contraposta à margem que lhe é exterior, feito uma cápsula hermética flutuando num Fora indeterminado. Ela será uma inflexão do próprio Fora, uma Dobra do Fora." (Pelbart, 1989, p.135)

Subjetividade é, então, algo sempre construído, fabricado, produzido nos encontros, acoplamento de fluxos que não se cansam de pedir passagem à medida em que são cortados em agenciamentos maquínicos de produção. E o desejo é, nesta configuração, o fluxo agenciador dos encontros, que potencializa e é potencializado pelo outro, produz-se na medida em que produz o outro.

4.4 - O CORPO PARADOXAL ATUT

A ATUT é uma rede de sustentação de um coletivo que a constitui e é constituído por ela. Nas palavras de José Gil (2002), pode ser considerado um território, um organismo e, ao mesmo tempo, um corpo sem órgãos (CSO), fluxos de forças. Um território porque se trata de um organismo imbuído de significante e significado, estratos de poder e saber, que interagem através das forças que o constituem. Também “é um CsO por ser um Plano, necessariamente um Coletivo, agenciando elementos, coisas, vegetais, animais, utensílios, homens, potências, fragmentos de tudo isto.” (Deleuze e Guattari, 1999a, p.24) O CsO é adjacente ao organismo.

Deleuze e Guattari apontam os riscos das estratificações, das significâncias, das cristalizações e do organismo tomado e submetido a regimes de poder e saber. Ao mesmo tempo, alertam para os cuidados na desarticulação com violência do organismo, deste corpo organizado, e das conseqüências da libertação dos estratos e das significações através de “golpes de martelo”. Tudo, para esses autores, é uma questão de prudência:

“Não se faz a coisa com pancadas de martelo, mas com uma lima muito fina. Inventam-se auto-destruições que não confundem-se com a pulsão de morte...(…) Liberem-no com um gesto demasiado violento, façam saltar os estratos sem prudência e vocês mesmos se matarão, encravados num buraco negro, ou mesmo envolvidos numa catástrofe, ao invés de traçar o plano. **O pior não é permanecer estratificado – organizado, significado**, sujeitado – mas precipitar os estratos numa queda suicida ou demente que os faz recair sobre nós, mais pesados do que nunca.” (ibid., p. 22 grifos meus)

Um exemplo de “pancadas de martelo” é a experiência de Afrodite na ATUT. Ex-moradora do HPSP não resistiu a uma situação de tensão e se “fragmentou”, em pleno local de trabalho. O desaparecimento de um objeto de trabalho, levou o coletivo a se reunir e revistar todos os trabalhadores, baseado na suspeita de que algum deles estivesse levando para si o instrumento que era de todos. A tensão para Afrodite foi tamanha que a revista desencadeou-lhe um surto psicótico.

Afrodite radicalizou a dor de qualquer trabalhador que necessita ser revistado ao sair de seu local de trabalho, prática que é regra em muitos estabelecimentos privados. Qualquer dúvida sobre o trabalhador gera a revista que se transforma em humilhação, em tortura psicológica e física por parte dos seguranças dessas organizações.

Na ATUT, o “esgarçamento da alma” de Afrodite dissolveu essa conduta disciplinar. Mas, teria sido necessário “golpes de martelo” para desmaterializar preceitos arraigados e **crystalizados**, que em nome da proteção da propriedade privada e em defesa da vida, investe na vida de todos, no próprio corpo de cada um? Talvez uma “lima muito fina” também alcançasse esse mesmo efeito sem trazer à tona toda a potência do sofrimento existência daquela trabalhadora. Observo que a exposição deste corpo nu no surto foi encoberta por uma **névoa de esquecimento na ATUT**, mas que ainda se faz presente em todos e em cada um.

Segundo Deleuze e Guattari, há, por um lado, uma lima muito fina para destruir cristalizações, por outro, a construção de estratos para manter uma estabilidade mínima na vida. Pois, o CSO não é contra os órgãos, é contra o organismo como estatização e rigidez de algo extremamente organizado e sem abertura a mutações. Que os órgãos se distribuam sobre o CSO contingencialmente, temporariamente, sem deixar congelar o modo de organização:

“Os órgãos se distribuem sobre o CSO; mas justamente eles se distribuem nele independentemente da forma do organismo; as **formas tornam-se contingentes**, os órgãos não são mais do que intensidades produzidas: um “ventre”, um “olho”, uma “boca.” (ibid., p.28)

Este é o corpo paradoxal ATUT. É o paradoxo que deve se organizar, se formar, produzir relações de saber e poder e também guardar linhas de fugas, desterritorializações, espaços que contemplam singularidades. Por um lado, traços rígidos e marcados pelas transversalidades dos saberes médicos, da sociedade disciplinar, das condutas no trabalho, da busca de produtividade, das competições entre trabalhadores, da parte formal da organização com distribuição de atividades, de tarefas, de rendimentos. Por outro, será que Stela do Patrocínio (Mosé, 2001, p.82, grifos meus), que foi moradora por mais de 30 anos da Colônia Juliano Moreira, poderia ajudar a construir a imagem do CSO ?

“Eu era gases puros, ar, espaço vazio, tempo

Eu era ar, espaço vazio, tempo

E gases puro, assim, ó, espaço vazio, ó

Eu não tinha formação

Não tinha formatura

Não tinha onde fazer cabeça

Fazer braço, fazer corpo

Fazer orelha, fazer nariz

Fazer céu da boca, fazer falatório

Fazer músculo, fazer dente

Eu não tinha onde fazer nada dessas coisas

Fazer cabeça, pensar em alguma coisa

Ser útil, inteligente, ser raciocínio

Não tinha onde tirar nada disso

Eu era espaço vazio puro”.

Também abrir espaços para fazer “nariz”, “braço”, “orelha”, função de um dispositivo chamado ATUT. A ATUT são as Stelas , Esters, Patrícias, Lauras, Afrodites, João, Sanchos, Peris entre outros, produzindo territórios existenciais, dobras, subjetividades, “fazendo falatório”, desde suas gagueiras. O corpo paradoxal ATUT, ao mesmo tempo CSO e organismo, verso e reverso, nem somente um, nem somente outro, mas ambos.

O corpo paradoxal ATUT atua como dispositivo de auto-essencialização, de preenchimento de espaços vazios, de conservação de pequenas rações de subjetividade, de possibilidades de se construir sempre um pequeno pedaço de terra para, na voz de Stela do Patrocínio (ibid., p.77), se poder “tomar forma humana, carne humana e matéria humana” e deixar de “não querer saber de viver”:

“...é necessário guardar o suficiente do organismo para que ele se recomponha a cada aurora: pequenas provisões de significância e de interpretação, é também necessário conservar, inclusive para opô-las a seu próprio sistema, quando as circunstâncias o exigem, quando as coisas, as pessoas, inclusive

as situações nos obrigam, e **pequenas rações de subjetividade**, é preciso conservar suficientemente para poder responder à realidade dominante... Eis o que é necessário fazer: instalar-se sobre um estrato, experimentar as oportunidades que ele nos oferece, buscar aí um lugar favorável, eventuais movimentos de desterritorialização, linhas de fuga possíveis, vivenciá-las, assegurar aqui e ali conjunções de fluxos, experimentar segmento por segmento dos contínuos de intensidades, **ter sempre um pequeno pedaço de uma nova terra.**” (Deleuze e Guattari, op.cit., p.23-24, grifos meus)

4.4.1 O coletivo trabalhador – uma pequena multidão

Na ATUT pode-se perceber que todo o trabalho está circunscrito a um campo misto, entre saberes disciplinares que o sustentam e práticas de trocas através das quais produzem-se efeitos no mundo e nos sujeitos. Diferenciados e inseparáveis a esse campo estratificado, coexiste o plano de imanência, no qual os contornos das especificidades dos saberes e o sentido de concretude das atividades desenvolvidas no cotidiano são borrados. Essa aparente falta de nitidez pode parecer algo negativo (ou menos produtivo), mas é através dela que se constituem espaços vazios, nos quais circula o desejo, produzindo não só produtos, mas, também, realidades sociais e subjetivas diversas.

Esse plano de imanência é da ordem ontológica e não estabelece limites precisos entre interno e externo, e, em consequência, os limites entre sujeitos e coletivos encontram-se em permanente interprodução. Sujeitos e coletivos vivem imersos e sofrem perturbações dos planos que os compõem, ao mesmo tempo em que se singularizam, interferindo na constituição desses mesmos planos.

A inventividade na ATUT é desenhada nos próprios movimentos de seus agentes que instituem um novo modo de trabalhar que foge ao planejado, que escapa ao convencional e que, não deixando de atender objetivos calcados na geração de emprego e renda, dirige-se principalmente a substanciar o valor à vida, como trabalhadores artistas, pois produzem “esculturas de si”.

A invenção, como conquista do real, do cotidiano apropriado gradativamente, é uma composição de forças que se apropria de outras forças, tornando-se capaz de reinventar a vida. Para Tarde, a invenção é efeito da cooperação de uma multitude de agentes, de uma pequena multidão.

“A invenção não é obra dos grandes homens (...) mas ela é antes o resultado de uma colaboração e de uma **cooperação de uma multitude de agentes** ao mesmo tempo sociais e infinitesimais.” (Tarde apud Lazzarato, op.cit., p.270, grifos meus)

No caso da ATUT, a invenção, no coletivo de trabalhadores, poderia ser expressa na voz de João:

“Selda, se não fosse os conhecimentos que eles (refere-se aos colegas de trabalho) passaram pra mim da cabeça deles pra minha cabeça que era **desprogramada**, eu não conseguiria ter sucesso não. Acho que os plásticos estariam acumulados até hoje, amontoados no salão, até é uma falta de higiene(...) Eu ri da Ester, mas não para gozar. Eu ri da inteligência da Ester. Eu fiquei feliz porque a Ester me ajudou a fazer o que eu não posso sozinho. Ela pegou o lixo do chão e colocou em sacos, para eu não ficar pisando. Os sacos foram para cima da mesa e lá nós separamos os plásticos. No chão tudo permaneceu limpo. Eu preciso da cooperação de meus colegas.”

João não somente programa seu modo de trabalhar, mas sua organização interior. Nosso foco não é a cooperação como referência a ajudas nas tarefas no local de trabalho, mas uma interconexão de crenças e de desejos que pode chegar ao interior “desprogramado” do(s) João(s) e vir a construir um “chão” existencial de apoio. Como já dito, João planeja, a partir do trabalho, sua vida em casa com as lidas domésticas, a vida com os amigos, o lazer e as compras que poderá fazer no armazém com o dinheiro que recebe, mas principalmente aprende a conviver com seus delírios, suas visões, seu

sofrimento psíquico. Organizar aqui **não é se adaptar, é abrir espaço** para poder “fazer cabeça”, conforme a voz de Stela do Patrocínio.

É importante, para a proposta desse trabalho, a concepção de coletivo, que pode ser problematizada de duas maneiras. Uma delas refere-se, segundo Paolo Virno (2001), ao sujeito como um coletivo, vinculando-se à multiplicidade, à composição de forças que o constituem, às dobras do Fora, às subjetividades. A outra, diz respeito ao coletivo como multidão, como associação dessas multiplicidades que constituem os sujeitos e que, através da cooperação, da interação podem alcançar um estado maior de potência, de força. Tal composição pode vir a formar uma individuação superior ao infinito, segundo aponta Deleuze (op.cit., 2002).

A experiência coletiva no trabalho pode vir a ser um dispositivo de produção de subjetividades singulares e únicas ou “individuações possíveis de potência,” sendo que:

“o sujeito é uma individuação sempre parcial e incompleta, consistente bem mais nos traços cambiantes de aspectos pré-individuais e de aspectos efetivamente singulares sendo que, a experiência coletiva, longe de assinalar sua desintegração ou eclipse, persegue e afina a individuação.” (Simodon apud Virno, 2001, p.2)

O coletivo de trabalhadores pode ser re-estabelecido como primordial para qualquer novo empreendimento no campo do trabalho quando expressado na voz da multidão, no múltiplo, no diverso, no heterogêneo, no complexo. Trata-se de um coletivo que, quando multidão, se torna “um” assume sua condição de multiplicidade e se pulveriza, modificando seus objetivos a cada conquista, não se deixando dominar e buscando sempre outros caminhos e outras formas de agir e de pensar. A ATUT, mesmo sendo um território, é um corpo, um organismo e constitui-se em um plano de composição, de circulação de desejos. Nas palavras de Pelbart, seria um “caldo semiótico, maquínico, molecular e afetivo”, um comum que a todos pertence mas que é atualizado diferentemente em cada um. (2002, p. 4)

Na Associação, muito se produz pelo acaso. Mesmo com a tentativa de organizar o processo em reuniões e assembléias, nas quais são discutidos os problemas e as direções a serem tomadas frente aos mesmos, nada se congela e fixa como permanente. As linhas decisórias escapam e criam novas configurações, desenhos diferentes dos

anteriormente planejados. As alianças e encontros no e do trabalho não passam por uma premeditação formal, apesar das tentativas do coletivo trabalhador para que isto algumas vezes ocorra. Elas se produzem como efeito dos agenciamentos de fluxos que ali circulam. A cooperação é visível sem ser imperativa, todos sentem que necessitam uns dos outros, que a produção de um reflete na do outro.

O trabalho se desvincula da característica competitiva e individualista própria da sociedade de controle capitalista. Pelo contrário, o que se observa é uma resistência aos modos capitalistas de organização, voltados principalmente para a produção racional, com a maximização do uso da força trabalhadora sem cuidados com a extrapolação dos limites deste mesmo uso. Na Associação, quando as dificuldades se aproximam, maior é o cuidado com o trabalhador para que este não se desorganize e não transforme a sua atividade em um fardo, um peso a mais no corpo.

A Associação opera como uma rede de sustentação de corpos, alguns deles produzidos pela (des)ordem econômica, como é o caso dos moradores da vila, cujas oportunidades de trabalho junto ao mercado formal são reduzidas ao nível quase zero; outros, são dejetos sociais que, como moradores do Hospital Psiquiátrico por toda uma vida, apenas há pouco tempo conseguiram registro de uma identidade e de um nome. Enfim, contando ainda os que são portadores de sofrimento psíquico e que vivem fora do hospital e em mínimas condições econômicas, pode-se dizer que essa organização poderia ser desenhada na forma de um coração que pulsa e que em cujo centro está a precariedade.

Mas, por outro lado, pensando nos sujeitos que ali trabalham e produzem, poder-se-ia dizer que essa mesma precariedade pode ser matéria-prima para uma reciclagem, no sentido de transformar em valor o que antes não era valorado. Cabe aí a expressão mesma de valorar o próprio corpo, valorizar a própria vida.

Aqui, então, recorro a Espinosa: “Não sabeis o que sois capazes, no bom como no mau, não sabeis antecipadamente o que pode um corpo ou uma alma, num encontro, num agenciamento, numa combinação.”(Deleuze, op. cit., p.130) Afinal, o que pode o corpo?

Pode querer a vida, vida essa que não cessa também de querer se expandir.

V - CARTOGRAFIA DE UMA SUAVIDADE – PALAVRAS FINAIS

“(...) FALAM DE MIM COMO UM CONSTRUTOR. NÃO PASSO PORÉM DE UM DEMARCADOR, MUITO MEDÍOCRE E INÁBIL (...) AFIRMAM QUE MANIPULO OS FATOS BANAIS PARA NELES INTRODUIZIR O MARAVILHOSO. É NATURALMENTE UM GRAVE ERRO. A PRÓPRIA BANALIDADE JÁ É MARAVILHOSA! SÓ ANOTO. É POSSÍVEL QUE EU DÊ ASSIM AS COISAS UMA CERTA CLARIDADE, COMO FAZEM OS ILUMINADORES SOBRE UM PALCO MERGULHADO NA PENUMBRA. MAS NÃO É NADA DISSO, NA REALIDADE O PALCO NÃO ESTÁ NA PENUMBRA, ESTÁ INUNDADO PELA CLARIDADE DO DIA. É O QUE FAZ COM QUE OS HOMENS FECEM OS OLHOS E VEJAM TÃO POUCO.”

FRANZ KAFKA

Assim estava meu olhar naquele primeiro dia no HPSP, na ATUT, quando homogeneizei tudo que vi como um comum pautado pela precariedade. Minhas primeiras impressões no galpão de lixo mostravam que meus olhos não conseguiam enxergar, pois a excessiva claridade os mantinha semi-abertos.

Somente com persistência de um longo tempo, passando por todas as estações do ano, consegui acostumar-me à luz que dali irradiava, e pude então, anotar o cotidiano daquela Associação, que, como Kafka ressalta, é uma maravilha por si só.

Cartografei movimentos, pois, segundo Rolnik (1989) a cartografia é um desenho que se faz, acompanhando os movimentos de transformação da paisagem. Neste sentido, ela é sempre provisória e singular. Ela diz das linhas que são puxadas

daqui e dali e que se tecem no próprio acontecer. Ela acompanha os movimentos e compõe uma realidade. “A cartógrafa é aquela que quer envolver-se com o traçar, quer navegar no movimento, quer misturar-se com os acontecimentos, quer compor territórios que não sejam fixos por muito tempo, já que o movimento não cessa”. (Barros & Brasil, 1992, p. 228)

A cartografia é diferente do mapa, que é uma representação estática. A tarefa de um cartógrafo é dar língua aos afetos, é descobrir que matérias de expressão favorecem a passagem das intensidades nos rastros deixados pelos acontecimentos e pelos fatos. Rolnik aponta que os critérios do cartógrafo são do interesse da vida que está encontrando canais de efetuação para se expandir.

Assim fui colando e cortando, montando um quadro singular, pois nem todos os fatos e narrativas poderiam entrar neste trabalho. Utilizei minha observação, meu diário de campo, algumas conversas, além de muito faro, intuição e perseverança. O trabalho ATUT foi se mostrando um potente dispositivo de subjetivação aos sujeitos de minha pesquisa, conforme as linhas, nas quais peguei carona, se desenrolavam no diagrama das forças.

Procurei registrar, neste trabalho, os momentos de maior tensão, os confrontos que produziram alguns acontecimentos que ainda contaminam o grupo, produzindo outros e mais outros efeitos, por se conectarem e se ampliarem.

Também, neste trabalho, aproveitei para deixar uma tela aberta a novos anotadores, pintores, desenhistas, artistas e não artistas que, de alguma forma, queiram dar continuidade a trabalhos como esse. Pois, não se pode considerar que um Hospital Psiquiátrico seja modelo para a beleza padrão do contemporâneo, nem mesmo lugar de disputa para acesso e visita pública, como Museus de Arte e Shoppings Centers. Também as vilas e favelas não são lugares em que se circula por lazer, para passeios de final de semana. De alguma maneira, ambos, vila e manicômios, são locais separados, de difícil entrada para alguém que não vive, nem ali trabalha. Abertos, então, a outras cartografias.

Lugares que acabam, pela excessiva precarização e mesmo abandono, por perder alguns dos referenciais hegemônicos da sociedade, criando regras próprias de convivência. Vivem de acordo com suas próprias leis.

Procurei cartografar, neste trabalho, como valores morais arraigados e/ou valores cristalizados podem vir a se diluir, através dos dispositivos, para uma construção ética

da existência pautada no cotidiano das relações. Um convívio diário, a partir do qual se aprende a respeitar, amparar e querer o outro.

A vida como ética-estética da existência não é tarefa fácil de ser cartografada, tampouco de ser sustentada. Exige muita implicação, muito desejo, persistência e paixão, além de empatia e abertura com a vida que Deleuze apresenta como sendo pura imanência¹⁷. A vida, vai além do indivíduo, situa-se nos contornos, nas dobras, nas fronteiras, com possibilidades de singularizações múltiplas, de devires. Vida como potencialidade. Assim, o amor pela vida extrapola qualquer miséria, sofrimento, estado, abrindo à tolerância e à busca incessante de um trabalho que traga à banalidade, o tom alegre das palavras de Kafka.

¹⁷ Deleuze responde o que é a vida como imanência. Para Deleuze “ a vida do indivíduo é substituída por uma vida impessoal, embora singular, que produz um puro acontecimento livres dos acidentes da vida, ou seja, da subjetividade e da objetividade do que acontece. *Homo tantum* por quem todo mundo se compadece e que atinge a uma certa beatitude.(...) Vida de pura imanência, neutra, além do bem e do mal, já que só o sujeito que o encarnava no meio das coisas a tornava boa ou mal. A vida de tal individualidade se apaga em benefício da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora não se confunda com nenhum outro. Essência singular, uma vida.” (Deleuze, 1997, p. 17-18)

VI -REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio (2002) *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.

___ Centros de Internamiento para extranjeros/espacios de excepción - Um encuentro com Giorgio Agamben por Daniel Link. **La fuga –desercion y éxodo entre fronteras**, Barcelona, n. 0 p 39-44, out. 2002a

___ Une biopolitique mineure. **Vancarme** , Paris, n. 0, p 01-14 ,dez. 1999.

AMARANTE, Paulo (org). (2002) *Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

BAREMBLITT, Gregório F. (1992) *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos.

BASAGLIA, Franco. (1985) *A Instituição Negada: relato de um hospital psiquiátrico* . Rio de Janeiro: Edições Graal.

BAUMANN, Zygmunt. (1980) *Mal Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BARROS Regina B. *Desafios contemporâneos: “O Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil e a formação dos profissionais de saúde mental”*. Rio de Janeiro: UFF, Projeto Integrado de Pesquisa, 2002.

___ **Grupo: A afirmação de um simulacro**. São Paulo: PUC-SP, Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Núcleo de Subjetividade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

___BRASIL, Vera. V. *Cartografia de um Trabalho Socioanalítico*. In: RODRIGUES, Heliana. B. C., LEITÃO, Maria Beatriz. S., BARROS, Regina D. B. de (orgs.). *Grupos e instituições em análise*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

CADERNO METODOLÓGICO DA SECRETARIA DO TRABALHO DO RS. – Programa Coletivos de Trabalho, Porto Alegre: CORAG, 2001

CASTEL, Robert. (1998) *Metamorfoses da Questão Social, - Uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.

___(1978) *A Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

DELEUZE, Gilles (2002) *Espinosa – Filosofia Prática*. São Paulo: Escuta,

___(1998) *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed.34.

___**A Imanência: Uma vida**. In: Jorge Vasconcellos, Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso (orgs). (1997) *Gilles Deleuze: Imagens de um Filósofo da Imanência*. Londrina: Ed. da UEL.

___(1996).*O Mistério de Ariana* Lisboa: Veja.

___(1988) *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

___ & GUATTARI, Félix. (1999) *Mil Platôs*. v.5. Rio de Janeiro: Ed.34.

___(1999a) *Mil Platôs*. v.3. Rio de Janeiro:Ed.34.

DELEUZE, G. & PARNET, C. (1998) *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta.

DIAS, Miriam & alli. **Seguimento e avaliação da reforma psiquiátrica no Hospital Psiquiátrico São Pedro**. IN: Ferla, A. e Fagundes, S. (org).*O fazer em saúde coletiva: inovações à saúde do Rio Grande do Sul*.. Porto Alegre: DaCasa: Escola de Saúde Pública/RS, 2002, p. 133-142.

DIAS, Miriam. **Saúde Mental: é possível uma política de saúde pública , coletiva, integral e de cidadania**. IN: Divulgação Em *Saúde Para Debate – SUS é Legal – Rio Grande do Sul – Efetivando o SUS com a Descentralização e o Controle Social*. Rio de Janeiro, Dez. 2001, N. 23, p.86-95.

FONSECA, Cláudia. (2000) *Família, Fofoca e Honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS,

FORRESTER, Viviane. (1997) *O horror econômico*. São Paulo: Ed. UNESP.

FOUCAULT, Michel. (2002) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

___(2000) *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

___(1988) *História da Sexualidade* v.1. Rio de Janeiro: Graal.

___(1972) *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva.

FUGANTI, Luiz Antônio. **Saúde, Desejo e Pensamento**. In: Lancetti, A (Dir) *SaúdeLoucura*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991. v.2 p 19-82.

GIL, José. **O corpo paradoxal**. In: Lins, D. & Gadelha, S. (Org) (2002) *Que pode o corpo?* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

GOFFMAN, Erving. (1961) *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

GUATTARI, Félix (1992) *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

___(1981) *Revoluções Moleculares: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.

___& ROLNIK, Suely. (2000) *Micropolítica: cartografias do Desejo*. Petrópolis: Ed. Vozes.

HARDT, Michael. **Trabalho imaterial**. In: Pelbart, P. e Costa, R. *Cadernos de Subjetividade. O Reencantamento do Concreto*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 143-158.

___& NEGRI, A (2001) *Império*. Rio de Janeiro: Record.

JACQUES, Paola B. (2001) *Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

LAPOUJADE, David. *Le structuralisme dissident de Deleuze*. Inédito

LAZZARATO, Maurizio (2002) *Puissances de l'invention*. Paris: Lês Empêcheurs de Penser em Rond.

LEAL, Erotildes M. **O agente do cuidado na reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro:UFRJ, Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental. Instituto de Psiquiatria – UFRJ, 1999.

MARX, Karl. (1989) *O capital – Crítica da Economia Política*. Livro 1 – O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

MOSÉ, Viviane (org). (2001) *STELA DO PATROCÍNIO - Reino dos Bichos e dos Animais É o Meu Nome*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.

NEGRI, Toni. O futebol é lindo por exaltar a harmonia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jun. 2002.

___ **O empresário político**. In: Urani, A, Cocco G, Galvão A (org). (2002) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos – o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A.

___(2001) *Exílio*. São Paulo: Iluminuras.

PASSOS, Eduardo E BENEVIDES, Regina. **Clínica e Biopolítica na Experiência do Contemporâneo**. In: *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 13, n 1. p 89-99, 2001.

PELBART, Peter Pál. **Biopolítica e biopotência no coração do império**. Lins, D. & Gadelha, S. (Org) (2002) *Que pode o corpo?* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

___ **Vozes do Pensamento político contemporâneo: “choque de civilizações, satanização do outro e chance de um diálogo universal”**. 6º Ciclo de Conferências. Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa, Rio de Janeiro, 23 novembro 2001.

___ (2000) *A vertigem por um fio*. São Paulo: Iluminuras.

___ (1998) *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP.

___ (1993) *Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura*. São Paulo: Brasiliense.

PICCININI, Walmor. Breve história da psiquiatria do Rio Grande do Sul, à luz das suas publicações. IN: **Revista de Psiquiatria**, RS. 1999; 21(2): 95-103

RIO GRANDE DO SUL, Lei no 9.716 de 7 de agosto de 1992. Dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimentos psíquicos, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias, e dá outras providências. Diário oficial (do Governo do Rio Grande do Sul) no 152, 10 de ago. 1992

ROLNIK, Suely. **Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma**. Conferência proferida nos simpósios: *Corpo, Arte e Clínica* (UFRGS, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – Mestrado. Porto Alegre, 11 maio 2003.

___ (1989) *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.

ROTELLI, Franco. **A Instituição Inventada**. In: NICÁCIO, F. (org) (1990) *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec.

___ **A empresa social: construindo sujeitos e direitos**. In: AMARANTE, P. (2000) *Ensaio, Saúde Mental, Sociedade* – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

___ e LEONARDIS, O , MAURI, D. **Desinstitucionalização, uma outra via**. In: NICÁCIO, F. (org) (1990) *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec.

SALDANHA, Olinda. & OLIVEIRA, Delvo. Da instituição à sociedade: a trajetória da saúde mental coletiva. IN: **Saúde Mental Coletiva**. Revista do Fórum Gaúcho de Saúde Mental – Universidade da Região da Campanha, Bagé, n. 1, p. 32-40, dez. 1992.

SARACENO, Benedetto. (2001) *Libertando Identidades da reabilitação à cidadania possível*. Rio de Janeiro: Te Cora Editora/Instituto Franco Basaglia.

SIBILIA, Paula. (2002) *O Homem Pós- Orgânico*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará .

SILVA, Rosane Azevedo Neves. **Cartografias do Social: estratégias de produção do conhecimento**. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado. FAGED, 2001.

SINGER, Paul & SOUZA, André R. (2000a) *Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

_____. Desafio a Solidariedade. In: GUIMARÃES, G. (2000) *Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate*. São Paulo: UNITRABALHO.

VASCONCELOS, Eduardo M. Reinvenção da Cidadania, Empowerments no Campo da Saúde Mental e Estratégia Política no Movimento de Usuários. In: AMARANTE, P. (org). (2000) *Ensaio, Saúde Mental, Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

VIRNO, Paulo Multitudes et Principe d'Individuation. **Multitudes**, Paris, n. 7, p. 7-15, 2001.

THEMUDO, Tiago. (2002) *Gabriel Tarde – sociologia e subjetividade*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará.